

n. 1  
ago. 2013



# MALALA

Boletim do Grupo de Trabalho Oriente Médio e  
Mundo Muçulmano (GTOMMM)

Laboratório de Estudos da Ásia (LEA) da Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da  
Universidade de São Paulo (USP)

## *Malala*

n.1 – ago. 2013

boletim do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM)  
Laboratório de Estudos da Ásia (LEA)  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)  
Universidade de São Paulo (USP)

### **Comissão editorial**

Ariel Finguerut  
Cila Lima  
Danilo Guiral Bassi

### **Coordenação**

Peter Robert Demant

Malala Yousafzai no dia 12 de julho de 2013, ao completar dezesseis anos, falou no plenário das Nações Unidas sobre educação, luta e coragem, declarando, logo no início, que “não sabe ao certo o que as pessoas esperam dela”.

Malala desperta desconfianças e também expectativas. Com seus 16 anos recém-completos, ela pode ainda mudar de opinião, de postura ou até mesmo pode rever suas bandeiras e relação com o islã. Portanto sabemos dos riscos que estamos aceitando ao escolher *Malala* como nome de nosso boletim eletrônico.

Sua trajetória, de menina paquistanesa que, no dia 9 de outubro de 2012, foi alvejada no rosto, em ataque assumido pelo grupo extremista Talibã, em resposta à sua luta por educação, tanto pela internet como em dimensão internacional, com divulgação pela grande mídia, até seu discurso na ONU em comemoração aos seus 16 anos e recuperada do atentado desperta grande comoção. O mundo conheceu a luta dessa jovem muçulmana por educação, igualdade e contra o extremismo religioso. Sem se deixar vencer ou silenciar (já que se salvou do ataque), nem se colocando como vítima, nem prometendo vingança ou declarando “guerra”, Malala mostrou a força de suas (delicadas, mas assertivas) palavras, declarando na ONU que ela, Malala, é “uma garota entre muitas”.

Para nós, Malala mais do que um símbolo político é uma inspiração acadêmica. Ela nos leva a pensar que podemos transcender e vencer preconceitos, superar estereótipos e criar um espaço para discussão e troca de ideias sem medo, com pluralidade, coragem e abertura, sem abrir mão de textos claros, de pesquisas sérias e de debates com ideias que muitas vezes podem ser conflitantes sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano.



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
“AS DIVISÕES INTERNAS FUNCIONAM COMO FREIO ESTRUTURAL ÀS REVOLUÇÕES DA PRIMAVERA ÁRABE” – ENTREVISTA DO PROF. DR. PETER R. DEMANT AO BOLETIM <i>MALALA</i> .....	7
ENTRE GEORGE W. BUSH E OBAMA: A RELAÇÃO DOS EUA COM O ISLÃ E O MUNDO MUÇULMANO (ARIEL FINGUERUT).....	23
A “PRIMAVERA” PARA AS MULHERES ÁRABES: IDEAIS E REALIDADES (CILA LIMA).....	49
UM NOVO OLHAR SOBRE HEZBOLLAH: O TERRORISMO FRENTE AO REFORMISMO SOCIOECONÔMICO DO PARTIDO E À TEORIA DA SOCIEDADE DE RESISTÊNCIA (NATALIA NAHAS CARNEIRO MAIA).....	67
PALESTINA E ISRAEL: RELATOS DE UMA PESQUISA DE CAMPO (DANILO GUIRAL BASSI).....	95
NOVAS PERSPECTIVAS NOS ESTUDOS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS NO ISLÃ E NO MUNDO MUÇULMANO – <i>SOCIAL MOVEMENTS, MOBILIZATION AND CONTESTATION IN THE MIDDLE EAST AND NORTH AFRICA</i> (JOEL BEININ E FRÉDÉRIC VAIREL, ORGS.) – RESENHA (ARIEL FINGUERUT).....	105
<i>SAVING FACE</i> – RESENHA (JOANA MARINHO).....	111
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....	119



## APRESENTAÇÃO

É com grande prazer e orgulho que estamos lançando o boletim eletrônico *Malala*. Uma iniciativa do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM) do Laboratório de Estudos da Ásia do Departamento de História (FFLCH) da Universidade de São Paulo.

O GT nasceu há quatro anos, buscando atividades em três eixos. Um dos nossos eixos de atuação é o debate mensal baseado em leituras e apresentações de membros do grupo ou convidados. Um segundo eixo são atividades de campo como visitas a centros religiosos e culturais; com contatos acadêmicos e sociais com representantes das comunidades árabe, iraniana, israelense ou que estejam de uma forma ou de outra relacionadas com o que acontece no mundo muçulmano ou no Oriente Médio. Com o lançamento do boletim eletrônico *Malala*, começamos um terceiro e importante eixo de atividade: uma revista eletrônica com o objetivo de publicar pesquisas e fomentar o debate em nosso campo de pesquisa e trabalho.

As discussões, opiniões e pesquisas sobre Oriente Médio e o mundo muçulmano não raramente provocam questionamentos e frequentes mal-entendidos e mitos, o que reforça a importância de uma iniciativa como a nossa. A proposta do boletim eletrônico *Malala* é ajudar, modestamente, a diminuir os preconceitos e substituí-los por informação sólida e fidedigna; promover e testar novas ideias e interpretações; debater com respeito mútuo alguns dos grandes dilemas da contemporaneidade – enfim, abrir um espaço mental, acadêmico e civil para aprender sobre - e dialogar com - esse mundo geograficamente distante, mas cada vez mais perto. E mais influente.

O Oriente Médio foi berço de altas civilizações e criatividade espiritual e das grandes religiões monoteístas que, a partir dali, se espalharam pelo mundo inteiro e hoje englobam a maioria da humanidade. Mas a região é também uma encruzilhada, uma “zona sísmica” inquieta entre três continentes e entre as duas áreas históricas da cristandade e do islã. À sua centralidade estratégica, incontornável há muitos séculos, se adiciona hoje o fator econômico, consequência de suas ricas reservas energéticas. Pode-se argumentar que o petróleo, bonança para os regimes, tem sido

uma praga para as populações. Dois séculos de intervenções, de exploração e de contatos desiguais criaram uma faixa geográfica de profunda crise endêmica, uma vastíssima zona que hoje se estende da África ocidental, atravessa o mundo árabe, iraniano e indiano e chega até a Indonésia. É - um “arco de crise”. Esta gigantesca meia-lua é na sua maioria terra de islã.

No entanto, a questão econômica aflora apenas a superfície dos problemas. A predominância de regimes autocráticos, os costumes sociais autoritários e patriarcais e a desigualdade e submissão em que vivem muitas mulheres e as intromissões recíprocas e externas são fatores que têm atizado e mantido conflitos étnicos e religiosos. Os conflitos, por sua vez, freiam o desenvolvimento humano e democrático das populações, e o crescimento (ou resgate) de tradições de tolerância e convivência das diversidades. O resultado é uma atmosfera de crise permanente e explosões de violência mortífera, em contradição gritante com o potencial inegável desse mundo. Exemplos disto incluem não só conflitos regionais intermináveis tais como Israel-Palestina, o nacionalismo curdo, ou as tensões comunitárias no Afeganistão ou no Paquistão. A crise é simultaneamente mais universal e mais estrutural. Tragicamente, as recentes desavenças da Primavera Árabe, aplaudida inicialmente com grande otimismo, vêm se transformando em tensões quase insolúveis entre islamistas e secularistas, como no Egito, ou alhures com reações sangrentas que partem dos “anciens régimes”, indo da opressão relativamente velada na Arábia Saudita à guerra civil aberta na Síria. No Oriente Médio e em muitas sociedades muçulmanas na Ásia meridional e na África estão em crescimento preocupante as tensões chamadas (facilmente demais) “sectárias” ou “tribais”. Em todos os países do Arco da Crise está em pauta o papel da religião na sociedade. Entender essa complexidade é uma necessidade vital para as sociedades atingidas.

Porém, essa tarefa intelectual não se limita às próprias região e religião: ela nos chama também. As sociedades muçulmanas se debatem com dilemas econômicos, políticos, mas além de tudo identitários e ideológicos. Estas lutas fatalmente influenciarão todas as outras sociedades, e chegarão mais cedo ou mais tarde até nós!

É urgente o desafio de entender, interpretar e prognosticar mais corretamente problemas que afetam não apenas as sociedades muçulmanas, mas que ameaçam



se internacionalizar. A América Latina e o Brasil não estão isentos do *fallout* político, econômico e securitário que está acontecendo ali. Para dar conta deste desafio precisamos evitar cair numa dupla armadilha: devemos manter distância das estereotípias *orientalistas* (palavra feia, mas que já conquistou direito de cidadania) e das islamofóbicas; mas devemos igualmente evitar leituras superficiais, cegas/obscurecidas por certas simpatias ideológicas – leituras que tendem a obscurecer ou até apagar fatos desconfortáveis num inaceitável relativismo inconsequente no qual “entender tudo é perdoar tudo”. Enfrentamos portanto uma corda bamba interpretativa inevitável.

No Brasil, infelizmente, ainda somos pouquíssimos os interessados e são poucas as pesquisas voltadas ou em diálogo com o Oriente Médio e o mundo muçulmano. Existem grandes lacunas. É por isto que devemos trabalhar na amplitude não menos do que na profundidade. Isto é ditado não somente devido a nossas limitações científicas, mas também porque é urgente transformar um campo de curiosidade num campo de pesquisas e respostas. Enxergamos. Portanto, a missão do boletim eletrônico *Malala* como dupla: por um lado, como espaço para divulgação de jovens pesquisadores e ativistas; por outro, como lugar para satisfazer a curiosidade presente na sociedade civil, e para provocar o engajamento de alunos brasileiros e outros com aquela região e religião que focamos.

É nossa esperança que um boletim tal como *Malala* possa, a termo, preencher no terreno fértil, mas negligenciado dos estudos do Oriente Médio e do mundo muçulmano, algumas pequenas lacunas - e inspirar outros para seguir nossa trilha. É neste sentido que gostaria, em nome do GTOMMM, de parabenizar à bela iniciativa de nossa Comissão Editorial e dar as boas-vindas ao mais jovem eixo do Laboratório de Estudos da Ásia.

Nesta edição piloto de lançamento os autores são majoritariamente integrantes de nosso GT. Mas, a partir das próximas edições buscaremos certamente outras vozes e mais colaboradores.

Prof. Dr. Peter Robert Demant  
Coordenador do GTOMMM  
Prof. de Relações Internacionais da USP



## “AS DIVISÕES INTERNAS FUNCIONAM COMO FREIO ESTRUTURAL ÀS REVOLUÇÕES DA PRIMAVERA ÁRABE”

Entrevista do Prof. Dr. Peter R. Demant ao boletim *Malala*

**Boletim *Malala*:** Quando a mídia fala em “Primavera Árabe”, inevitavelmente cria-se uma expectativa positiva, mas o que mais assusta é que o termo carrega forte sentido positivista, como se estivéssemos obrigatoriamente “avançando” dentro de um ciclo pré-determinado como as estações do ano. Muitos críticos aproveitaram a metáfora climática para falar em “Inverno Árabe”, que carrega um sentido de retrocesso, de retração e de isolamento. Outros autores têm preferido termos mais técnicos como “levante” ou até mesmo *intifada*. Qual sua avaliação do termo “Primavera Árabe” e o que o termo em toda a esperança que desperta te mostra da relação entre o Ocidente e o islã?

**Peter R. Demant:** O conceito tem a conotação de renovação, a mídia resgatou o termo de dois precedentes, a “Primavera dos Povos”, de 1848, e a “Primavera de Praga”, de 1968. Em ambos os casos, houve uma mobilização popular para modificar uma situação autoritária. Em 1848, a Europa experimentou uma série de revoltas encadeadas na França, na Itália, na Áustria e outros. No caso de Praga, em 1968, foi um levante tchecoslovaco contra a ocupação russa e o comunismo autoritário. Em ambos os casos, o programa foi liberal democrático.

Cabe notar que, em ambos os casos, os levantes foram derrotados. Então, “Primavera dos Povos”, “Primavera de Praga” ou “Primavera Árabe” não tem obrigatoriamente um sentido positivo, pois nos dois exemplos históricos o desfecho foi negativo. Em 1848, as revoluções, foram derrotadas uma a uma, às vezes por intervenções externas violentas, como pelo exército da Rússia czarista. Na Tchecoslováquia, em 1968, houve a intervenção do Pacto de Varsóvia. Agora, o

mesmo quadro arrisca se repetir no mundo árabe. Tentativas de transformar a sociedade árabe, a política ou a economia, são enfraquecidas ou diretamente derrotadas por intervenções externas. Por exemplo, no caso do Bahrein, o sultão de plantão recorre ao “grande irmão” saudita que envia mil soldados para reprimir a revolta popular. No caso da síria, o apoio pró-regime vem do Irã e da Rússia. Em todos estes casos, as intervenções internacionais tiveram consequências sérias. Na Líbia, o resultado foi, aliás, positivo – a intervenção da OTAN preveniu um massacre e salvou o levante popular.

A outra conotação que o termo “primavera” traz é a da “revolução em série”. Na Europa, no século XIX, uma revolta em um país incentivou populações de outros países a se manifestarem também. Assim as revoltas em Paris, Verona, Berlim, Viena foram uma inspiração em cadeia. A mesma coisa acontece no Oriente Médio árabe: as manifestações se expandem num mundo que fala a mesma língua árabe, facilitado pelos meios de comunicação e atravessando fronteiras.

**B.M.:** A “Primavera Árabe” não se restringiu a um único país. Sendo a língua árabe decisiva para a expansão das revoltas, agora, você identifica outros elementos que explicam por que a “primavera” se expandiu para alguns países e não outros?

**P.R.D.:** As raízes estruturais desta “Primavera Árabe” – crise de deslegitimação das autocracias, crise social, crise do patriarcado, injustiça econômica... - são comuns a muitas sociedades. Também a língua foi importante. Mas os fatores facilitadores, conjunturais, diferem. Há pelo menos três outros elementos. Primeiro, há a expansão da educação, pré-condição para o uso de noticiários mais independentes, portanto fidedignos. Só no Líbano e no Iraque existe uma imprensa livre – no Iraque, como consequência da anterior invasão norte-americana, e no Líbano como consequência do equilíbrio entre as várias seitas. Em quase todos os outros países, a censura mais ou menos severa era a regra. Agora, a Al-Jazeera facilita o acesso da população árabe a notícias não censuradas.

Em segundo lugar, durante a própria Primavera Árabe e no seu imediato preparo muito se especulou sobre o papel das “mídias sociais” como o Twitter, Facebook, e

dos celulares com câmeras fotográficas. Isso despertou uma importante discussão entre especialistas sobre o papel das novas tecnologias na revolução.

O terceiro elemento é o jornalismo participativo retratando em tempo real e *in loco* a repressão, a atuação dos governantes e a “manutenção da ordem” nos países onde levantes estão acontecendo. Cidadãos comuns captam imagens de protestos que vão para a internet, e mesmo para noticiários oficiais, como a BBC ou CNN, ou para o Youtube.

Vejo, portanto, uma relação entre o grau de educação e globalização tecnológica de uma sociedade e a ocorrência da revolta. Mas há igualmente outros fatores. Países mais homogêneos como a Tunísia e o Egito foram mais afetados do que sociedades mais divididas ou que atravessaram guerras civis recentes – por exemplo, o Líbano ou a Argélia. A princípio, a Argélia seria um caso clássico que poderia ter tido sua própria Praça Tahrir, mas isto não aconteceu pois a população estava traumatizada por uma guerra civil anterior. Já o caso da Síria demonstra de maneira cruel os riscos para sociedades divididas em seitas mutuamente hostis.

**B.M.:** Falemos um pouco mais sobre os jovens na “Primavera Árabe”. Utilizando-se das tecnologias disponíveis, os jovens foram protagonistas neste processo de expansão das revoltas. Será que poderíamos pensar que esta mobilização dos jovens muçulmanos na “Primavera Árabe” sinaliza para uma “ocidentalização” da juventude muçulmana? Estes jovens estão consumindo mais, estão utilizando mais tecnologias, estão se comunicando mais com outros países. Como você avalia?

**P.R.D.:** Eu não chamaria de “juventude muçulmana”, pois durante a fase mais ativa e transformativa da primavera árabe o elemento religioso esteve absolutamente ausente. Só depois vários movimentos islamistas pegaram carona no movimento revolucionário. Como estes estavam melhor organizados (às vezes eram os únicos grupos organizados antes da Primavera Árabe) conseguiram chegar ao poder na Tunísia, no Egito e em outros casos. A primeira fase da primavera árabe não foi mais muçulmana do que a Primavera de Praga foi feita por “jovens cristãos”. Além disso, revoluções são geralmente feitas por jovens. Em qualquer momento histórico,

em qualquer lugar, são “jovens” que impulsionam as grandes mudanças e movimentos transformadores. Também a maior parte da violência, em qualquer sociedade, é geralmente cometida por homens jovens entre 15 e 30 anos. A Primavera Árabe não é excepcional neste sentido: coincidiu com um bolsão demográfico de milhões de jovens insatisfeitos e desejosos de mudança com suficiente força e energia para entrar em ação.

**B.M.:** Como avaliar o papel dos jovens na Primavera Árabe? O que as reivindicações dos jovens nos mostram das causas estruturais da Primavera Árabe?

**P.R.D.:** A Primavera Árabe foi precedida por um processo de politização, de insatisfação com o *status quo*, amplamente discutida pelos meios de comunicação antes citados. Esta insatisfação tem pelo menos três raízes estruturais: um Estado disfuncional, uma crise econômica e a crise sexual. Nenhum destes fatores é totalmente novo. Por que a revolta eclodiu exatamente na Tunísia em dezembro de 2010, tendo como estopim a autoimolação de um jovem ambulante? O momento preciso pode ser um acaso: se fosse seis meses antes ou depois poderia ter sido outra vítima cujo sacrifício produziria uma bola de neve semelhante. No entanto, em termos estruturais, as condições estavam maduras, a lenha precisou apenas de uma fagulha. Quais condições? Quase todos os estados árabes eram autoritários, com uma elite corrupta que sistematicamente violava os direitos humanos e não deixava espaço à participação popular. Além de serem regimes cada vez mais corruptos. Tudo isso já seria suficiente para insatisfações.

Quando eclode a Primavera Árabe, a maioria destes regimes é pró-ocidental, o que irá explicar porque a população, de maneira paradoxal, é antiocidental: o regime que eles visavam derrubar era ligado ao (e recebia apoio do) Ocidente, mas – e aí o paradoxo – esta mesma população espera uma ajuda ou até uma intervenção do Ocidente, visto como o berço do ideário liberal e humanitário. Uma vez existia uma polarização no mundo árabe entre monarquias tradicionais pró-ocidentais e regimes militares progressistas pró-soviéticos, ligeiramente socialistas, como a Síria, o Iraque, o Egito e a Argélia. Mas esta polarização desmoronou desde os anos 70 do século XX e, eventualmente, com a implosão do comunismo após o fim da Guerra

Fria, desaparece totalmente. Quase todos os estados árabes foram cooptados pelo campo ocidental, com poucas exceções como o Irã e a Síria, até hoje apoiados pela Rússia.

A primeira causa estrutural da Primavera Árabe é, portanto, política: a falta de democracia, a falta de transparência e de *accountability*. A segunda causa é econômica. Apesar da renda petrolífera e da ajuda externa, em muitos casos não havia realmente desenvolvimento econômico nem distribuição adequada de renda e de oportunidades. A integração na economia globalizada ocorreu de forma muito desigual. Desemprego, economia informal e exploração frustram as expectativas das novas gerações, cientes da existência de alternativas. Em terceiro lugar, existe uma revolução sexual, ou pelo menos uma profunda desestabilização das relações de gênero e dos moldes patriarcais tradicionais, decorrentes da entrada maciça de jovens mulheres no mercado de trabalho. Elas têm hoje mais educação e passam a fazer reivindicações que podem ainda não ser reivindicações propriamente feministas ou de libertação sexual, mas que assustam os homens que veem sua primazia contestada. O mundo árabe ainda é muito patriarcal, e a participação das mulheres constitui quase uma revolução “intercalada” na revolução política. Aliás, a ameaça às prerrogativas masculinas provoca contrarreações: os casos de violência contra mulheres, ao invés de diminuir, aumentaram. As mulheres estão hoje mais visíveis e os homens, que até agora tinham o poder, estão perdendo seus privilégios tradicionais. Tudo isso se choca com suas expectativas. Milhares de jovens sem emprego veem diminuída a possibilidade de estabelecer uma família: pois, se você não tem dinheiro, você não pode se casar. Por outro lado, as mulheres não estão mais tão disponíveis para se submeter aos ditames sociais como antes: “o conceito de virgindade não é mais o mesmo de antes”. Essas tensões, em minha opinião, revelam uma crise social latente que pode se tornar uma verdadeira dinamite no subsolo do que está acontecendo no campo político.

**B.M.:** Você mencionou agora a ideia de uma “primavera subterrânea” ocorrendo entre as mulheres e intercalada com momentos de “inverno” para as mulheres. Neste sentido cabe uma pergunta difícil, mas necessária, e que talvez exigisse uma

espécie de bola de cristal para ser respondida: existe e o quão é provável uma teologia reformista no islã?

**P.R.D.:** Já existe uma teologia reformista, mas talvez a própria Cila [Lima], que pesquisa isso mais de perto, poderia responder melhor. Interpretações mais amistosas aos direitos das mulheres e interpretações feministas existem dentro do islã e estão em desenvolvimento. Remeto, por exemplo, aos trabalhos de Fatima Mernissi, Leila Ahmed, Asma Barlas, Amina Wadud... A questão não é se as ideias existem, mas quanto elas têm. Precisamos avaliar se estas ideias encontram um “chão” receptivo. A posição das mulheres se entrelaça com os demais desenvolvimentos políticos e sociais. Recentemente, com a chegada ao poder de governos islamistas *light*, mas sofrendo pressão de movimentos salafistas mais duros, podemos ver retrocessos, mas a situação não é a mesma em todos os campos. No entanto não há muitos grupos chamando para enclausurar novamente a mulher em casa e na cozinha, reduzindo-a apenas a reprodutoras e educadoras. A ideia de que as mulheres podem se educar e trabalhar fora de casa está bem difundida. Já a ideia de que as mulheres podem escolher com quem namorar e casar é muito menos aceita, mas também aqui a situação é extremamente heterogênea. Há jovens militantes xiitas do Hizbollah no Líbano que usam o *mut`a*, um tipo de casamento temporário que só existe entre xiitas, ou seja, usam um mecanismo teológico já existente oficialmente para ter sexo “oficialmente”. Também dentro de grupos mais conservadores como a Irmandade Muçulmana, há mulheres que são extremamente ativas politicamente. Tanto no Egito quanto na Tunísia cresce a pressão conservadora, mas também cresce a resistência de mulheres defendendo sua modernidade. A situação se polariza, mas o desfecho ainda está em aberto. Quando recentemente visitei a Turquia, país democrático e não participante da “Primavera Árabe”, pude testemunhar o quanto as mulheres, veladas ou não, são ativas na sociedade, na política e em todo tipo de funções.

**B.M.:** Retomando o tópico da democracia, como você avalia a relação entre as demandas da Primavera Árabe e a ideia ocidental de democracia? Estaria o mundo, a partir da Primavera Árabe, mais democrático? Muitos críticos da Irmandade



Muçulmana vão dizer que eles são democráticos apenas uma vez, apenas até ganharem as eleições. Como você reage a esta percepção?

**P.R.D.:** Sim, este argumento (“um cidadão, um voto, uma única vez”) é do Bernard Lewis. A Primavera Árabe foi uma cadeia de “revoluções da dignidade”, sem um programa político preestabelecido e consensual, e sem organização de partidos ou lideranças definidas, cristalizadas. As revoltas espontâneas permitiram uma proliferação de demandas – entre outras para a democratização, embora não necessariamente na sua forma ocidental. Num primeiro momento, as demandas foram mais visando respeito à dignidade e à autonomia dos indivíduos, uma demanda para que o governo os escute. Só quando o governo não escuta é que surgem demandas mais radicais, na direção de uma mudança de regime. O foco no primeiro momento esteve nos direitos humanos; depois, num segundo momento, a ênfase mudou para a emancipação política, para a democratização. Aqui cabem duas observações: primeiro, que até agora os resultados têm sido muito desapontadores; e, segundo, que existe uma tensão universal entre democracia e direitos humanos. Se a *vox populi*, nem sempre muito esclarecida, apesar do crescimento de camadas mais educadas, não for constrangida por garantias de respeito aos direitos dos indivíduos, a ditadura de uma minoria arrisca se transformar numa ditadura da maioria. Para ser funcional, uma democracia precisa não apenas de eleições, mas também de uma sociedade civil ativa e que respeite a pluralidade de vozes. No quesito tolerância, no mundo árabe, há ainda um longo caminho a percorrer...

Se você olha para a situação agora, dois anos após o começo das turbulências, tivemos mudanças de regime em só três ou quatro Estados, dos 20 do mundo árabe, ou seja, na Tunísia e no Egito, ambos ainda muito instáveis; no Iêmen, onde após muita violência um ditador foi substituído por um presidente, mas mesmo assim houve pouco progresso. A Líbia é um caso especial que se beneficiou de um decisivo apoio ocidental externo. Ali, a situação parece estar no caminho certo, mas sofre também retrocessos. A população não é antiocidental; há até, parcialmente, um sentimento de gratidão para com os intervencionistas. Em todos os outros países, as elites no poder conseguiram afastar, com ligeiras mudanças cosméticas

na política, a ameaça da “primavera”. É o caso da Jordânia, do Marrocos, e do Bahrein onde a revolta foi reprimida. Na Arábia Saudita, a situação continua como antes: nada foi feito para aliviar os descontentamentos. O Iraque também é um caso especial: não houve uma Primavera Árabe, mas as tensões internas entre as comunidades sunita e xiita se tornam cada vez mais intensas. Já a Síria está mergulhada numa guerra civil que neste momento o regime não está perdendo. Então, em nenhum destes países a Primavera Árabe conseguiu fazer as transformações que as alas progressistas da população reivindicavam.

**B.M.:** Você poderia falar um pouco sobre a Irmandade Muçulmana?

**P.R.D.:** A situação no Egito está longe de estar estabilizada. Como apontei antes, em todas as sociedades, existe uma tensão entre direitos humanos, definidos como direitos individuais, e democracia, que se baseia no governo da maioria. O Egito é um exemplo dos riscos envolvidos numa democratização sem liberalização (um tema desenvolvido há uma década por Fareed Zakaria). O Egito, na minha leitura, vive uma democratização superficial. Ocorreram eleições mais ou menos livres, sem autoridades militares ditando em quem você deve votar, mas também observamos que grupos islamistas salafistas emergem como a segunda maior força. Um quarto do eleitorado votou salafista, num programa antidemocrático, antiliberal, antiocidental e antifeminista. Ou seja, há um perigo da população democraticamente derrotar a democracia. A Irmandade Muçulmana, mesmo sem programa radicalmente antidemocrático, precisa coexistir com partidos, pregadores e mídias com exigências que limitam os direitos dos indivíduos. Mulheres devem ficar enclausuradas? Não acredito que este seja o programa da Irmandade Muçulmana, mas as pressões existem. Fundamentalistas podem, de forma democrática, esvaziar direitos civis considerados anti-islâmicos.

**B.M.:** Afinal das contas, com essa discrepância entre liberdades e reivindicações coletivas, você acredita na possibilidade de um sistema combinando islamismo e democracia?

**P.R.D.:** Esta discrepância leva a situações absurdas. De um lado, num país como a França, a luta pelos direitos individuais pauta o direito de uma mulher usar o véu. Num país como a Arábia Saudita, a luta pelos direitos inclui a reivindicação para o direito das mulheres de se mostrarem sem véu ou de dirigir. Existem dezenas de exemplos mais drásticos. No Paquistão, mulheres adúlteras vão para a prisão; no Afeganistão e na Somália elas são apedrejadas. E não há dúvida de que uma parcela muito significativa da população apoia estas práticas. Não basta dar poder político à maioria para transformar uma sociedade a tal ponto que ela possa razoavelmente conviver com a modernidade. Todas as sociedades muçulmanas enfrentam a tarefa de conciliar seu legado cultural-religioso, com a democracia e os direitos dos indivíduos – inclusive daqueles indivíduos que rejeitam este legado. A Primavera Árabe permitiu que chegassem democraticamente ao poder grupos com programas que afetam, contestam e diminuem os direitos humanos. Até na Turquia, país muçulmano, mas não árabe, o AKP, partido do premier Erdoğan tentou tornar o adultério um crime. É o mesmo partido que conseguiu bem mais do que a metade dos votos e modernizou o país. O quanto a coletividade pode, em nome da religião, intervir na vida privada? Isso é muito importante, pois afeta diretamente a vida de milhões de pessoas. Problemas interpessoais são resolvidos consensualmente entre o casal ou o comportamento na família está sob a autoridade do estado? A mulher infiel seria um crime contra o Estado, contra Deus?

Traduzindo a tensão entre democracia e direitos humanos para o quadro do mundo muçulmano atual, vejo duas propostas gradativamente se cristalizando. Há um programa islâmico (na maioria dos casos um islamismo *light*, moderado), que quer tornar a sociedade mais religiosa e eventualmente mais conservadora, embora economicamente moderna e educada. Islamistas incentivariam ou forçariam a população e particularmente os jovens a ter comportamentos mais tradicionais. Por outro lado, há a atração do modelo liberal, ocidental: direitos individuais, mobilidade, talvez mais aventuras, e mais oportunidades para cada indivíduo. Aqui o critério do lícito e ilícito seria não a religião, mas as suas próprias escolhas que independem da comunidade religiosa à qual você pertence. Este segundo modelo oferece mais liberdade, mas implica em maiores riscos pessoais e sociais e te rouba do conforto da proteção da família e da comunidade aqui durante a vida e a proteção de Deus

após a morte. Em outras palavras, a velha contradição entre ordem e progresso. Ambos os lados tem seguidores.

Não surpreende que o campo islamista em toda sua diversidade é mais numeroso. Na primeira fase da Primavera Árabe, vimos manifestações de jovens chamando pela dignidade e liberdade, pedindo pela saída dos governantes. Paris, na Revolução Francesa de 1789 e na Revolução de fevereiro de 1848, exhibe paralelos interessantes com a situação árabe. Os grupos mais progressistas derrubam o *ancien régime*, mas constituem uma minoria, são uma vanguarda de antemão já mais emancipada e mais iluminada, enquanto a maioria da população ainda é muito mais conservadora. Em 1848, quando a monarquia francesa cai, o resultado não é uma democracia, mas a chegada ao poder de Luís Bonaparte, o primeiro ditador do tipo moderno, eleito democraticamente. A província derrota a Paris progressista. No Egito, os *fellahin* e os favelados caiotas nostálgicos da segurança da tradição perdida derrotam os intelectuais da Praça Tahrir. A mesma dinâmica se verificou em Teerã quatro anos atrás. A história nunca se repete da mesma maneira, mas é um pouco como se pudéssemos ver no mundo árabe uma variação da trajetória francesa. Não é uma razão para perder a esperança. A França chegou a uma democracia combinada com liberdades individuais bem mais acabada e relativamente estável – só que o processo demorou um século e meio de muitas transformações e crises políticas.

**B.M.:** É possível então pensarmos em mudanças de grande escala?

**P.R.D.:** Não devemos nos desesperar, mas precisaremos de muita paciência. Há possibilidades. A Primavera Árabe não acontece num vácuo. Algo que ainda não discutimos aqui é como a situação do Irã influenciou. O Movimento Verde, de junho de 2009, que protestou contra a eleição fraudulenta de Ahmadinejad, talvez tenha inspirado a Primavera Árabe. O ex-islamista Ed Husain, num artigo recente, especula que a intervenção norte-americana de 2003, de forma indireta, também incentivou a Primavera Árabe: abriu, no Iraque, um campo vasto para transformações profundas e abrangentes. Apesar dos retrocessos, das repressões, das vitórias passageiras de forças contrárias, não descarto a possibilidade de futuras

transformações bem mais amplas. O que é certo é que, enquanto os grandes dilemas não forem resolvidos, eles continuarão instigando movimentos e tendências para mudanças mais radicais. Aqui, acho que entra de forma potencialmente decisiva a questão da comunidade internacional e como ela reage.

**B.M.:** Sobre as reações e percepções da cena internacional, qual sua avaliação? Como avaliar o papel da ONU e dos EUA?

**P.R.D.:** A ONU tem sido extremamente fraca, mas isso não é surpreendente, pois ela não pode tomar posições como se fosse um Estado soberano. A ONU é um conglomerado de Estados voluntários, que não abrem mão de sua soberania. Sobre o Oriente Médio, se digladiam visões e posições antagônicas, opostas, e a ONU fica paralisada. O mais lamentável é o caso da Síria. Os representantes mais prestigiosos da ONU, Kofi Annan, por exemplo, falam de uma situação de “vergonha internacional”: a ONU e a comunidade internacional, em geral, comprovaram sua impotência para frear um maciço derramamento de sangue. A ONU somente poderia fazer mais se ela mesma passasse por transformações que por ora são utópicas. Já os EUA, hoje numa postura de relativa retirada geopolítica (o que não quer dizer que aceito o argumento declinista) têm, de todos os Estados do mundo, as melhores chances de reemergir como o fator mais influente na cena internacional e global. É nisso que aposto, pois, apesar dos erros e pecados norte-americanos, pensando na humanidade em geral, ainda seria o melhor desfecho. Mas isso é outra discussão. No momento os EUA estão desgastados, pois suas intervenções no Afeganistão e Iraque produziram apenas frutos amargos. Dez anos depois, o resultado é uma confusão. Os EUA não querem mais fazer o papel do imperialista bem-intencionado, vigora ali um pouco a ideia de que “não importa o que fazemos, eles se tornam mais e mais antiocidentais” e “vamos salvaguardar nossos interesses nacionais, estratégicos e econômicos de forma mais discreta e menos visível”. Os sírios estão pagando o preço desta desilusão norte-americana.

**B.M.:** Você diria que este maior distanciamento que os EUA hoje apresentam foi decisivo para a Primavera Árabe? Ele teria facilitado as mobilizações?

**P.R.D.:** Não, não facilitou. Inicialmente, os EUA apoiaram os regimes no poder, por motivos estratégicos, oportunistas; não exatamente por razões econômicas ou políticas. Mubarak foi um aliado, Ben Ali foi um aliado, e os outros também: a Jordânia, a monarquia saudita, as petromonarquias do Golfo... A aliança se fazia apesar das tendências antiocidentais das populações. Mas isso criou, obviamente, um círculo vicioso, pois quanto mais os Estados Unidos apoiam regimes, que internamente oprimem a população, mais estas populações se tornam antiamericanas. Mas, na realidade, em 2011 os EUA se colocaram bastante rapidamente ao lado das demandas para a transformação e democratização. A Primavera Árabe ocorre inteiramente na época do Obama, e ele não pode ser culpado de não apoiar estas demandas em teoria. Praticamente, no entanto, os EUA têm feito pouco, a única exceção é a Líbia e, mesmo ali, os EUA estiveram atrás da cortina deixando para a França e para Grã-Bretanha o papel mais público.

**B.M.:** O que chama atenção é a importância que Lîmen de repente despertou nos EUA. Parece que os EUA estão apoiando com mais atenção a situação e a transição no Lîmen do que, por exemplo, no Egito, onde a Irmandade Muçulmana conseguiu ganhar e se estabelecer no poder.

**P.R.D.:** o Lîmen desperta atenção por um quadro grave que se aparenta ao da Somália e do Mali: o medo de que islamistas radicais vinculados à al-Qaeda cheguem ao poder manipulando uma superficial democratização. É o pesadelo daquela lógica que vocês mencionaram antes: “one man, one vote, one time”. Estes islamistas extremistas estabeleceriam ali um novo Irã ou um novo regime de talibã? De fato, há tais grupos violentos. Para com eles só existem duas estratégias: ou reprimir, ou cooptar e emaranhar em redes e práticas democráticas. A segunda via é obviamente preferível. Caso os islamistas cheguem democraticamente ao poder e não realizem suas promessas de melhora econômica, melhora nos direitos humanos e de dignidade, então nas próximas eleições vão sofrer. Fora de grupos extremistas jihadistas minoritários, não vejo realmente tendências para estabelecer uma tirania islamista nos centros mais importantes do mundo árabe mas, nas zonas de mais difícil alcance, como no Saara e em partes isoladas do Lîmen, eles podem captar o

poder e estabelecer ditaduras do tipo talibã, com inspiração de e cooperação com a al-Qaeda. Essa é uma grande preocupação para os EUA e para as democracias.

**B.M.:** Alguns críticos da política externa americana lembram que o Iêmen é um aliado dos EUA no uso dos drones, aqueles aviões não tripulados utilizados para supostamente atacar alvos terroristas. Qual sua avaliação desta tática de enfrentar o terrorismo e os grupos jihadistas? O que esta tática nos mostra quando pensamos no combate dos EUA ao terrorismo no Oriente Médio?

**P.R.D.:** Trata-se mais de uma questão de tática do que de estratégia. Os drones são uma maneira para atacar alvos inimigos, usados agora para eliminar (supostos) terroristas. No campo de batalha do futuro, eles também poderão ser lançados contra infantarias, tanques e outras forças armadas. A automatização do campo de batalha na guerra futura é muito mais ampla do que a luta contra o terrorismo. Por agora, os EUA são os únicos que dispõem desta tecnologia. Em pelo menos duas esferas críticas da defesa, os EUA mantêm seu avanço tecnológico, uma supremacia quase absoluta que só tenderá a se fortalecer nos próximos anos: o controle dos oceanos (continuando, apesar da vontade chinesa de estabelecer uma presença) e o controle do ar e do espaço, campo onde os EUA não encontram competição séria. O problema dos drones é seu nível de precisão ainda imperfeita. O nível de ameaça vindo de al-Qaeda e grupos afins diminuiu nos últimos anos e os drones tiveram um papel nisso, no Iêmen, Paquistão, e em outros lugares. Mas os drones ainda não têm os olhos e ouvidos do piloto humano e cometem erros, às vezes, em lugar de atingir um acampamento de terroristas, massacram uma festa de casamento, matando de vez dezenas de pessoas inocentes, mulheres e crianças. O problema, portanto, é político, mais de percepção pública do que propriamente militar. Eventualmente, as armas não-tripuladas se aperfeiçoarão, e serão mais letais contra terroristas e menos letais contra civis.

**B.M.:** É inevitável também falarmos sobre o conflito Israel-Palestina. Em sua opinião como a Primavera Árabe reverbera, como ela chega, neste conflito? Você percebe alguma mudança na dinâmica da relação entre os países? Você identificou alguma bandeira palestina na Primavera Árabe?

**P.R.D.:** Fiquei surpreso justamente pela ausência deste eco. Não há Primavera Palestina. O controle dos palestinos, exercido parcialmente por Israel e parcialmente pelo Hamas em Gaza e pela Autoridade Nacional Palestina na Cisjordânia não foi fortemente contestada. Não ocorreu uma terceira Intifada como alguns profetizaram. Israel tem medo do paradigma da Primavera Árabe: suspeita que mobilizações populares e ondas democratizadoras não sejam proveitosas para Israel, e possam levar ao poder regimes com maior legitimidade popular e conseqüentemente mais energéticos. Teme que, devido ao *input* islamista, cresça a inimizade. Vimos sintomas que podem apoiar tal leitura, como, por exemplo, sinais de desestabilização na linha de cessar-fogo no Golã. No entanto, essa leitura não se comprovou. A guerra entre Israel e Hamas, em novembro de 2012, se encaixa no modelo tradicional da luta entre entidades estatais.

**B.M.:** É o chamado conflito de baixa intensidade?

**P.R.D.:** Não foi tão baixo. A guerra de Gaza, em novembro, foi abrangente, incluindo foguetes palestinos contra Tel-Aviv e Jerusalém, mas durou só alguns dias e felizmente o pior foi evitado. Como foi evitado? Graças à mediação egípcia, do presidente Mursi da Irmandade Muçulmana! O Egito proclama que apoia os palestinos, Mursi envia um enviado egípcio em solidariedade a Gaza, mostrado na televisão para efeito propagandístico, mas, no fundo, ele está gerenciando um equilíbrio, não quer uma guerra total contra Israel.

É interessante que Israel e Palestina se mantêm um pouco na sombra, num vácuo relativo em relação à Primavera Árabe, cujas demandas, a despeito de seu potencial anti-israelense, até agora foram mais direcionadas à esfera doméstica. Israel sempre aposta na força militar. Acho que Israel, ao contrário, deve ter medo do oposto, da força do fraco. Israel também está preso em paradoxos, pois, embora não exatamente apoie Assad na Síria, também não apoia os rebeldes. Na medida em que os rebeldes se tornam mais jihadistas, a Síria se tornará mais radicalmente anti-israelense. Duas tendências essencialmente inevitáveis serão, no médio prazo,



muitos ruins para Israel, a não ser que o Estado judeu saiba responder com uma proposta mais viável e mais aceitável para os palestinos.

Se a onda de democratização no mundo árabe continuar, no longo prazo com certeza irá fortalecer as sociedades árabes. Sociedades que se democratizam sempre atravessam um período de transição difícil, mas eventualmente emergem mais coesas e mais estáveis e possivelmente com maior criatividade econômica, tecnológica e científica. Ao invés de apostar na restauração dos ditadores (“o demônio que conhecemos”), Israel deve se esforçar para ganhar um mínimo de aceitação no olhar das populações árabes, pois, eventualmente, precisará coexistir com os povos e não com os sultões, autocratas e faraós.

Além disso, a tendência é para movimentos e levantes não violentos. Ora, Israel sempre foi especializado em combater levantes armados, mas não tem nenhuma resposta viável contra uma resistência não violenta. E os palestinos estão testando essa brecha. Acho a luta não violenta um desenvolvimento positivo, que, através de altos e baixos, está emancipando milhões de pessoas ao redor do mundo árabe. Mas, para Israel, essa onda coloca problemas insuperáveis. Israel não pode se manter uma democracia e também manter os territórios palestinos indefinidamente ocupados. É um dilema impossível de resolver. Para sobreviver como estado judaico e democrático, Israel precisa dar voz ao seu adversário, os palestinos. Ainda é possível, mas exigirá muita coragem.

**B.M.:** Professor, você quer dizer algo mais?

**P.R.D.:** Nos países árabes mais heterogêneos ou traumatizados, aqueles com várias seitas e diferentes grupos compondo a população, os *anciens régimes* conseguiram até hoje se manter usando a divisão interna da sociedade: é o caso da Síria, mas também do Líbano, Kuwait, Bahrein, e infelizmente também, e de novo, do Iraque. Um processo de modernização normalmente deveria levar a uma diminuição destas tensões. Na França, os bretões, provençais e parisienses não mais travam guerras civis entre si. Mas no Líbano, na Síria e no Iraque, sunitas, xiitas, drusos, curdos, turcomanos e cristãos são muitas vezes inimigos uns dos outros, e os regimes, ao

invés de promover uma aproximação, se comportam como se fossem um partido entre os demais, protegem uma parcela da população contra a outra, violando os direitos humanos daquelas seitas ou etnias excluídas do poder. Populações minoritárias buscam abrigo e proteção sob as asas do ditador. Isso diferencia os países do Oriente Médio dos, por exemplo, da Europa. As divisões internas funcionam como freio estrutural às revoluções da Primavera Árabe. Se os árabes não conseguirem superar seus preconceitos mútuos, suas revoluções não podem alcançar suas metas. Apenas onde a população neutraliza sua fragmentação e supera o pesadelo de uma repetição de suas guerras civis passadas, há chances realistas para o projeto revolucionário suceder. Só então ela pode transformar a sociedade árabe, e desenvolver um novo e melhor equilíbrio entre identidades e seguranças tradicionais, e as promessas da modernidade.

# ENTRE GEORGE W. BUSH E OBAMA: A RELAÇÃO DOS EUA COM O ISLÃ E O MUNDO MUÇULMANO

Ariel Finguerut<sup>1</sup>

---

**Resumo:** A proposta deste ensaio, e como tal tem caráter mais especulativo e reflexivo do que analítico e dedutivo, é discutir as relações entre EUA e o Islã/Mundo Muçulmano a partir de um recorte contemporâneo tendo como balizas os governos de George W. Bush (2000 – 2008) e Barack Hussein Obama (2009-2012) e como ponto de chegada as primeiras transformações da chamada Primavera Árabe que aqui serão sumariamente apresentadas a luz da percepção dos Estados Unidos. O objetivo desta trajetória ensaística é não só entender e apresentar diferenças e semelhanças entre os dois presidentes americanos como também discutir alguns conceitos e suas consequências políticas que nos ajudam nos estudos sobre as relações entre Ocidente e Mundo Muçulmano.

**Abstract:** The purpose of this essay, more speculative and reflexive than analytical and deductive, is to discuss the relationship between the U.S and the Muslim World. Our spectrum of analysis will be the George W. Bush (2000–2008) and Barack H. Obama administrations (2009–2012). This discussion will lead us to the so-called “Arab Spring”, discussed summarily focusing U.S perspective and aspirations. This Essay’s main purpose is to discuss differences and similarities between both administrations, as well as some concepts and ideas in studies of the relationship between the West and the Islam .

---

## EUA frente ao Islã e ao Mundo Muçulmano

Os desafios são de longa data e as implicações sempre indetermináveis quando olhamos para a relação entre os EUA e o mundo árabe e com os muçulmanos como uma comunidade religiosa espalhada pelo mundo. Esta relação envolve e perpassa por questões não só estratégicas para os interesses americanos, como geopolíticas, culturais mas também chega inevitavelmente a

---

<sup>1</sup> Doutorando do programa de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), bolsista do Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pesquisador do Grupo de Trabalho Oriente Médio Mundo Muçulmano (GT OMMM) , membro do conselho editorial do boletim *Malala*. Contato: arielfing@gmail.com

própria política doméstica e envolve e questiona as ideias de excepcionalidade e de destino manifesto centrais para a identidade estadunidense.

Tadjbakhsh (2010) questiona se não existiria uma visão islâmica para as relações internacionais pois, por se tratar de uma religião mas também de uma cultura com implicações identitárias, poderia haver posições guiadas por determinados valores para uma visão de mundo própria e portanto distinta dos EUA e do próprio ocidente, que por sua vez é pautado por conceitos como “estado-nação”, “democracia”, “direitos humanos” e “regimes internacionais”. Tadjbakhsh (2010) lembra que o islã como religião é expansionista e divide o mundo não em “estados nações” mas em espaços onde reina o islã versus espaços onde não reina o islã. A ideia de “nós” e “eles” cria, muitas vezes, uma alteridade pautada pela “guerra”, guerra dos fiéis contra os infiéis (ou vice versa), guerra contra o islã ou pela expansão do islã. Esta linha tênue entre uma afirmação identitária e o conflito com “o outro” não muçulmano aparece nas inúmeras discussões e interpretações em torno na ideia e do conceito de *jihad*. Tariq Ramadan<sup>2</sup> por exemplo, enfatiza a ideia de “conflito/luta interna” pensando o ideia de *jihad* como uma forma para superar dilemas e perturbações atingindo a paz e o bem estar, já Costa (2003) mostra como a ideia de *jihad* esta relacionada com os conflitos políticos que envolvem os muçulmanos em regiões como Palestina, Caxemira e Norte da África, regiões nas quais o islã se vê frente a outras culturas, outras tradições e outras religiões.

Outro preceito islâmico que influencia a política internacional é o *sharia* que, nos termos de Tadjbakhsh (2009), implica e se fundamenta na ideia de “proteger a vida dos muçulmanos, a propriedade e a fé<sup>3</sup>”. A discussão sobre a *sharia* muitas vezes é calorosa e polêmica no Ocidente, pois como doutrina tem implicações jurídicas que podem restringir as liberdades das mulheres e aceitar violações aos direitos humanos<sup>4</sup>. Por fim, Tadjbakhsh (2009) destaca as implicações do debate entre reformistas e revivalistas dentro do islã. A tradição reformista, também chamada de modernismo islâmico tem como referências, segundo Tadjbakhsh, Al-Afghani (1839 – 1897) e Muḥammad 'Abduh (1849 – 1905). Esta tradição buscaria uma valorização da ciência, aproximando a fé, própria da religião a razão, própria da

---

<sup>2</sup> Cf. <<http://www.tariqramadan.com/spip.php?article11121>>. Acessado em 06 fev. 2013.

<sup>3</sup> No original: “(...) to protect Muslim’s lives, property and faith”

<sup>4</sup> Segundo Pace (2005), a Declaração do Cairo de 1990, fruto de um encontro da *Organisation of Islamic Cooperation*, com 57 estados filiados, considerou que entre os preceitos da Sharia e reivindicações quanto aos Direitos Humanos, no islã a Sharia deve prevalecer.

racionalidade científica. O autor sintetiza esta tradição da seguinte forma (2009, p. 180) <sup>5</sup>:

O islã quando bem entendido não seria contrário a racionalidade e a modernidade, pois seria imensamente constituído por verdades da modernidade tal como a racionalidade.

Já os revivalistas, como por exemplo Sayyid Qutb (1906 – 1966) e o Ayatollah Khomeini (1902 – 1989) buscavam uma legitimidade islâmica para um sistema social em oposição ao poder ocidental. Respondendo ao modernismo islâmico, eles argumentam que a fé tem primazia sobre a razão e que cabe ao mundo muçulmano lutar e resistir buscando suas tradições e verdades mais fundamentais para enfrentar o poder e a expansão dos interesses e valores ocidentais, que consideram tóxicas, corruptas e maléficas para o islã e para os muçulmanos como um todo.

Assim como não há homogeneidade na sociedade estadunidense, nem no Ocidente, o islã tampouco é homogêneo e as ideias de unidade islâmica passaram por várias tentativas como o Pan-Arabismo dos anos 50 e 60 e a partir dos desdobramentos da Revolução Iraniana de 1979. Diante desta difícil relação entre Islã e Ocidente, o sociólogo italiano Enzo Pace discute temas próprios da ciência política como legitimidade, autoridade e governabilidade no islã de tal forma que suas conclusões podem nos ajudar a entender o debate nas relações entre EUA e Mundo Muçulmano. Pace (2005) concluiu que no Islã, religião e política se misturam e se interpõem de tal forma que, ao exemplo do próprio Profeta, que teve papel reformador assim como de líder religioso, é preciso no islã, unir o poder espiritual com o poder temporal. Todavia esta união não é estável, nas termos de Pace (2005, p. 326):

(...) enquanto Mohamed está vivo, a fusão entre religião e política (...) é ponto pacífico; mas quando ele sai de cena, esta não é mais possível nem pode ser repetida ao longo do tempo nem invocada por alguém que pretendesse tomar-lhe o lugar.

A questão da herança legítima, da unidade entre religião e política e da sucessão do profeta terá implicações históricas chegando até o presente envolvendo as diferenças e disputas entre sunitas, xiitas<sup>6</sup> e outros grupos pela sucessão e

---

<sup>5</sup> No Original: “ islam, when properly understood, was not opposed to rationality and modernity, for it was largely constitutive of modern truths such as rationality”

<sup>6</sup> Segundo Costa ( 2003), o xiismo afirma uma descendência a partir de Ali ( o Imâm) que seria o sucessor legítimo do profeta..

linhagem legítima a partir do Profeta<sup>7</sup>. A difícil relação entre religião e política que perpassa pelo sensível tema da legitimidade, força, temendo a desagregação da comunidade religiosa, a se buscar na política por instrumentos de coerção e de unidade, visando manter e preservar uma ordem pública fortemente regida por preceitos e interpretações religiosas.

Encontramos inúmeros relatos de grupos e pessoas punidas ou violentadas, acusadas, por exemplo, de “abandonar a religião” ou por “anunciarem um profeta pós-Maomé<sup>8</sup>” ou simplesmente por ameaçarem a ordem pública<sup>9</sup>. Portanto é um desafio ao ocidente ao lidar e estudar o islã e o mundo muçulmano, entender que religião e ordem pública estão imbricados de tal forma que uma interpretação de ofensa religiosa terá consequências e implicações que podem ameaçar a ordem pública. A visão ocidental (judaico-cristã) como mostra Sacks (2012) ao estudar o uso da bíblia hebraica, se pauta mais pelos limites do poder e pelas virtudes não políticas (individuais) e demonstra ambiguidade quando discute o poder divino dos reis enfatizando que “a teoria política” não é “revelada” mas sim encontrada nos “detalhes”.

Esta diferença entre o Ocidente e o Islã diante da relação entre religião e esfera pública tem implicações direta em dois temas do debate contemporâneo que pautam a relação: a islamofobia que ameaça o Islã e o antiamericanismo que ameaça o Ocidente, mas principalmente os EUA e seus aliados.

---

<sup>7</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre as diferenças na sucessão do profeta e uma boa introdução ao islã, Cf. *Sociedade e cultura na Área Islâmica*. Teresa de Almeida e Silva, Ed. ISCSP, Lisboa, 2010.

<sup>8</sup> Cf. caso dos Baha'is no Irã. Cf. por exemplo, *Entre Dois Mundos* da jornalista Roxana Saberi, Ed. Larousse, SP, 2011.

<sup>9</sup> Neste caso envolve desde movimentos estudantis até lutas específicas de mulheres, trabalhadores ou ambientalistas por exemplo. Cf. por exemplo, *Social Movements, Mobilization and Contestation in the Middle East and North Africa* organizado por Joel Beinin e F. Vairel. Ed. Stanford University Press (2011).

## Islamofobia e Antiamericanismo

A islamofobia entendida como uma manifestação de preconceito e discriminação contra o islã e seus praticantes, se manifesta pela linguagem (escrita, oral mas também artística) mas também permeia o debate das leis e dos debates políticos em regiões como a Europa com forte presença e migração de muçulmanos. Na última década – principalmente a partir de 2005 com a publicação de cartoons envolvendo o profeta em um jornal na Dinamarca – se proliferou pelo Ocidente manifestações artísticas, culturais e acadêmicas consideradas críticas quando não desrespeitosas e difamatórias contra o Islã e seus preceitos e tradições gerando reações violentas e manifestações em todo Mundo Árabe produzindo mortos e ameaças de uma escalada de violência entre muçulmanos e diante do Ocidente. A discussão sobre o direito a livre expressão é algo caro ao ocidente e trata-se de uma das heranças do iluminismo e um dos valores da sociedade democrática porém, para muitos especialistas no islã, e para muitos líderes religiosos muçulmanos, ofender o profeta despertar a percepção de que o Ocidente (judaico-cristão) estaria mais uma vez afirmando sua superioridade e acusando o islã de ser inferior o que, por sua vez, afeta diretamente o sentimento de orgulho que, por sua vez facilmente se transforma em raiva e leva a agressão.

Esta linha de raciocínio: Ofensa ao Islã → Sentimento de Inferioridade → Orgulho ↔ Raiva ↔ Violência; pode nos ajudar a entender a violência produzida no caso dos cartoons dinamarqueses e também franceses mas ganhou grande dimensão recentemente em 2012 com as reações ao filme feito nos EUA: *Innocence of Muslims*<sup>10</sup>. Este vídeo -com pouco mais de 10min desconexos num popular portal de vídeos na internet - foi suficientes para produzir protestos em dezenas de países pelo mundo todo, alguns que terminaram de forma violenta, assim como algumas embaixadas ocidentais ficaram sob ameaça, inúmeros cinemas foram destruídos no Oriente Médio e passou-se a se discutir na mídia Ocidente e nas Instituições Internacionais mecanismos para punir o que no islã se considera atos de blasfêmia.

---

<sup>10</sup> Segundo o governo americano o responsável pelo filme foi o egípcio Nakoula Basseley Nakoula, que segundo a revista Vanity Fair, dirigiu e produziu o filme a revelia dos atores que não sabiam que se tratava de filme difamatório e islamofóbico. Cf. <<http://www.vanityfair.com/culture/2012/12/making-of-innocence-of-muslims>> Acessado em 07 fev. 2013.

Contudo a discussão também gerou contrapartidas que argumentavam esperar que declarações e manifestações antiamericanas e antisemitas no Mundo Muçulmano também fossem punidas. A reação do governo dos EUA ao filme<sup>11</sup> teve como estratégia frisar não ter qualquer relação com a produção e distribuição do mesmo e enfatizou os laços de respeito e amizade que tem com o islã e com os países muçulmanos porém sem sinalizar que iria mudar suas políticas quanto a liberdade de expressão. O impasse em torno do filme envolvendo islamofobia mas também o direito a liberdade de expressão é um bom exemplo da dificuldade em se “mudar imagens” e “mentalidades” na relação entre EUA e o Mundo Muçulmano. Estas mesmas dificuldades perpassam o tema do antiamericanismo que apesar de aparecer com força no Oriente Médio e entre os muçulmanos tem raízes ocidentais/europeias e trata-se de um fenômeno diretamente associado a projeção de poder dos EUA e que portanto tem origens que remontem a I Guerra Mundial , ganhando novo impulso na II Guerra, durante e no pós – Guerra Fria e nos últimos dez anos no contexto da “guerra ao terror”.

Berman (2008) identifica o antiamericanismo como um fenômeno cultural europeu cujo papel é de servir como desdobramento de um contraste entre dois modos distintos de ver e pensar a política internacional. De um lado há a visão europeia, cuja conduta e identidade internacionais se pautam por regras claras, instituições eficientes e busca por relações pacíficas cujos problemas são resolvidos diplomaticamente evitando a todo custo às guerras. Já os EUA na visão europeia seria uma força “arrogante”, “violenta”, “imperialista”, verdadeiros inimigos da paz e “senhores da guerra”. E no Oriente Médio e entre os muçulmanos a percepção não é de todo diferente. Como encontramos em pesquisa do Pew Research (2011), quando perguntados sobre o porquê do atraso e da falta de prosperidade nos países muçulmanos, 53% responderam ser uma consequência das políticas dos EUA/Ocidente, o que reforça a percepção já apontada por outros analistas, de que entre os muçulmanos vigora a percepção de que são vítimas da arrogância, prepotência e da covardia ocidentais. Esta percepção pode ser encontrada nas próprias declarações de Osama Bin Laden desde meados dos anos de 1990 e fica

---

<sup>11</sup> Cf. comunicado oficial da Casa Branca divulgado e transmitido em vários países do Oriente Médio: <<http://youtu.be/RostqHkiYDg>> Acessado em 07 fev. 2012.



evidente na chamada “Carta a América<sup>12</sup>” de novembro de 2002 no qual declara que o ataque e a guerra contra os EUA seria uma resposta aos ataques sofridos e em curso contra os muçulmanos, enfatizando o caso dos Palestinos.

Para Berman (2008) ver-se como vítima justifica o antiamericanismo uma vez que são os EUA a grande potência ocidental e, portanto, seria o poder americano que direta ou indiretamente estaria produzindo miséria e humilhação entre os muçulmanos. No raciocínio de Berman o antiamericanismo surge neste contexto como um instrumento ideológico que justifica o ódio, em sintetiza chega-se num raciocínio pautado pela ideia de que “se eles nos odeiam então nos os odiamos também” o que num segundo momento se transforma em “nos os odiamos então eles devem nos odiar também”. Esta lógica sustenta uma visão ideológica antiamericana mas não se confirma empiricamente em pesquisas de opinião feitas também no Ocidente. Medindo a percepção que judeus, cristãos e muçulmanos tem uns dos outros comparando países ocidentais com muçulmanos a pesquisa do Pew Research (2011) chegou a seguinte tabela:

<b>Ratings of Muslims, Christians, and Jews</b>			
	<i>% Favorable</i>		
	<b>Muslims</b>	<b>Christians</b>	<b>Jews</b>
	<i>%</i>	<i>%</i>	<i>%</i>
U.S.	57	89	82
Britain	64	83	76
France	64	84	84
Germany	45	75	71
Spain	37	76	59
Russia	62	89	63
Israel	19	54	88
Turkey	72	6	4
Egypt	97	48	2
Jordan	96	57	2
Lebanon	92	96	3
Palest. ter.	82	--	4
Indonesia	97	52	9
Pakistan	95	16	2

In predominantly Muslim countries, figures are for Muslims only. Due to an administrative error, ratings of Christians in the Palestinian territories are not shown.

PEW RESEARCH CENTER Q3g-i.

**Tabela 1** – A Percepção favorável dos muçulmanos, cristãos e judeus em relação a si e uns aos outros em países do Ocidente e do Mundo Muçulmano<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Cf. texto na íntegra em inglês em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2002/nov/24/theobserver>> Acessado em 20 jan. 2013.

Estes dados chamam atenção para o fato de que a percepção favorável aos muçulmanos em países ocidentais como Estados Unidos, Grã Bretanha, França e Alemanha, apesar de ser inferior aos índices favoráveis a Cristãos e Judeus, oscila entre 45% e 64%, já em países muçulmanos como Egito, Jordânia e Líbano o índice de “favorável” para judeus varia entre 2 e 3% e para cristãos entre 48 e 96% o que nos mostra que o sentimento anti-EUA e anti- Ocidente alimentado pela percepção de que “odiamos por que eles nos odeiam” não se materializa na esfera da sociedade internacional. Neste sentido autores como Berman (2008) falam do antiamericanismo como uma obsessão que, em síntese, segue sua própria lógica ideológica sendo muito mais emocional do que propriamente “material”.

Considerando as variáveis “islamofobia” e “antiamericanismo” ao compararmos a política externa de George W. Bush (2000 – 2008) com Barack H. Obama (2009 – 2012) teremos um contraste interessante que poderá nos ajudar na reflexão sobre as relações entre EUA e Mundo Muçulmano, mas, como notaremos há mais continuidades e semelhanças entre os dois presidentes do que a Comissão do Prêmio Nobel da Paz gostaria de constatar.

### **Dilemas da Política externa dos Estados Unidos entre George W. Bush (2000-2008) e Barack H. Obama (2009 – 2012)**

As tradições, mentalidades, interpretações e identidades que apresentamos aqui muitas vezes se misturam como veremos a partir de agora.

Um conceito importante que pode nos ajudar a comparar e notar semelhanças e diferenças entre Bush e Obama é o de mudança de regime. Este conceito não é novo e nem exclusivo da ascensão e da hegemonia do poder americano. Teoricamente, trata-se de pensar em transformações, intervenções em países com alguma soberania, cujo resultado se espera que contribua para a paz, a

---

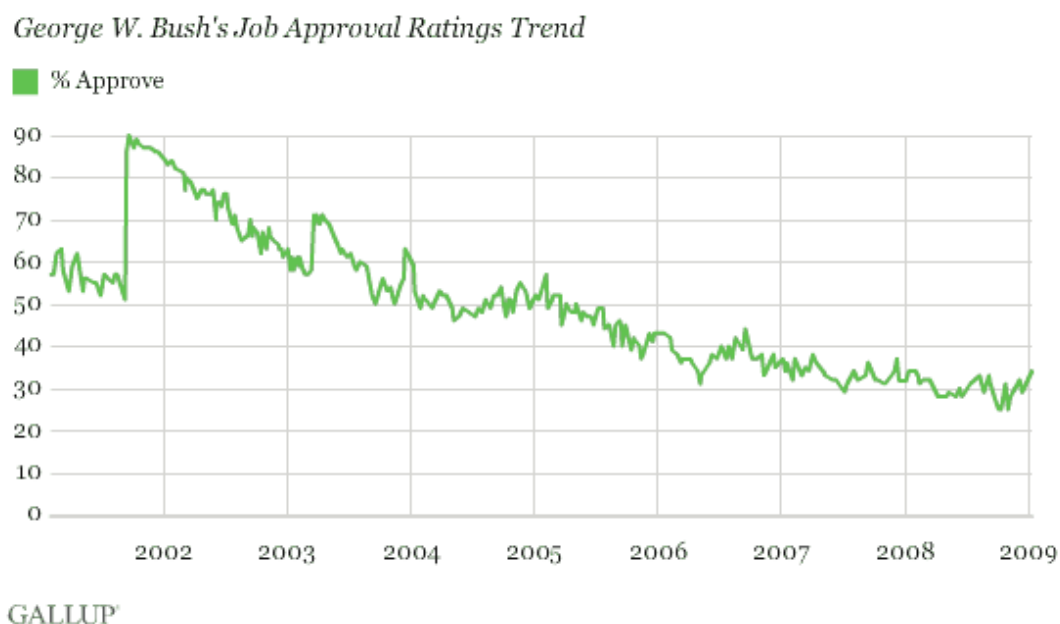
<sup>13</sup> Fonte: Pew Research Global Attitudes Project <<http://www.pewglobal.org/2011/07/21/chapter-1-the-rift-between-muslims-and-the-west/>> Acessado em 09 fev. 2013.

estabilidade internacional e em melhores condições políticas, sociais e econômicas para um determinado povo. Na prática, os EUA ao realizarem mudanças de regimes podem muitas vezes, estar aumentando a violência, aumentando a instabilidade e colocando mais vidas em risco. James D. Fearon (2011) argumenta que os reais motivos das mudanças de regimes promovidas pelos EUA estavam relacionados a questões ideológicas, ou seja, os EUA derrubavam governos que ideologicamente não concordavam os interesses americanos. Neta Crawford (2011) considera uma contradição pensar em promover a democracia como consequência de ações militares e John Tirman (2011) argumenta que muitas vezes, a mudança de regime se transforma num “negócio arriscado” lembrando que, um ditador acaba sendo substituído por outro ou, um determinado grupo étnico passa a ser perseguido no lugar de outro.

No debate da política externa dos Estados Unidos, comumente encontramos a associação entre a promoção da mudança de regime a tradição idealista-wilsoniana. Trata-se de pensar os EUA como uma superpotência capaz de produzir e manter a estabilidade e a ordem internacional e, para isso, se utilizando de seu poder militar para combater terroristas, frear a proliferação de armas químicas e de destruição em massa, bem como frear abusos aos Direitos Humanos e genocídios, livrando o mundo de ditadores e, sobretudo, promovendo a democracia. Mas, de toda esta retórica benevolente com o poder americano o ponto central é a importância da estabilidade no sistema internacional e na confiança no poder militar dos EUA. Neste ponto o governo George W. Bush quando comparamos com o governo Obama, apresentou maior confiança e aposta na mudança de regime, embora Obama tenha em seu mandato -via Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) - promovido a mudança de regime na Líbia, então governada pelo coronel Gaddafi.

A administração de George W. Bush experimentou ao longo de seus oito anos de governo diferentes tipos de reações. Eleito em 2000 num contexto de polarização eleitoral em meio a disputas jurídicas e acusações de fraude, passou, pós-ataques terroristas em 11/09/01, a ter índices de aprovação inéditos historicamente, um apoio como “presidente em guerra” que rapidamente foi consumido após a Guerra do Afeganistão e Iraque. A reeleição em 2004 foi tranquila, mas sofreu durante seu segundo mandato um dos maiores declínios de popularidade, passando por crises

como o pós - furação Katrina, fruto de acusações de corrupção e decorrentes da crise no Iraque, além de crise financeira, terminando seu governo com aprovação em torno de 30%<sup>14</sup>. Esta variação com pico de aprovação e declínio crescente de popularidade torna-se bem visível no gráfico abaixo:



**Gráfico 1** – Porcentagem de aprovação do trabalho do presente George W. Bush entre 2000 e 2009<sup>15</sup>

Ao longo de seus oito anos do governo duas ideias ficaram associadas a sua administração, a defesa e prática da mudança de regime a ideia e defesa do poder americano como uma força benevolente de mudança e produtora de estabilidade no Sistema Internacional. Outro ponto central do governo Bush foi a importância que o Oriente Médio e conseqüentemente o islã passou a ter no contexto da declara “guerra ao terror”. A tese da benevolência do poder americano, defendida, por exemplo, por Kagan (1998) argumenta que nenhum problema mundial poderia ser resolvido sem os EUA e, na medida em que o poder americano se expandiria, o mundo ganharia em “eleições democráticas”, “direitos as mulheres”, “melhores

<sup>14</sup> Cf. dados em: <<http://www.gallup.com/poll/124922/Presidential-Job-Approval-Center.aspx>> Acessado em 07 fev. 2013.

<sup>15</sup> Fonte: Instituto Gallup <<http://www.gallup.com/poll/116500/presidential-approval-ratings-george-bush.aspx>> Acessado em 02 fev. 2013.

condições de trabalho”, aumento de renda e direitos humanos de modo geral. E estes “valores” e “benefícios” teriam maiores condições de atração (de aliados, países e povos) do que de repulsa. Kagan (1998) defende este poder de atração enfatizando que os valores defendidos pelos EUA e seus objetivos quando em guerra não são egoístas e produzem em seus termos “um mundo melhor” se perguntando, quem, se não os EUA, para se preocuparem com a ordem global, ordem esta que interessa a todos, europeus, russos, chineses e muçulmanos. Para Kagan a contradição dos críticos ao poder dos EUA é ao almejar uma ordem “multipolar” não se preocuparem com quem assumiria o preço e as responsabilidades quanto a estabilidade e ordem do Sistema Internacional. Portanto, nesta linha de raciocínio caberia os EUA insistirem no unilateralismo apesar dos críticos e apesar dos eventuais “desgastes” que compõem o preço a pagar por ser, nos termos da ex-secretária de Estado de Bill Clinton, Madeleine K. Albright, “a nação indispensável”.

George W. Bush a partir dos ataques de 11/09/01 enviou sinais ambíguos ao mundo quando aos rumos do poder americano. Ao mesmo tempo em que o mundo se uniu em condenar os ataques e a se solidarizar com os EUA, Bush sinalizava para uma ação solitária na qual o mundo escolheria o lado americano ou o lado dos terroristas<sup>16</sup>. E uma vez que os terroristas estavam associados ao Islã (via Al Qaeda; Taliban; Afeganistão e Iraque) muitos comentaristas retomaram e reinterpretaram as teses de Samuel Huntington, que em 1996 havia lançado O Choque de Civilizações. Dentre as reinterpretações uma de maior influência passou a ser a de Norman Podhoretz, sintetizada no livro de 2007, *World War IV: The Long Struggle Against Islamofascism*, no qual o autor argumenta que os EUA, pós- 11/09/01, estava envolvido em uma série de conflitos, como no Afeganistão e no Iraque e também conflitos diplomáticos como no caso do Irã sem contudo, ter um inimigo claramente definido. O que Podhoretz (2007) classifica como islamofacismo é fruto de uma mistura de uma leitura fundamentalista do islã, expressão pelo Taliban com uma estrutura autoritária na organização política expressão pelo regime de Saddam Hussein no Iraque. Portanto, caberia aos EUA que já derrotou o nazifascismo europeu o fascismo soviético derrotar desta vez, o islamofascismo e, o 11/09/01

---

<sup>16</sup> Nos termos de George W. Bush ( no original) : “Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists.” (in: President Bush's address September 21, 2001, in Congress. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2001/US/09/20/gen.bush.transcript/>> Acessado em 08/02/2013.

neste sentido, não foi uma “surpresa” mas apenas um fato que serviria para os EUA reconhecer um inimigo que já existia e que assim como os outros inimigos já citados, apresenta uma visão de mundo inconciliável a dos EUA, com um agravante, ao contrário dos inimigos do passado (nazistas e soviéticos) o islamofascismo foi o único a atacar os EUA em seus principais símbolos de poder. Contudo como frisa Podhoretz em entrevista a Peter Robison para o Hoover Institution<sup>17</sup>, os EUA apesar de já completar mais de década na “guerra ao terror” ainda conhece pouco sobre o islã e não tem um consenso claro de qual e sua estratégia e seus objetivos nos conflitos e no envolvimento dos EUA com o Oriente Médio e o Mundo Muçulmano.

Esta percepção de não conhecer o islã e não ter uma estratégia clara também foi apresentada por Madeleine K. Albright (2003) que aponta como um dos grandes problemas da reação do governo Bush ao 11/09/01 a ausência de um espectro de escolhas, uma moldura que permitiria definir claramente quais são os interesses em jogo, as possibilidades de ação e os objetivos a serem atingidos. Sem esta “moldura” Albright enfatiza que os EUA rapidamente passaram a ser um poder temido e não mais benevolente.

Para Albright (2003) a política externa de Bush frente ao terrorismo islâmico isolou os EUA ao se pautar por ações preemptivas, sem uma aliança clara, criando a imagem de uma nação “sozinha” disposta mais a se manter mais forte e mais poderosa dos que as demais e não construindo alianças. Para Kristol e Kaplan (2003) a reação aos EUA não foi por “justiça” mas por uma “luta global contra uma ameaça global” ou seja, mais uma vez os EUA estaria colocando seu poder a serviço da ordem global e da segurança de outras nações. Albright (2003) em outras palavras, classifica este novo momento a partir da estratégia de segurança nacional de 2002 que falava em “auto-defesa antecipatória”, ou seja, os EUA iriam onde fosse preciso para “prevenir” novos 11/09 e novas “Al-Qaedas” e neste espírito “preventivo” e “antecipatório” o governo de George W. Bush justificou a Guerra do Iraque alegando a ameaça de presença e proliferação de armas químicas e biológicas além do incentivo ao terrorismo e suposta ligação com a Al-Qaeda. A

---

<sup>17</sup> Cf. em: <<http://www.nationalreview.com/media/uncommonknowledge>> Acessado em 08 fev. 2013.

Guerra do Iraque para Albright (2003) representou um novo sentido para a “guerra ao terror” em suas palavras<sup>18</sup> (2003, p. 06):

Bush reformulou sua questão inicial: Ao invés de simplesmente pedir aos outros para se oponham a Al Qaeda, ele passou a pedir para que se oponham a Al Qaeda, apõem a invasão a um país árabe e apõem uma doutrina de preempção, tudo isso compondo um único pacote.

Neste sentido a guerra do Iraque e seus desdobramentos criaram na opinião pública internacional a sensação de serem os EUA uma nação incosequente, que age pelas suas próprias vontades, e George W. Bush passou a ser a própria imagem do “Sr. Da Guerra”. Aos analistas da política internacional a pergunta deixada pela volta do “wilsonismo duro” da política externa dos EUA no limiar do século XXI foi: Conseguiriam os EUA construir e manter uma legitimidade para conquistar e produzir mudanças políticas não só no Mundo Muçulmano mas em qualquer outro lugar? Até onde iriam os EUA?

O governo Bush além da questão de legitimidade e do alcance (até onde poderia ir depois das guerras no Afeganistão e Iraque?) de sua força e capacidade de transformação a partir da ação militar (a eficácia das mudanças de regime) também despertou discussões em torno do futuro do poder americano, ou seja, estariam os EUA se transformando num Império? Estaria o poder americano em declínio e avançaríamos para uma ordem multipolar ou “não polar” nos termos do diplomata Richard N. Haass?

Foi neste contexto que surgiu Barack Hussein Obama, inicialmente um antagonista a Hillary Clinton a candidata favorita do Partido Democrata e que defendia a volta do respeito aos aliados tradicionais da Casa Branca e o fim dos EUA como a nação que impõe sua vontade ao mundo, defendendo em sintonia com as ideias de Smart Power de Joseph S. Nye Jr. (2008) a prioridade em transformar velhos inimigos em novos aliados, restaurando a “liderança americana” valorizando a cooperação internacional em detrimento das ações unilaterais associadas ao governo Bush. Obama defendia a “renovação da liderança americana”, uma liderança que seria positiva, pondo fim a imagem de “bully” associada a George W. Bush e prometendo por fim a guerra do Iraque, fechar a base de Guantánamo

---

<sup>18</sup> No original: “(...) Bush has reframed his initial question. Instead of simply asking others to oppose al Qaeda, he now asks them to oppose al Qaeda, support the invation of an Arab country, and endorse the doctrine of preemption – all as part of a single package”.

acreditando na diplomacia como instrumento para persuadir o Irã e outros possíveis inimigos. Após árdua disputa, Obama venceu Hillary nas primárias e entrou fortalecido na campanha nacional.

O antagonismo entre Obama, escolhido como candidato democrata e John McCain, o candidato republicano, facilitou o candidato democrata que era “jovem”, “negro”, “contra a guerra” e que iria trazer mudança e esperança aos EUA e ao mundo enquanto McCain, apesar do histórico de certa independência como senador, ficou associado ao legado de George W. Bush, era “velho”, “branco” e prometia maior envolvimento militar no Iraque propondo um novo internacionalismo, retomando a ideia wilsoniana de Liga das Nações que ele chamaria de “Liga Democrática”. No mais Obama avançou nas pesquisas na medida em que a crise econômica de 2008 se agravava.

A simples vitória de Obama, primeiro presidente declaradamente negro eleito dos EUA serviu por si para aumentar a confiança e melhorar a imagem internacional dos EUA. O que já representou um ganho de *Soft Power* considerável para os EUA, como consequência dessa melhora de percepção internacional, Obama foi laureado com o Nobel da Paz em 2009 no qual em seu discurso de agradecimento fez referência ao conceito de “guerra justa”<sup>19</sup> e se dirigiu ao mundo muçulmano em discurso no Cairo em junho de 2009<sup>20</sup> no qual propõe uma “nova relação” com o mundo muçulmano.

Apesar do clima otimista e de “mudança”, analistas da política externa apontam para ambiguidades na política externa de Obama. A começar pelos sinais confusos na relação com o Irã, pois Teerã não apresentou sinais de recuo e, ao contrário, diante das crises no Iraque e na Síria voltou a ser um ator regional com certa influência, além de seguir com uma retórica agressiva e ameaçadora contra Israel. Outro ponto ambíguo é a base militar americana em Guantánamo. Esta base se transformou num símbolo internacional da política agressiva e unilateral e que viola as convenções de Genebra, do governo Bush acusado de não respeitar direitos humanos, mantendo presos de diferentes países em condições desconhecidas com suspeitas de práticas de tortura em interrogatórios em prisões secretas mantidas

---

<sup>19</sup> Cf. Discurso em: <<http://youtu.be/AORo-YEXxNQ>> Acessado em: 02 fev. 2012.

<sup>20</sup> Cf. discurso em: <[http://youtu.be/B\\_889oBKKNU](http://youtu.be/B_889oBKKNU)> Acessado em 02 fev. 2013.



pela pelo serviço de inteligência dos EUA (a CIA) e pelas forças armadas<sup>21</sup>. Obama prometia fecha-la e não o fez e passou a usar mais frequência Drones<sup>22</sup> como instrumento de ataque preventivo no combate ao terrorismo, prática também que desrespeita a Convenção de Genebra mas que segundo pesquisa do portal de notícias Huffington Post, quando aplicado para matar terroristas tem o apoio de 54% dos americanos<sup>23</sup>. Além disso, não deixa de ser contraditório Obama apresentar a localização seguida de morte de Osama Bin Laden no Paquistão como um dos grandes feitos de seu mandato sendo que conforme enfatizado pela organização *Keep America Safe*<sup>24</sup> não seria possível tal feito sem a investigação do serviço secreto, investigação esta que para muitos grupos de Direitos Humanos, inclui tortura. Também houve a mudança de regime na Líbia, derrubando o governo de Muammar Gaddafi, liderado pela Otan, ocorreram novos ataques atribuídos a al Qaeda com em 2012 na embaixada americana em Benghazi. A mudança de regime na Líbia foi um caso exemplar para sinalizar a ambiguidade da política externa de Obama.

Nye (2011) enfatiza que Obama teria “objetivos limitados” com um “compromisso limitado” na Líbia, agindo com prudência e preocupado com civis em sintonia com os interesses da Liga Árabe e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não assumindo o ônus do problema. Esta postura para Nye seria um exemplo de “liderança inteligente”. Em síntese, Nye propõe que a política externa dos EUA seja uma “manutenção da hegemonia” enquanto outras potências irão emergir. Para Fawaz A. Gerges (2012) o caso de mudança de regime na Líbia não mostra a “liderança inteligente” mas somente a incapacidade - pós desgaste da administração de George W. Bush - dos EUA agirem sozinhos. E enfatiza que o multilateralismo também tem efeitos contrários as “melhores intenções” como os

---

<sup>21</sup> Os casos de abuso da prisão mantida pelo exercito americano em *Abu Ghraib* ganharam destaque. Cf. documentário de Rory Kennedy de 2007, *Ghosts of Abu Ghraib*.

<sup>22</sup> Drones é o nome popular para veículo aéreo não tripulado de combate, *UCAV* na sigla em inglês. São instrumentos de guerra com grande autonomia de voo (chegando a 16h sem reabastecimento), oferecem alta precisão para ataques a alvos pré-determinados e também podem ser usados para espionagem e serviços de informação. Segundo Medea Benjamin (2012) , todos os ataques feitos por Drones precisam ser autorizados pelo presidente.

<sup>23</sup> Já no caso de investigações que incluíam praticas de tortura, com exceção da parcela da população que se identifica como conservadora e entre homens que se identificam com republicano, todos os outros segmentos da sociedade rejeitam em mais de 50% o uso da tortura. Ver pesquisa completa em: <[http://voices.washingtonpost.com/behind-the-numbers/2009/01/on\\_torture.html](http://voices.washingtonpost.com/behind-the-numbers/2009/01/on_torture.html)> Acessado em 04 jan. 2013.

<sup>24</sup> Mantida e organizada pelo ex-vice presidente Dick Cheney , articula –se com outros grupos conservadores. Cf. em <<http://www.keepamericasafe.com/?p=6935>> acessado em 21 fev. 2013.

exemplos históricos do Sudão do Congo e mais recentemente da Síria nos quais conflitos entre o Estado e forças rebeldes ou entre diferentes grupos étnicos se estenderam por meses causando milhares de mortos e refugiados. Para Kristol (2012) importante articulador conservador dos EUA, a estratégia de Obama na Líbia longe de ser “inteligente” mostra uma perigosa trajetória de retração e de retirada dos EUA, processo que produziria grande instabilidade no Sistema Internacional com consequências muito piores do que o suposto unilateralismo dos anos de Bush.

Para ex-apoiadores da política externa de George W. Bush como William Kristol, Norman Podhoretz e Niall Ferguson (2012), Obama não só estaria comprometendo o futuro do poder e da hegemonia americana como estaria colocando os EUA na posição de ator secundário, uma vez que apesar da melhora da imagem internacional os EUA não conseguiram durante seu primeiro mandato, construir alianças, frear forças rivais e mantiveram um modo de agir, pautado por ações secretas, ataques relâmpagos a revelia das convenções internacionais e mesmo assim, sem conseguir – como gostaria Hillary Clinton, secretária de Estado do primeiro mandato de Obama – transformar velhos inimigos em novos aliados<sup>25</sup>.

Em se tratando das relações entre EUA e Oriente Médio a ambiguidade também acompanha as políticas e posições da política externa de Obama. No conflito Israel – Palestina no qual os EUA ainda são o ator mais influente, os dois lados tem demonstrado descontentamento com a posição distante dos EUA. Como bem argumentam Bernard Avishai e Sam Bahour (2013), ou Obama assume a influência e o poder de mediação que representa, ou os radicais dos dois lados iram se fortalecer, além de que “os moderados de ambos os lados desejam a paz, mas primeiro necessitam de esperança, a mesma “esperança” que Obama propagava representar quando candidato em 2008 mas que tem passado distante do conflito Israel - Palestina. A mesma falta de mediação e de uso de influência pode ser negativamente decisiva para que as hostilidades crescentes entre Israel e Irã e se transformem em mais uma guerra e, também como destaca McCain (2013) e outros 2 senadores dos EUA, a diplomacia americana tem fracassado no caso sírio e a situação deste país esta cada vez pior, com mais mortos, mais refugiados e o atual regime não sinaliza para mudanças ou transição.

---

<sup>25</sup> A única exceção seria o caso de Mianmar. Mais detalhes em: <[http://www.nytimes.com/2012/04/05/world/asia/myanmar-sanctions.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2012/04/05/world/asia/myanmar-sanctions.html?_r=0)>. Acessado em 08 fev. 2013.

Interessante notarmos também que apesar do impacto positivo inicial na imagem internacional dos EUA, no Oriente Médio e no Mundo Muçulmano a relação dos Estados Unidos com o países muçulmanos apresentou uma percepção de piora diante de Obama, como por exemplo no Egito, Jordânia e Paquistão como mostra a tabela abaixo:

**Fewer Westerners See Bad Relations Between Muslims and Western Nations**

<i>% Saying generally bad</i>	<b>2006</b>	<b>2011</b>	<b>Change</b>
	<i>%</i>	<i>%</i>	
Russia	53	38	-15
Britain	61	52	-9
Germany	70	61	-9
U.S.	55	48	-7
France	66	62	-4
Spain	61	58	-3
Indonesia	54	41	-13
Turkey	64	62	-2
Egypt	57	60	+3
Jordan	54	58	+4
Pakistan	25	45	+20
Lebanon	--	62	--
Palest. ter.	--	72	--

In predominantly Muslim countries, figures are for Muslims only.

PEW RESEARCH CENTER Q36.

**Tabela 2** – Percepção das relações entre Ocidente e Mundo Muçulmano<sup>26</sup>

Importante notarmos que após a eleição de Obama em 2008 o principal fator de mudança nas relações entre o Mundo Muçulmano e o Ocidente foi a chamada “Primavera Árabe” em 2011, 2012 e suas consequências, com a queda de regimes e mobilizações populares por vários países muçulmanos se estendendo até o presente.

Os acontecimentos e desdobramentos da Primavera Árabe, ainda recentes - quando não ainda em curso - nos impedem de fazer uma análise conclusiva. Um

<sup>26</sup> Fonte: Pew Reserch Center, <<http://www.pewglobal.org/2011/07/21/chapter-1-the-rift-between-muslims-and-the-west/>>

ponto que pretendemos discutir é se a Primavera Árabe sinaliza uma aproximação com o ocidente (e com os EUA) e, diante dos acontecimentos, qual tem sido a posição dos Estados Unidos. Visando sintetizar esta discussão montamos o quadro que segue. Neste quadro fica claro que os protestos que culminaram na Primavera Árabe não tiveram os EUA como alvo, ou seja, os Estados Unidos não foram a causa da Primavera Árabe; contudo, considerando o envolvimento americano e a importância estratégica que a região tem para a estabilidade internacional e portanto para os interesses de Washington D.C, os EUA observam e se preocuparam com os desdobramentos da Primavera Árabe especialmente por que Obama, assim como qualquer outro presidente, não tem controle sobre o que virá.

<b>País</b>	<b>Percepção estratégica dos EUA</b>	<b>Transformação no contexto da Primavera Árabe</b>	<b>Posição dos EUA</b>	<b>Expectativa dos EUA</b>
<b>Yêmen</b>	- País com grande envolvimento em atividades terroristas. Conjuntamente com países arredores - grande desigualdade social (o país figura entre os mais pobres do mundo)	Ali Abudullah Saleh, tradicional aliado dos EUA ficou no poder entre 1990 e 2012. Passando o poder para Abd R. M. al-Hadi	- Os Estados Unidos consideram o governo al -Hadi um aliado e um governante bem intencionados e com agenda de reformas.	Ao investir tanto a infra-estrutura do Yemem como também em ajuda humanitária e ao aproximar al-Hadi de seus interesses a expectativa e de melhorar as condições sociais e políticas do Yemem combatendo também assim a al Qaeda.
<b>Paquistão</b>	Durante o governo George W. Bush ( 2000 – 2008) era considerado um aliado central na guerra contra o terror. A partir de 2009 já no governo Obama o país é apontado como uma das prioridades no combate ao terrorismo culminando na morte de Osama Bin Laden em maio de 2011 em Abbottabad, Paquistão.	Não houve mudança de regime embora desde 2011 ocorram grandes manifestações em Islamabad.	Muitas vezes os EUA acusam o Paquistão de ter dois comportamentos, hora se comprometendo a combater grupos terroristas mas hora se mostrando ausente, principalmente no controle entre Afeganistão e Paquistão região estratégica não só para o Taliban mas para inúmeros outros grupos terroristas que atuam na Caxemira e em outros países.	Apesar das desconfianças de ambos os lados, os EUA seguem injetando dinheiro para ajuda humanitária e oferecendo auxílio e treinamento para o combate ao terrorismo. E o governo paquistanês segue afirmando estar comprometido contra o terrorismo.
<b>Egito</b>	Tradicional aliado dos EUA vê com receio a chegada de	A queda de Hosni Mubarak em fevereiro de 2011 (	Apesar da desconfiança com governo Mohamed	Para os EUA apesar das turbulências serem

	uma ex-liderança da Irmandade Muçulmana além do fortalecimento dos salafistas no Congresso.	no poder desde outubro de 1981) foi talvez o maior o símbolo de maior impacto da Primavera Árabe	Morsi, o governo dos EUA segue como aliado com fortes laços com as forças armadas egípcias.	motivos de preocupação, a expectativa é por um regime democrático e que as condições sociais e políticas melhorem . Um ponto crítico para os EUA é relação entre Egito e Israel em constante ameaça com declarações pró – Palestina ou críticas a Israel que partem da irmandade muçulmana ou do gabinete de Morsi.
<b>Israel – Palestina</b>	Israel é um “aliado especial” dos EUA mas interesse a Casa Branca a retomada dos diálogos e do processo de paz com os palestinos e o isolamento de Israel com retórica mais agressiva não agrada aos interesses de Washington D.C.	Não houve mudança de regime embora manifestações anti-Israel e pela retomada das negociações de paz tem crescido principalmente no Oriente Médio e na Europa.	Os EUA seguem como aliados quase incondicionais de Israel embora isso não impeça a Casa Branca de manifestar seu eventual descontentamento com o governo israelense.	Uma Israel forte e mais independente dos EUA para sua segurança soa como um cenário favorável, contudo, uma Israel isolada politicamente e expansionista soa como um grande problema para os americanos.
<b>Arábia Saudita</b>	Desde dos anos 70 é o mais importante aliado estratégico dos EUA no mundo árabe . Embora se trate de uma monarquia que governa com grande repressão e que valoriza tradições que muitas vezes são anti-Ocidentais (principalmente no que diz respeito aos direitos e a emancipação das mulheres), a Arábia Saudita é para os EUA um aliado sólido, parceiro fundamental para sua segurança energética <sup>27</sup> e também no combate ao terrorismo.	Não houve mudança de regime e manifestações foram duramente reprimidas mas forçaram a monarquia a sinalizar para reformas e a investir bilhões em “estabilidade doméstica”.	Segue como aliado estratégico dos sauditas.	O interesse da China no petróleo Saudita pode diminuir a importância estratégica da relação com os EUA e isso pode incentivar a Arábia Saudita a ser mais independente o que não necessariamente seria do interesse dos EUA.
<b>Tunísia</b>	No norte da África	Com a queda de	Por ter sido o primeiro	Inicialmente sem

<sup>27</sup> 17% de toda produção de petróleo da Arábia Saudita destina-se ao mercado estadunidense. Cf. dados da *U.S Energy Information Administration* disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=SA>> Acessado em 07 fev. 2013.

	era considerado entre os países muçulmanos um governo progressista para mulheres e também considerado um regime estável e confiável. Ben Ali, no governo desde 1987 foi o primeiro a cair no contexto da Primavera Árabe.	Ben Ali em meio a manifestações que se estenderam por um mês, houve eleições, vencidas por islâmicos moderados. O novo governo mais conservador não conseguiu uma estabilidade política e em 2013 novas manifestações poderiam comprometer a sustentação do governo.	regime a cair, a situação da Tunísia surpreendeu a Casa Branca que de oficialmente não esperava nem cogitava o que se desdobrou.	apoiar os manifestantes mas tão pouco declarando apoio a Ben Ali a expectativa dos EUA é pela estabilidade política e avanços sociais, principalmente quando ao desemprego, principal fator que desencadeia as manifestações anti-governo.
<b>Irã</b>	Sem relações diplomáticas desde a revolução Iraniana em 1979 , o país tem sido algo de uma “guerra fria” com momentos de tensões crescentes em torno do projeto nuclear iraniano	Não houve mudança de regime embora durante as eleições presidencial de 2009 houve uma intensa mobilização contra o governo de Mahmoud Ahmadinejad, o movimento ficou conhecido como “ revolução verde” ou usar a cor verde de protesto. A expectativa era eleger o candidato de oposição Mir-Hossein Mousavi, o que não ocorreu e grandes manifestações foram duramente reprimidas.	Os EUA tem oscilado entre momento de confrontação diplomática - com aplicação de sanções e com tentativas de isolar diplomaticamente o Irã – e tentativas de reaproximação e de diálogo, muitas vezes visto como desconfiança pela oposição doméstica nos EUA e próprio governo de Teerã. .	Os EUA acreditam por meios diplomáticos com sanções e ameaças conseguir persuadir o Irã a desistir de seu programa nuclear bélico, evitando assim um conflito armado que poderia gerar grande instabilidade na região.
<b>Turquia</b>	Tradicional e histórico aliado dos EUA, a Turquia apesar de ter um governo controlado por um partido islâmico mostra-se com um poder moderador no oriente Médio capaz de exercer uma influência decisiva nos acontecimentos da região.	Não houve mudança de regime ao contrário, o governo do primeiro ministro Recep Tayyip Erdoğan tem se destacado como articulador colocando a Turquia como uma potência regional em ascensão.	Os EUA parece ver com bons olhos o bom momento da Turquia, tanto em relação a postura mais independente diante da União Europeia como diante das transformações do Oriente Médio.	A Turquia aos olhos dos EUA é sobretudo visto como um país em transição. Pressionados pela oposição doméstica, o governo Obama sinaliza desconfiar do governo de Ankara quanto a manutenção da laicidade turca de sinaliza também para uma maior cobrança quanto a temas relacionados aos Direitos Humanos e Liberdade de Expressão
<b>Líbia</b>	Os EUA apoiaram a	A mudança de	Interessa ao EUA	A expectativa é que

	mudança de regime mas buscaram não agir unilateralmente.	regime foi liderada pela Otan tendo os EUA aliado mas sem buscar assumir a liderança.	estabilidade regional e eficácia no combate ao terrorismo sob a liderança da Otan.	a Líbia volte a ser um aliado confiável do Ocidente.
<b>Líbano</b>	Um eventual fortalecimento do Hizbullah aumentaria a instabilidade regional e poderia ameaçar Israel. Por outro lado interessaria aos EUA que o Líbano fosse um bom exemplo de boas relações com o Ocidente e entre diferentes religiões.	Não houve mudança de regime mas há grande instabilidade tanto entre sunitas e xiitas como envolvendo questões regionais com Síria e Israel.	Os EUA esperam que o Líbano não se transforme em área de influencia da Irmandade Muçulmana ( via descontentamento dos sunitas) nem que o Hizbullah (xiita) ganhe força política e militar.	O Líbano é um país central aos interesses dos EUA , tanto para a estabilidade regional como para o mundo muçulmano como um todo.
<b>Iraque</b>	Pós – derrubada do regime comandado por Saddam Hussein, os EUA gostariam de ver um Iraque com eleições diretas e representativas com estabilidade política.	A mudança de regime foi anterior a Primavera Árabe.	Entre planos de uma retirada do Iraque os EUA temem o aumento da influencia iraniana no Iraque e a continuidade de ataques terroristas em território iraquiano.	Os EUA esperam sair do Iraque deixando um país mais estável politicamente, e com um processo político mais representativo (para xiitas, kurdos e mulheres principalmente) , além de pensar na segurança regional.
<b>Marrocos</b>	Importante parceiro comercial dos EUA, o regime monarquista do Marrocos temendo perder legitimidade respondeu aos protestos da Primavera Árabe com uma agenda de reformas políticas.	A monarquia persiste com novos poderes ao legislativo. E projetos visando mais transparência na política.	Sem manifestar grande apoio ao regime os EUA sinalizam com bons olhos as reformas visando maior transparência e participação política.	Interessa aos EUA estabilidade doméstica pois assim como manifestações na Tunísia chegaram até o Marrocos o caminho contrario também pode ocorrer alem de afetar outros países como Egito e Argélia.
<b>Bahrain</b>	Aliado da Arábia Saudita, uma possível repressão aos protestos anti-governo podem não só gerar instabilidade regional como podem trazer problemas para a relação EUA – Arábia Saudita.	Não houve mudança de regime mas a estabilidade política muitas vezes se revela frágil.	A posição dos EUA é ambígua pois por um lado tende a apoiar as reivindicações por mais transparência, participação política e melhores sociais e econômicas mas por outro lado desagradar a família real Bahrain pode ter um preço a ser cobrado pela monarquia saudita.	O Bahrain dentro da área de influência da Arábia Saudita tem relevância como antagonismo a expansão regional do Irã.
<b>Síria</b>	Caso mais sensível dentro Primavera Árabe envolve uma guerra civil que se estende com	O regime comandado por Bashar al-Assad respondeu com extrema violência	A diplomacia dos EUA defende a saída de Bashar al-Assad do poder e apresenta sinais ambíguos se	Enviar tropas e liderar uma mudança de regime na Síria pode ser arriscado para os

	milhares de vítimas e milhares de refugiados	aos protestos contra seu governo. A situação avançou para uma guerra civil no qual apesar da perda de legitimidade Assad ainda controla boa parte do território e não sinaliza que ira sair do poder ou implementar reformas políticas.	poderia intervir ou se irá oferecer um apoio mais decisivo as forças de oposição.	EUA, especialmente num contexto de uma diplomacia contrária a intervenções militares e a mudanças de regime tendo os EUA como força unilateral. Contudo ao não agir diretamente, os EUA temem que o conflito na Síria se espalhe por outras regiões (envolvendo Líbano, Israel, Turquia e Irã), além dos problemas humanitários já existentes com refugiados na fronteira com a Turquia
<b>Jordânia</b>	Considerado um aliado fundamental dos EUA, é central para a estabilidade regional e para o processo de paz no conflito Israel – Palestina.	Não houve mudança de regime embora a mobilização política da Irmandade Muçulmana na Jordânia tem crescido.	Interessa aos EUA manter a Jordânia como aliado e para isso pretende manter investimentos e planos de cooperação bilaterais.	Manter a Jordânia como aliado e evitar fortalecer a Irmandade Muçulmana.
<b>Afganistão</b>	Apesar da mudança de regime e da presença de tropas americanas e de aliados, a região segue instável e com inúmeros grupos terroristas e com a Taliban ainda estruturado e como ator político importante.	A mudança de regime foi anterior a Primavera Árabe	Interessa aos EUA que o Paquistão exerça maior influência e mantenha sobre controle o Taliban e que tenha uma política efetiva de combate ao terrorismo.	O maior interesse dos EUA e que a região ganhe estabilidade e seja efetiva no combate ao terrorismo mesmo que para isso seja possível negociar novamente com o Taliban como força política.

**Quadro 1 – Os EUA frente à Primavera Árabe**

## Conclusão

Nossa intenção neste ensaio foi apresentar alguns conceitos e ideias centrais para entendermos a projeção de poder e a forma com os EUA se relacionam com o



mundo. Nosso foco neste sentido foi pensar nas relações entre EUA e o islã e com o mundo muçulmano.

Quanto ao islã mostramos o debate e o embate entre uma visão modernista e a revivalista/ fundamentalista, cujos fundamentos, como mostramos, passam por temas e interpretações históricas fundamentalmente vinculados à religião e ao espaço público e por temas como a sucessão e a legitimidade em torno da sucessão e da ordem construída pós - profeta.

Em seguida, analisamos a relação contemporânea entre os EUA e o Mundo Muçulmano tendo como balizas as administrações George W. Bush e Barack H. Obama. Neste sentido discutimos conceitos centrais como a islamofobia e o antiamericanismo e tentamos mostrar as consequências de uma política mais assertiva como a de Bush e as consequências de uma política permeada por ambiguidades como a de Obama frente ao Mundo Muçulmano.

Nossa discussão culmina nas transformações e incertezas deixadas no rastro da Primavera Árabe. Se por um lado, a diplomacia americana parece concordar e apoiar as reivindicações dos jovens por melhores condições sociais, econômicas além de mais participação e transparência política, por outro, os EUA se veem cobrados por aliados tradicionais como Israel, Arábia Saudita e Paquistão que, em nome da ordem internacional, da estabilidade regional e de seus interesses domésticos específicos, contam com os Estados Unidos para a manutenção do status quo, um apoio que, no caso de Obama, apesar da retórica de “mudança” parece seguir sem alteração entre a face da contenção e da libertação tal como historicamente tem sido. Tanto Obama como Bush souberam mostrar os dois lados conforme a conjuntura. O dilema americano neste quadro parece ser entre manter a hegemonia assistindo a emergência “dos outros” como nos termos de Joseph Nye Jr. ou, nos termos de Norman Podhoretz “aos que acusam os EUA de serem um império em declínio. Eu considero que as duas premissas estão erradas. Nós não somos um império e não estamos em declínio<sup>28</sup>” e, portanto, caberia aos Estados Unidos assumirem o fardo e a responsabilidade de ser “excepcionalmente” a única potência global de nosso tempo. O peculiar do momento que vivemos esta no fato de que diante de ambas as teses ou visões de mundo não há “hegemonia interna”

---

<sup>28</sup> Tradução livre; In: Entrevista a Em entrevista a Peter Robison para o Hoover Institution (Cf em: <<http://www.hoover.org/multimedia/uncommon-knowledge>> Acessado em 06 fev. 2013.

ou sequer consenso nem na política doméstica estadunidense nem na sociedade internacional de forma que a atuação do poder americano segue como em voo de cruzeiro mas as turbinas as vezes parecem fazer ruídos assustadores.

## Referências Bibliográficas

- ALBRIGHT, Madeleine K. *Bridges, Bombs, or Bluster?* In: Foreign Affairs, out. 2003. V. 82, n. 05.
- ARON, Raymond. *A República Imperial*. Zahar Editores, RJ, 1975.
- AVISHAI, Bernard e BAHOUR, Sam. *Inércia dos EUA é risco para o Oriente Médio*. Estado de S. Paulo, 23/01/2013.
- BENJAMIN, Medea. *Drone Warfare: Killing by Remote Control*. Ed. Blackstone, NY. 2012.
- BERMAN, Russell A. *Anti-Americanism in Europe: A Cultural Problem*. Ed. Hoover Institution Press, Stanford, 2008.
- BESSA, António Marques. A Grande Expansão dos Portugueses in: Revista de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, n.01, 2007.
- COSTA, Helder Santos. *O Martírio no Islão*. Ed. ISCSP, Lisboa, 2003.
- CRAWFORD, Neta C. *Promoting democracy by military intervention is an oxymoron in ethical and political terms*. In: Regime Change Doesn't Work, in: Boston Review, Outubro /2011.
- FEARON, James D. *U.S. leaders know that regime change can be destabilizing and expensive, but they do it anyway*. In: Regime Change Doesn't Work, in: Boston Review, Outubro /2011.
- FERGUSON, Niall. *Civilization: The West and the Rest*. Penguin Books, NY, 2012.
- GEORGES, Fawaz A. *Obama and the Middle East: The End of America's Moment?*. Ed. Palgrave Macmillan, Londres. 2012.
- MCCAIN, John; GRAHAM, Lindsey, LIEBERMAN, Joseph. *A Decida da Síria ao inferno*. Estado de S. Paulo, 02/01/2013.

- NYE, Joseph S.Jr. *In Libya, Obama has balanced interests and values while limiting risks*. In: Regime Change Doesn't Work, in: Boston Review, Outubro /2011.
- \_\_\_\_\_. *Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History*. Ed. Longman, NY. 2008.
- PACE, Enzo. *Sociologia do Islã: fenômenos religiosos e lógicas sociais*. Ed. Vozes .Petrópolis. 2005.
- SACKS, Jonathan. God's Politics in: Foreign Affairs Dez/2012 V. 91, N. 6.
- Pew Research Global Attitudes Project. *Muslim-Western Tensions Persist*. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2011/07/21/chapter-1-the-rift-between-muslims-and-the-west/>>. Publicado em: 21 jun. 2011.
- PODHORETZ, Norman. *World War IV: The Long Struggle Against Islamofascism*. Ed. Doubleday, NY. 2007.
- KAGAN, Robert. The Benevolent Empire in: Foreign Policy, Summer, 1998.
- KRISTOL, William. *Footprints on the Sand of Time* in: The Weekly Standard, Dez. 2012.
- KRISTOL, William e KAPLAN, Lawrence F . *The War over Iraq: Saddam's Tyranny and America's Mission*. Ed. Publishers Weekly, NY, 2003.
- LIPSET, Seymour Martin. *American Exceptionalism: A Double-Edged Sword*. Ed. W. W. Norton & Company, NY. 1997.
- LLOSA, Mário Vargas. *Apogeu e queda do Ocidente*. Estado de S. Paulo, 20/01/2013.
- TADJBAKHS, Shahrbanou. *International relations theory and the Islamic worldview* in: Non-Western International Relations Theory, Amitav Acharya e Barry Buzan (Orgs.) ed. Routledge, Londres, 2009.
- TIRMAN, John. *Violence begets violence, undermining the prospects for new regimes to thrive*. In: Regime Change Doesn't Work, in: Boston Review, Outubro /2011.



# A “PRIMAVERA” PARA AS MULHERES ÁRABES: IDEAIS E REALIDADES

Cila Lima<sup>1</sup>



Levantes de mulheres pró-democracia em Sitra (Bahrain), em 18 de junho de 2011<sup>2</sup>

---

**Resumo:** Este ensaio objetiva, num primeiro momento, apontar aspectos positivos da “primavera árabe” com relação aos movimentos de mulheres muçulmanas, em termos de visibilidade internacional e mobilidade social; num segundo momento, elencar barreiras e dificuldades enfrentadas por esses movimentos no “pós-primavera” diante das ações dos governos islamistas.

**Abstract:** A first moment, this essay focuses on the positive aspects of “Arab Spring” on Muslim women movements, toward the international visibility and social mobilization; a second moment, it focuses on the obstacles and difficulties faced for these movements in “pos-Spring” due to the actions of Islamist governments.

---

Uma das expressões da importância que a “primavera árabe” teve para os movimentos de mulheres muçulmanas, no sentido de visibilidade internacional e de

---

<sup>1</sup> Doutoranda, membro do GT-OMMM (Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano) e do NEHH (Núcleo de Estudo de História e Historiografia), autora do livro *Women and Islamism: the cases of Egypt and Turkey*, LAP-Lambert e membro da equipe editorial do Boletim Malala.

<sup>2</sup> [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:W\\_1](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:W_1)

mobilização social é o movimento virtual *The Uprising of Women in the Arab World Page*<sup>3</sup>, criado em outubro de 2011, que ultrapassa as barreiras da censura, da repressão e do autoritarismo e tem como seus “seguidores e amigos” mulheres (e homens) de todo o mundo árabe e países muçulmanos. Em contrapartida o que vem sendo postado nessa Page também demonstra a longa caminhada de luta para alcançar o almejado equilíbrio entre os ideais destes levantes e a realidade de cada país.

Em meio a brutais violências (que no caso do Egito<sup>4</sup> foram ilustradas e sintetizadas, entre outros, no vídeo [http://www.youtube.com/watch?v=0DkdYPs\\_qfE](http://www.youtube.com/watch?v=0DkdYPs_qfE)), as mulheres estiveram massivamente presentes na “primavera árabe”. Em um levantamento de Shahin Cole (2011), por exemplo, na primeira manifestação na Praça Tahrir, contabilizava-se ao redor de 20% de manifestantes mulheres.

Embora o chamado reivindicativo mais unísono fosse pela dignidade humana e democracia, palavras de ordem mais específicas também estavam em evidência como, por exemplo, o reconhecimento do direito ao trabalho, à educação, à participação política e, até mesmo, à liberdade sexual e emancipação do indivíduo. Entretanto, o principal e mais relevante aspecto que permeia todas essas bandeiras é o confronto ideológico entre a secularização e a reislamização das questões de gênero.

A *intifada* (como se auto-define) mencionada inicialmente neste ensaio deixa claro, em sua carta programática e de princípios, o seu posicionamento nesse confronto declarando que “is a free secular space for constructive dialogue and

---

<sup>3</sup> <http://uprisingofwomenintheArabWorld.org/en>

<sup>4</sup> Nesse país casos de abusos de autoridade policial e das forças governamentais de segurança, durante os levantes, foram frequentes, como em 9 março/11, que soldados prenderam e submeteram 20 ativistas mulheres, a choques elétricos e, em 7 delas, a ‘testes de virgindade’ (Langohr, 2011). O ‘teste de virgindade’ foi um mecanismo usado pelas autoridades para desqualificar as manifestantes, no sentido de provar que não são garotas “corretas” e “seguidoras da moral”. Samira Ibrahim Mohamed relata que, além do trauma e espasmos sentidos durante vários dias depois dos choques, ela ainda tem vergonha da humilhação que passou com o teste (que psicologicamente sentiu como estupro), pois ela e outras foram agredidas, agressivamente despidas, colocadas em uma mesa e examinadas na presença de vários soldados, alguns dos quais filmavam com os seus celulares (Zoepf, 2011). Dentre tantos outros casos, um a ser mencionado também é o que aconteceu em dezembro/11, mostrado no vídeo acima, quando uma manifestante foi abordada, durante um protesto na Praça Tahrir, e a polícia levantando brutalmente sua blusa para mostrar o seu dorso e seu sutiã (de cor azul, cuja foto foi divulgada nas mídias internacionais) acompanhado de agressões muito violentas. Esse episódio foi registrado por um fotógrafo e postado no seu twitter, o que promoveu uma das maiores manifestações de mulheres no Cairo, 10.000 se reuniram contra as ações policiais e das autoridades (Langohr, 2011).

fearless listening about women's rights in the Arab world" (...) complementando que "all members have the right and freedom to their beliefs as long as they are committed to the limits and do not try to impose his/her views on the others".

Seguindo um caminho muito mais abrangente do que o posicionamento irresponsável proposto pelo grupo FEMEN<sup>5</sup>, que chamou as mulheres muçulmanas a fazerem um "jihad do topless" (explicitamente desconsiderando a diversidade cultural e religiosa dos povos), a Page *The Uprising of Women* tem recebido postagens de várias partes do mundo com manifestações de apoio ao movimento, de denúncias das violências e desrespeito à dignidade humana das mulheres e de bandeiras positivas de luta pelos direitos. Essas manifestações são apresentadas de diversas performances: mulheres "veladas" ou não, homens com ou sem roupas islâmicas ou, mesmo, pessoas com os seus corpos nus (como nas fotos abaixo).

**Palestina**



**Tunisia**



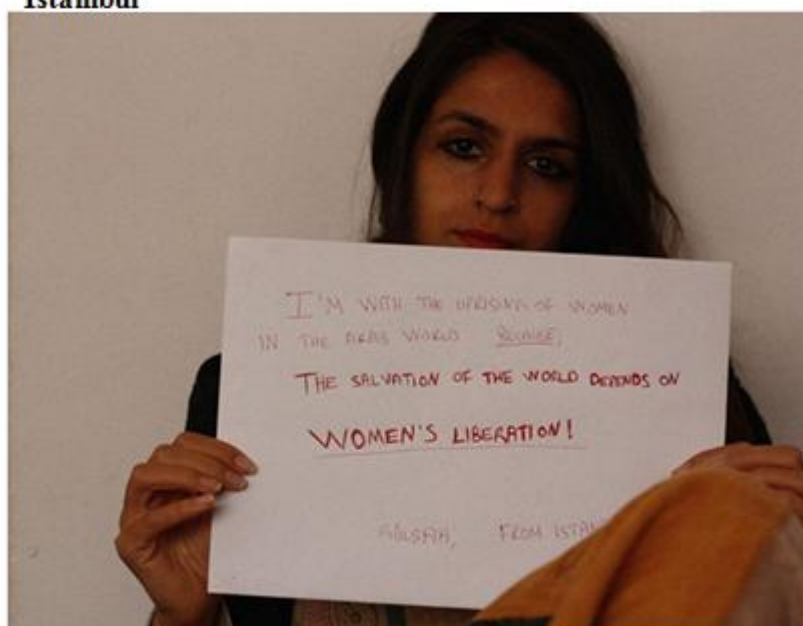
---

<sup>5</sup> Movimento de protesto (fundado em Kiev, Ucrânia) composto por mulheres, que usam o topless, com denúncias escritas no corpo, como instrumento de visibilidade midiática. Os seus temas são diversos e dependem do país em que atua, embora se declare ser um grupo em luta contra a exploração de mheres, as ditaduras e as religiões.

### Palestina



### Istambul





Jordânia



Jordânia

"I am with the Uprising of women in the Arab world because I have the right to add my children to my passport without anyone else's approval".



Esse anseio por um “novo” modelo feminino presente na “primavera árabe” é um dos resultados das lutas e transformações sociais realizadas por quase um século de feminismo nas sociedades muçulmanas, unidas aos movimentos populares de mulheres e à atuação dos órgãos internacionais. Uma breve visualização dessa elaboração histórica pela emancipação das mulheres muçulmanas pode ser sintetizada num panorama dos principais debates em um contexto de modernização e de reislamização<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> A reislamização ou reavivar islâmico corresponde a um processo de mudanças socioculturais e políticas que vem ocorrendo no mundo muçulmano e/ou grupos muçulmanos de outros países (especialmente europeus) envolvendo a observância aos princípios e às condutas religiosas do Islã. Trata-se de um processo impulsionado principalmente por fundamentalistas, cuja participação na política interna e o seu crescente controle sobre a sociedade civil de países muçulmanos vem ocasionando um “alargamento da base social do islamismo” (Demant, 2004: 247).

## **“Novo” modelo feminino e consciência de gênero: quase um século de feminismo no mundo árabe e a recente visibilidade internacional**

O feminismo no mundo muçulmano surgiu, enquanto consciência de gênero, por volta de 1890, no Egito e na Turquia, em publicações inspiradas nos modos de vida seculares franceses e estadunidenses. Não obstante, como movimento organizado e independente, que luta pelo fim de qualquer forma de dominação sexista e misógina, floresceu pioneiramente no Egito com a líder feminista Huda Sha'rawi (1879-1947) fundando, em 1923, a União das Feministas Egípcias (*al-Ittihad al-Nisa'i al-Misri*) e se consolidou por meio de Duriyya Shafiq (1908-1975) fundando em 1948 a União das filhas do Nilo (*Ittihad Bint al-Nil*).

Esse feminismo egípcio passou por algumas mudanças ideológicas que podem ser compreendidas em cinco grandes fases: (1) o feminismo liberal radical, de 1920 a 1940, representado por feministas muçulmanas educadas na França ou em escolas francesas; (2) o feminismo populista, de 1940 a 1950, representado, em especial, por feministas de formação marxista; (3) o feminismo sexual, de 1950 a 1970, representado principalmente pela médica egípcia Nawal el Saadawi; (4) o feminismo ressurgente dos anos 80 (Badran, 2009: 120-133). Essa fase foi ressurgente, pois durante os anos 60 e 70, todos os movimentos de mulheres do Egito foram desestruturados e violentamente combatidos pelo então governo de Gamal Abdel Nasser; e, (5) o feminismo islâmico, pós-anos 90, resultante do encontro entre o feminismo secular e os movimentos de mulheres pela reislamização, que, nesse momento, estava presente na maior parte das sociedades muçulmanas e pós-2000, também pode ser presenciado nas mais diversas diásporas muçulmanas.

O encontro desses dois movimentos opostos, de um lado, o feminismo secular e, de outro, o ativismo de mulheres islamistas<sup>7</sup> foi intensificado a partir dos

---

<sup>7</sup> Os termos *islamismo* e seu adjetivo *islamista* têm sido usados na literatura internacional e mais recentemente na do Brasil para se referir a movimentos sociais de politização do Islã, tendo como raiz ideológica o fundamentalismo, a oposição ao Ocidente e à modernidade, embora outros termos também sejam usados com sentido aproximado (Islã político, Islã radical, Islã radicalizado, radicalismo islâmico e outros cf. Demant, 2004: 194). A participação de mulheres no islamismo é grande, haja vista o grupo das Irmãs Muçulmanas (parte integrante da Irmandade Muçulmana) e a enorme quantidade (por volta de um milhão) de militantes mulheres em um dos partidos islamistas turco, o Partido do Bem Estar (*Refah Partisi*). Ver, por exemplo, Lima 2013.

anos 90. Porém, muito antes, já se tinham demonstrações públicas de suas lutas em comum ou de seus debates ideológicos que ora eram de tolerância, como nos primeiros anos do surgimento dos dois movimentos (20 a 50), em que, ainda concentrado no Egito, as relações eram mais ou menos cordiais e partilhavam algumas metas, como a luta anticolonialista; ora de extrema rivalidade, como nos anos 70 e 80 (em um âmbito territorial bem maior, pois podia ser presenciada em outros países, como por exemplo, na Turquia, no Irã, no Paquistão e outros<sup>8</sup>): as feministas acusando as islamistas de ativismo reacionário, conservador e de apoio às concepções fundamentalistas de subordinação da mulher; e as islamistas acusando o feminismo de inadequado, pois, segundo elas, associava-se ao Ocidente, ao colonialismo e à religião judaico-cristã, além de considerá-lo uma imoralidade.

Entretanto, essa alternância possibilitou um novo panorama, a admissão por parte de algumas expoentes islamistas de que poderiam aprender com a história do feminismo num esforço para construir uma teoria islâmica de liberação das mulheres. Ao mesmo tempo em que os chamados dos movimentos de reislamização continuavam na direção de um retorno das mulheres aos espaços domésticos, algumas de suas militantes, seguiam uma direção ideológica diferente. Por exemplo, a conservadora jornalista e escritora islamista Safinaz Qazim que passou a escrever, nos anos 80 e 90, sobre o trabalho e as regras societárias para as mulheres. Em sua opinião, o chamado para as mulheres deixarem os seus trabalhos não é “verdadeiramente islâmico”. Em uma revista egípcia para mulheres, *Metade do Mundo (Nus al-Dunya)*, ela publicou, em 1990, um artigo dizendo: “a mulher tem que recuperar os seus direitos legais garantidos a ela pelo Islã” e a sua “participação na construção de uma sociedade islâmica avançada” (apud, Badran, 2009: 152 - traduções nossas).

E a “islamista progressista” egípcia Heba Rauf (nascida em 1965), que pode ser vista como a precursora de um discurso islamista mais próximo do feminismo,

---

<sup>8</sup> Esse encontro e/ou diálogo entre mulheres islamistas e feministas seculares estiveram presentes em muitos países muçulmanos, como por exemplo, nos casos: a) na “guerra do véu”, anos 80, da Turquia (quando o governo proibiu o uso do véu em instituições públicas) e o feminismo secular apoiou o direito das mulheres islamistas de usarem o *hijab*; b) no lêmén em que islamista e feministas seculares usaram o discurso do Islã para mobilizar mulheres pela participação no parlamento das eleições de 1997 e juntas também lutaram contra os itens reacionários das leis, fazendo, em 1997, um projeto para a reforma do código de *status* pessoal e da lei da família; e, c) a elaboração de um primeiro caderno, em 1995, por feministas seculares e mulheres islamistas, em um painel de discussão, no Cairo, intitulado “ao redor do espectro feminista-islamista” (Badran, 2009: 217).

mesmo sendo ele um termo rejeitado por ela. As ideias de Rauf giram em torno da necessidade de se eliminar as dicotomias das sociedades entre o feminino/masculino, o público/privado e o político/religioso. Essa cientista política e membro de um dos conselhos das Irmãs Muçulmanas entende que todo indivíduo homem e mulher deve ser igualmente um combatente em potencial pela identidade e soberania islâmica. Nesse sentido ela reivindica que os direitos e as obrigações sociais sejam iguais para todos. Um exemplo bastante ilustrativo desse seu pensamento é a sua opinião de que o serviço militar deveria ser também obrigatório para as mulheres<sup>9</sup>.

Nos levantes da “primavera árabe” alguns modelos femininos estiveram em destaque por trazerem *em si* características singulares de modernidade e de reislamização: o modelo turco (que é um misto entre o público, moderno e secular e o privado, tradicional e religioso) e o modelo proposto pelo feminismo islâmico (que é entrelaçado por apelos dos direitos humanos internacionais e da observância islâmica).

O modelo turco foi construído por um longo histórico de lutas feministas nacionais, unidas aos mais importantes órgãos internacionais e às atuações estatais pela emancipação das mulheres. Esse histórico pode ser sintetizado em quatro períodos: a) da reforma modernizadora otomana, período Tanzimat (1839-1876) a 1923, com influências de ideias francesas e estadunidenses; b) de 1923 a 1960, as intervenções nacionalistas e ocidentalistas da república kemalista: o “feminismo de Estado”; c) de 1960 a 1990, a consolidação do feminismo secular kemalista e do feminismo secular crítico ao kemalismo; e, d) pós-anos 90, o feminismo secular sendo questionado pelas ativistas mulheres islamistas; mais a diante, o feminismo islâmico.

As reformas estatais de Kemal Atatürk para emancipação das mulheres<sup>10</sup> (considerada por ele como fundamental para a modernização da Turquia) impulsionou o desenvolvimento do chamado feminismo kemalista. Embora com grande potencial de luta, as ações desse feminismo estavam ligadas às políticas do

---

<sup>9</sup> Sobre Heba Rauf e Safinaz Qazim ver Badran (2009: 152) e Karam (1998: 215-225).

<sup>10</sup> O chamado “feminismo de Estado” do governo de Atatürk, logo no início da república turca se direcionou para a estrutura formal da família: aboliu a poligamia; rejeitou o casamento de crianças; reconheceu que as mulheres têm direitos iguais (nas áreas, por exemplo, dos testemunhos nas cortes, na herança e na manutenção da propriedade); garantiu a escolha de seus esposos e de iniciarem um divórcio, mantendo seus direitos depois de consumado (Arat, 1999: 15).

estado e ao *status quo*, favorecendo certa “cegueira” ao que acontecia na realidade, como por exemplo, projetos de lei que alcançavam somente as mulheres urbanizadas e da elite; e, baixos índices de desenvolvimento: em 1955 apenas 3,8% das mulheres recebiam pelos seus trabalhos; em 1975, 51, 8% eram analfabetas (a despeito de educação primária ser obrigatória desde a revolução republicana); em 1993, no parlamento, o índice era de 2, 3% (menor do que em 1937); e, no código civil permanecia a subordinação da mulher à família (Ilkcaracan, 1997: 6 e 7).

Pós-anos 80 uma nova geração de feministas, passou a criticar as reformas kemalistas, alegando que apesar de terem trazido mudanças radicais favoráveis às mulheres<sup>11</sup> elas continham repressão da sexualidade, fé em profissionalismo (ou educação) e sobreposição do comunitário sobre o individual, reafirmando o *status quo* das relações privadas. Esse feminismo crítico considerava que o Estado kemalista endossava e legitimava as instituições patriarcais predominantes na família, na mídia e na educação ( Arat, 1997: 103-106).

Assim como no Egito e em outros países, na Turquia, nos anos 80 e 90, esse feminismo secular, seja kemalista ou crítico, também passou a ser confrontado pela massiva militância de mulheres islamistas, que como novas observantes religiosas questionavam a validade do feminismo no Islã.

### **Feminismo islâmico: uma proposta em construção**

O feminismo islâmico é um movimento político-religioso presente em países muçulmanos e em diásporas muçulmanas, concebido aqui *lato sensu* como uma atuação feminista associada à reinterpretação das fontes religiosas do Islã, para repensar a posição da mulher na sociedade muçulmana.

---

<sup>11</sup> Nessa primeira fase da república houve significativo aumento da presença das mulheres em espaços públicos, devido às medidas nos âmbitos: a) educacionais: grandes investimentos, a ampliação no número de escolas, o livre acesso e a obrigatoriedade de ambos os sexos ao nível básico; e, b) políticos: o sufrágio, o direito a concorrer nas eleições (municipais em 1930 e nacional em 1934), tendo, em 1937, um grande salto da participação no parlamento: nas eleições gerais, 18 deputadas foram eleitas, correspondendo a 4, 5% da Assembleia Nacional) cf. Kandiyoti, 1991: 41

Esse movimento se auto-define por objetivar a recuperação da ideia de *ummah* (comunidade muçulmana) como um espaço compartilhado entre homens e mulheres. Para isso, utiliza a prática islâmica *ijtihad* (livre interpretação das fontes religiosas), formulando um discurso pela justiça e emancipação das mulheres, que seriam expostas nas reinterpretações dos textos sagrados numa perspectiva feminista. A espinha dorsal dessa releitura é o *tafsir* (comentários sobre o Alcorão), embora sejam também objetos de reinterpretações os *ahadith* (dizeres e ações do profeta Muhammad) e o *fiqh* (jurisprudência islâmica).

Para a construção do modelo feminino indicado pelo feminismo islâmico, uma primeira afirmação sobre o Alcorão é de que a divisão, baseada na biologia, das funções na família e na sociedade, justificando a desigualdade, não é alcorânica, é cultural e social. Além, segundo elas, de os capítulos do Alcorão que explicitamente são de igualdade estar sendo deixados de lado ou pouco observados, como, por exemplo, os versos seguintes: sura 49 Aya 13 (*al-Hujurat*) “Oh, humanidade. Nós criamos vós de um único par de um masculino e feminino e feito vós em tribos e nações que vós pode conhecer um ao outro (não que vós pode desprezar um ao outro). O mais honrado de vós diante de Deus é o mais justo de vós (aquele que pratica o mais *taqwa* – consciência de Deus ou piedade)” e a sura 9 Aya 71 (*al-Tawbah*) “Os crentes, masculino e feminino, são protetores (*awliyya*) um do outro” (Badran, 2009: 331).

Um dos exemplos de reinterpretação do Alcorão nessa perspectiva feminista islâmica pode ser o do momento em que uma mulher está para dar à luz e amamentar e o homem é chamado pelo Alcorão para auxiliá-la, como na sura 4 aya 34 (*al-Nisa'i*) “Homens são responsáveis por (*qawwamuna 'ala*) mulheres porque Deus deu a um mais do que o outro (*bima faddalan*) e porque eles a apoiam com os seus recursos”. Autoras feministas islâmicas, dentre elas, a libanesa e radicada nos EUA Azizah al-Hibri demonstram que o termo *qawwamuna 'ala* transmite a noção de “prover para” o momento do nascimento e da criação, mas ele não indica que a mulher não possa prover por si mesma os recursos necessários. Para esse movimento feminista o termo *qawwamuna 'ala* não é um discurso incondicional da autoridade masculina, como supõe a interpretação clássica, que acaba por tornar uma situação condicional e contingencial em condição universal (Badran, 2009: 248-249).

Com relação aos *ahadith*, a formulação central do feminismo islâmico é de que as suas interpretações vigentes atribuem posicionamentos misóginos ao profeta, contudo é possível enxergar esses textos sem esse caráter, como pretende a feminista islâmica turca Hidayet Tuksal ao utilizar o método de releitura para expor os *ahadith* misóginos como espúrios cf. Badran 2009: 332-333. Essa linha analítica foi usada anteriormente pela autora marroquina e socióloga Fatima Mernissi em seu livro, escrito nos anos 80, *Women and Islam: an historical and theological enquiry* (original em francês, *La harem politique*). Embora Mernissi se declare feminista secular, esse seu livro é considerado um dos textos pioneiros de linguagem feminista islâmica (Badran, 2009: 314).

Com relação ao *fiqh* (jurisprudência islâmica), a releitura se centra na ideia de que essa é uma legislação marcadamente patriarcal, refletindo a sociedade do século IX, quando as quatro escolas de jurisprudência (Hanafi, Maliki, Shafi'i e Hanbali cf. Roded, 1999: 95) foram consolidadas. Com o objetivo, então, de transformar essa jurisprudência e, em consequência, a sociedade, o feminismo islâmico reivindica a justiça social para ambos os sexos. Porém, como essa justiça não se realiza completamente dentro de um sistema patriarcal, considerou-se necessário eliminar todos os traços de patriarquia do Islã. A antropóloga iraniana, residente nos EUA desde 1973, Ziba Mir-Hosseini, por exemplo, com esse objetivo, desenvolveu análises sobre o *fiqh*, seguindo a linha do feminismo islâmico, que diferencia o *fiqh* (o conjunto de leis de fundamentação da xaria) como sendo fruto de elaboração dos homens, enquanto a xaria seria a revelação divina. Diz ela: “a sobreposição do *fiqh* e da *shari'a* tem criado um cordão sanitário ao redor das construções patriarcais de jurisprudência, efetivamente bloqueando as ideias e ações de leituras e práticas igualitárias do Islã” (apud Badran, 2009: 323-334 tradução nossa).

Esse panorama histórico sobre o movimento de mulheres de maior evidência nos países muçulmanos demonstra como vêm sendo traçados os ideais de um modelo de mulher muçulmana, inserido em um contexto de modernização da vida em sociedade. Não obstante, nos anos 80 esse tema era uma preocupação muito presente nos escritos das teóricas feministas de origem muçulmana como, por exemplo, de Fatima Mernissi e de Nawal el Saadawi (com suas posturas analíticas voltadas para a sexualidade). Mernissi (1987: 166-67) ao explicar as dificuldades

para uma liberação das mulheres nos países árabes, naqueles anos, identificava a escassez de modelos efetivos para essa liberação. Os dois principais modelos em evidência até então, segundo a autora, seriam de um lado, intrínseco, o modelo árabe, de padrões de família e sexualidade pré-islâmica, o outro exógeno, o modelo ocidental. O primeiro comumente descrito como caótico e de promiscuidade ativa, condições essas associadas à autodeterminação da mulher. E o segundo, representado pela desagregação dos padrões familiares e a decadência da integridade da mulher (ilustrada pela exploração da sua nudez).

O feminismo islâmico parece vir no sentido de construir um “novo” modelo feminino que superasse esse dilema e que abarcasse tanto os direitos supraculturais, presentes no modelo ocidental, como os princípios comunitários e religiosos presentes no modelo árabe e/ou islâmico. Resta a História futura nos revelar se tal intuito será passível de ser realizado ou não passará de uma articulação discursiva, como acreditam algumas estudiosas críticas desse movimento feminista.

O crescente interesse da mídia internacional pelas mulheres muçulmanas, nesses últimos anos, tem duas faces bastante claras, uma é a necessária denúncia ao tratamento acintoso de subordinação das mulheres (consideradas como cidadãs de segunda classe, na maior parte dos países muçulmanos); e a outra, é o pernicioso uso dessa denúncia, por parte de algumas mídias sensacionalistas, para comparação entre “Oriente” e “Ocidente” com o objetivo de afirmar uma suposta superioridade ocidental.

A “primavera árabe” evidenciou um lado “diferente” e, até então, bem pouco divulgado da vida das muçulmanas, o envolvimento delas nas manifestações e nas lutas sociais. A grande quantidade de imagens registradas nas redes sociais tornou imperativo à mídia internacional ressaltar tais mobilizações, minimizando o estereótipo de submissão passiva imputado a elas.

Não só os movimentos estão em vidência, mas também as manifestações individuais. Dois exemplos (refletindo a polarização entre secularizar ou reislamizar as questões de gênero) foram temas de grafites nos muros do Egito. Na foto abaixo, retirada do site, que registrou esses grafites: <http://suzeeinthecity.wordpress.com/2013/01/07/women-in-graffiti-a-tribute-to-the-women-of-egypt/> de um lado está a jovem Aliaa Elmahdy, 20 anos, de família muçulmana, mas se declarando atea e



militante pela liberação individual e sexual, que postou no seu facebook e twitter sua foto nua (com uma bela flor vermelha no cabelo), sendo vista mais de um milhão de vezes e com mais de 14.000 seguidores (Fahmy, 2011). Do outro lado, Samira Ibrahim, militante islamista, que propõe um estilo de vida baseado na observância religiosa, porém sob uma perspectiva mais “progressista”. As duas sofreram perseguições por vários setores da sociedade, a primeira por morar com seu namorado e viver uma vida oposta à religiosa e a outra por participar dos levantes da “primavera árabe”, sendo ela uma das ativistas torturadas com choques elétricos e “teste de virgindade”.



## Realidade das mulheres em países com governos islamistas: o caso do Egito

O fato é que infelizmente os governos islamistas (entendidos como já mencionado em nota, de cunho fundamentalista) estabelecidos antes e depois da “primavera árabe”, têm oferecido o oposto do que se reivindicou nesses levantes. Um dos exemplos clássicos pode ser a atuação e proposta política da Irmandade Muçulmana, pano de fundo do Partido da Liberdade e da Justiça (*Hizb al-Hurriya wa Al-Adala*), do ex-presidente egípcio, Mohamed Morsi, eleito em 30 de junho de 2012, pós-queda de Hosni Mubarak, sendo o primeiro presidente civil e militante islamista e deposto pelo exército em julho de 2013.

Todas as emendas constitucionais propostas por esse governo apresentaram um visível retrocesso nos direitos das mulheres, sejam muçulmanas ou não, e das minorias. Três ações ilustram bem essa afirmação: a primeira é a anulação do sistema de cotas para o parlamento, que havia sido sancionado em dezembro de 2010, com validade até 2020; a segunda é o oferecimento por meio de serviços de solidariedade da, legalmente proibida, “circuncisão feminina” (a MGF - mutilação genital feminina); e, a terceira é a reversão da lei da idade mínima para as garotas se casarem: de 18 anos (conquistada na reforma do civil em 2000), para 14 anos (<http://www.opendemocracy.net/5050/mariz-tadros/egypt-islamization-of-state-policy>), mantendo brechas que possibilitariam o casamento de meninas de 9 anos.

O Egito teve dois momentos de aprovação de sistemas de cotas para o parlamento, porém nas duas vezes esses sistemas foram anulados. Em 1979, sob o governo de Sadat, 30 cadeiras foram reservadas às mulheres, contudo sob o governo de Mubarak houve a sua “revogação por inconstitucionalidade” (Reem, 2010). Desde então a média de participação das mulheres no parlamento egípcio tem sido baixíssima, mantendo-se abaixo ou igual a 2%. Em novembro de 2010 um novo sistema de cotas foi sancionado, em que foram criadas 64 cadeiras (além das 454 existentes) para as mulheres, ou seja, quase 14%. Por volta de 380 mulheres se candidataram para as eleições parlamentares, em novembro/11 e a apresentadora e ativista política Bothaina Kamel se candidatou às eleições presidenciais (o que seria impensável na era Mubarak e, como se mostrou, também num governo de Morsi) realizada em junho/12 (ver Cole, 2011 e Davies, 2011). Todos os partidos lançaram

candidatas ao parlamento, mas devido ao sistema de proporcionalidade a grande maioria das cadeiras pertenceria ao Partido Nacional Democrático.

Mas essas candidaturas não foram efetivadas, pois um dos decretos de Morsi foi a nova lei eleitoral contendo, dentre muitas outras questões, a transformação do sistema de cotas para mulheres em um sistema mais amplo, envolvendo outros segmentos da população (como, por exemplo, os trabalhadores rurais). Transformando a candidatura das mulheres em um apêndice do processo eleitoral, sendo o decreto complementado pela obrigatoriedade de que em cada lista de 8 candidatos (para cada partido), um dos nomes deveria ser o de mulher. Notadamente, os partidos islamistas, não concordaram com essa irrisória possibilidade de presença feminina no parlamento, deixando isso claro em suas propagandas eleitorais: nas fotos para divulgação das candidatas havia artifícios desqualificadores de sua independência, se casadas, por exemplo, elas sempre estavam acompanhadas pelos seus maridos, conforme Nadia Taher (2012).

A dissimulação da Irmandade Muçulmana com relação a assuntos graves, que mexem diretamente na integridade física das mulheres, não se esgota na medida favorável ao casamento de crianças. Um dos serviços sociais oferecidos por esse grupo islamista é a “circuncisão feminina” (a MGF – mutilação genital feminina<sup>12</sup>), como denuncia Mariz Tadroz (<http://www.opendemocracy.net/5050/mariz-tadros/mutilating-bodies-muslim-brotherhood%E2%80%99s-gift-to-egyptian-women> ). Não podendo ser abertamente

---

<sup>12</sup> Estimativas de 1991 indicaram que 50 a 60% das meninas egípcias estavam sendo “circuncidadas” e em uma pesquisa de 1995, feita pelo EDHS (Levantamento da Saúde Demográfica do Egito) apresentou que 97% das mulheres que já foram casadas (incluindo as divorciadas e as viúvas) tinham sofrido a clitoridectomia (mutilação parcial ou total do clitóris) (Zuhur, 2001). Na opinião do feminismo egípcio, o Estado se eximiu de tratar esse assunto como uma questão de saúde pública e de violência contra a mulher, relegando-o a uma questão religiosa. Essa prática, que em alguns países como na Somália, na Etiópia e no Sudão, pode ser ainda mais grave, mutilando também a vulva e os lábios vaginais, é ilustração vivaz do que Bourdieu (2003: 9) conceitua como “*habitus* sexuais: as aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico produz nos corpos e nas mentes”. A MGF (mutilação genital feminina) é mais comumente e ritualisticamente realizada, em alguns países árabes, por uma espécie de parteira local, a *daya*, com a ajuda de outras mulheres (avó, mãe e/ou tia), em meninas de 7 e 8 anos (El Saadawi, 2002: 59) e objetiva unicamente o controle da sexualidade e do corpo da mulher para garantir a honra masculina e da família (Badran, 2009: 171). Por pressão internacional, nos fins dos anos 90, o ministério da saúde do Egito chegou a proibir as práticas MGF em hospitais e clínicas (Zuhur, 2001). Ato que recebeu o apoio de autoridades dos setores do ensino islâmico, como, por exemplo, a al-Azhar, afirmando que a MGF é baseada em *hadith* (dizeres do profeta) de autoridade duvidosa (Mahmood, 2005: 85 - notas 12). Curiosamente, essa decisão paliativa do Ministério da Saúde não foi apoiada pela organização Força-Tarefa contra a MGF no Egito (Zuhur, 2001), pois esse grupo considerou o fato que muitas mulheres e meninas morrem com infecções generalizadas, pela realização em casa, com materiais impróprios, não esterilizados e com agravamento dos ferimentos.

reimplementada em lei, pois em 2008, essa prática foi finalmente proibida no país, com a indicação do ministério da saúde e por pressão dos órgãos internacionais<sup>13</sup>. Nas unidades móveis de saúde da Irmandade Muçulmana, uma das especialidades oferecidas é a possibilidade dessa prática em meninas pequenas. Sob um disfarce de cuidado com a saúde pública esse grupo desrespeita a lei e tenta perpetuar nos meios populares tal castidade sexual para as mulheres.

Fora esses exemplos mencionados, poderiam ser citados inúmeros outros, como a tentativa por parte da Irmandade de anular a lei de penalidade ao abuso sexual ou estupro marital, alegando que tal lei refletiria uma visão ocidental, mas a lista seria longa, pois nos discursos da Irmandade Muçulmana são flagrantes as concepções misóginas para todos os aspectos da vida e, em especial, aos aspectos relacionados à sexualidade (<http://www.opendemocracy.net/5050/hoda-elsadda/war-against-women-csw-declaration-and-muslim-brotherhood-riposte>).

Nesse contexto egípcio é claro que não se pode deixar de destacar que essa realidade da mulher carrega um conjunto de fatores, para além do poder político e social da Irmandade Muçulmana: a) o fato de o país ter tido três longos governos autoritários, que sufocaram todos os movimentos populares e direitos sócio-políticos da população; b) o fato de que os movimentos de mulheres sofreram intensamente as repressões do autoritarismo governamental e dos grupos islamistas. E, ainda hoje, são movimentos reprimidos, como nos exemplos: recentemente no parlamento, houve a tentativa de implantar, por emenda, a obrigatoriedade do véu para todas as mulheres do Egito, inclusive para as não-muçulmanas. Nesse sentido foi retirada do parlamento a foto histórica da feminista Duriyya Shafiq<sup>14</sup>, pois ela não usava véu. Ou as perseguições islamistas e governamentais à também ativista pelos direitos humanos Nawal el Saadawi (declarante pública de sua oposição à Irmandade e a todos os grupos fundamentalistas) que resolveu morar fora do país, em 2000, pois cinco de seus livros tinham sido censurados pelo então governo de Hosni Mubarak; c) o fato do subdesenvolvimento econômico e social do país, com sua grande massa de pessoas abaixo da linha da pobreza; e, d) o fato da reislamização ter sido

---

<sup>13</sup> Há muito, os órgãos internacionais contra a discriminação e a violência à mulher e pelos direitos humanos fazem campanhas contra essa perversa prática, mas somente em 2012, a ONU se posicionou formalmente condenando-a ([http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/67/146](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/67/146)).

<sup>14</sup> Essa feminista e mais 14 militantes da “União das filhas do Nilo” fizeram greve de fome em 1956 até conseguirem o voto feminino (ainda com limites, pois seria necessário um pedido por escrito da votante).

acompanhada por uma ilusão de melhorias nas condições sociais e, por isso, abraçada pela população com menos questionamentos do que se esperaria.

## Referências

- ARAT, Yesim. "The project of modernity and women in Turkey". In: BOZDOGAN, Sibel and KASABA, Resat. *Rethinking modernity and national identity in Turkey*. Seattle and London, University of Washington Press, 1997.
- ARAT, Zehra F. *Deconstructing images of "the Turkish woman"*. USA, NY: Palgrave, 1999.
- BADRAN, Margot. *Feminism in Islam. Secular and religious convergences*. One world: oxford, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. [trad] Maria Helen Kühner, 3ª ed., RJ: Bertrand Brasil, 2003.
- COLE, Shahin & COLE, Juan. "An Arab spring for women". In: TomDispatch.com, 26/04/2011, <http://www.tomdispatch.com/dialogs/print/?id=175384>
- DAVIES, Catrione. "The woman who want to be Egypt' first female president". CNN.com 13/09/2011.
- DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- EI SAADAWI, Nawal. *A face oculta de Eva: as mulheres do mundo árabe*. SP: Editora Global, 2002.
- FAHMY, Mohamed Fadel. "Egyptian blogger Aliaa Elmahdy: why I posed naked". CNN, November 20, 2011.
- KANDIYOTI, Deniz. *Women, Islam & the state*. Philadelphia: Temple University Press, 1991.
- KARAM, Azza. *Women, Islamism and the state: contemporary feminisms in the Middle East*, London: Macmillan, 1998.
- ILKKARACAN, Pinar. "A brief overview of women's movement(s) in Turkey (and the Influence of political discourses)", in: *Women for Women's Human Rights Reports*, nº 2, September, 1997.

- LANGOHR, Vickie. "How Egypt's revolution ha dialed back women's rights", Foreign Affairs, December 22, 2011.
- LIMA, Cila. *Women and Islamism: the cases of Egypt and Turkey*. Alemanha, Berlim: LAP-Lambert, 2013.
- MAHMOOD, Saba. *Politics of piety. The Islamic revival and the feminist subject*. Princeton and Oxford, 2005.
- MERNISSI, Fatima. *Beyond the veil. Male-female dynamics in Modern Muslim society*. Indiana University Press, 1987.
- REEM, Leila. "Positive discrimination". Al-Ahram Weekly, 2010, <http://weekly.ahram.org.eg>
- RODED, Ruth. *Women in Islam and the Middle East: a reader*. London & NY: Tauris, 1999.
- TAHER, Nadia. "'We are not women, we are Egyptians': spaces of protest and representation". Opendemocracy, 6 April 2012.
- ZOEPF, Katherine. "A troubled revolution in Egypt". The New York Times, November 21, 2011.
- ZUHUR, Sherifa. "The mixed impact feminist struggles in Egypt during the 1990s", in: *MERIA*, vol. 5, nº. 1, March 2001.

# UM NOVO OLHAR SOBRE HEZBOLLAH: O TERRORISMO FRENTE AO REFORMISMO SOCIOECONÔMICO DO PARTIDO E À TEORIA DA SOCIEDADE DE RESISTÊNCIA

Natalia Nahas Carneiro Maia<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Os principais elementos de fortalecimento e popularidade do Hezbollah entre a população libanesa são a participação, pós Guerra-Civil, na política parlamentar (como representante dos xiitas - outrora excluídos) fornecendo serviços socioeconômicos e assistenciais; e, essencialmente, o combate à invasão israelense no sul do Líbano até 2000 e em 2006. Tendo como ponto de partida os estudos críticos do terrorismo, neste artigo verificaremos que não obstante a remanescente militarização do grupo, sua postura política é racional e pragmática, pautada nas demandas socioeconômicas internas da sociedade libanesa, na formação de um governo de unidade nacional, na resistência e na construção da autonomia do Líbano frente às potências atuantes na região. O grupo gerencia uma extensa rede de instituições que fornecem serviços de caráter socioeconômico, hospitalar, educacional, financeiro, habitacional, entre outros. A modalidade de nacionalismo islâmico promovida pelo Hezbollah carrega um caráter anti-sectário, autonomista e reformista, o que possibilita a construção de sua legitimidade e alta popularidade entre determinados setores da sociedade libanesa. As ações políticas, militares, religiosas e as instituições socioeconômicas organizadas em rede devem ser analisadas de maneira entrelaçada e holística, produzindo um conjunto de valores e significados que conferem identidade, senso de pertencimento e empoderamento às populações marginalizadas.

**Objetivo:** É objetivo deste artigo contribuir para uma análise mais complexa e multifacetada do Hezbollah, segundo a qual a categorização do grupo como terrorista é contraproducente e academicamente limitadora. Propomos no presente trabalho descentrar a análise das produções que levam em conta tão somente o caráter desestabilizador do Hezbollah. A instrumentalização política da categorização do fenômeno como terrorista, deslegitimação do interlocutor e reducionismo do movimento inviabilizam qualquer forma e disposição ao diálogo ao desqualificar o grupo. Ao contrário, analisaremos de forma unificada a participação do Hezbollah no governo nacional libanês, suas organizações sociais, de caridade, educacionais, médicas, seu fornecimento de serviços essenciais e o caráter defensivo de seu ramo militar. É objetivo deste artigo verificar que, fruto da escolha pela adoção do pragmatismo político a partir de 1992, o projeto político do Hezbollah visa promover autonomia regional, libertação e inclusão política e socioeconômica ativa dos xiitas.

---

<sup>1</sup> Natalia Nahas Carneiro Maia é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, pós-graduanda em Política e Relações Internacionais na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e membro integrante do Grupo de Trabalho sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano da FFLCH-LEA USP.

## Introdução

Historicamente, a ascensão do terror não estatal associado a uma atividade política consciente – para propaganda mais que por razões reais de desafio ao Estado – data principalmente de um século atrás, presente especialmente em movimentos nacionalistas, como nos casos da Irlanda e da Armênia e do movimento anarquista russo. Após 1945 o chamado ‘terrorismo de baixo’ foi comumente associado com as lutas do terceiro mundo contra o poder colonial, este, que considerado extremamente poderoso para ser confrontado exclusivamente no campo de batalha, foi alvo de ataques que exploravam taticamente sua vulnerabilidade política doméstica. Foram os casos da Frente de Libertação Nacional (FLN) na Argélia, do Exército Republicano Irlandês (IRA) na Irlanda, da Organização Militar Nacional na Terra de Israel (IZL) e do Pátria Basca e Liberdade (ETA) Basco. Foi somente no final dos anos 1960 que os principais incidentes terroristas migraram para o Oriente Médio, como no caso das guerrilhas na Palestina, Irã e Eritreia, que fizeram uso de ataque a civis, sequestro de aviões, de políticos e de cidadãos comuns. É importante observar que estes grupos eram inspirados em uma ideologia secular, frequentemente radical ou autoproclamada Marxista-Leninista (HALLIDAY, 2004). Conforme escreve Martha Crenshaw (2007) a tendência atual do terrorismo suicida e de ataques com bombas teve início no Líbano com o Hezbollah no início dos anos 1980 em meados da Guerra Civil, tendo se espalhado posteriormente para regiões que hospedavam conflitos civis como Sri Lanka, áreas curdas da Turquia e Chechênia. Os ataques palestinos a civis israelenses nos anos 1990 e 2000 ampliaram a visibilidade desta ameaça. A adoção desta tática pela Al-Qaeda forneceu uma dimensão transnacional para o fenômeno, que se espalhou em alcance geográfico e numérico.

A conceitualização e definição do terrorismo permanecem imprecisas, e nem as explicações sobre o conceito nem as recomendações de política estatal antiterror diferenciam de forma suficiente o suicídio terrorista de outros tipos de terrorismo ou ataques insurgentes, ou sequer dão cabo às infinitas variações dentro do próprio fenômeno. É constantemente reiterado no meio acadêmico que lida com o terrorismo o grau de dificuldade da definição do termo e de como este conceito



carece de consenso literário. A ausência de uma fórmula única para explicação das motivações deste fenômeno torna necessário que ele seja estudado caso a caso e que se leve em conta os aspectos plurais que estão na raiz do problema (CRENSHAW, 2007). A abrangência das definições é extremamente variada e complexa. A terminologia 'ataques terroristas suicidas' tem sido utilizada tanto para o assassinato de indivíduos quanto para ataques a alvos militares específicos. À exemplo do Hezbollah, vanguardista desta tática no Líbano dos anos 1980, seus alvos eram as embaixadas norte-americana e israelense, quartéis gerais militares (norte-americanos, franceses e israelenses) e comboios militares israelenses. Ou seja, apesar de serem extremamente letais, estes ataques eram dirigidos exclusivamente contra alvos militares e soldados oficiais. O LTTE (Tigres de Libertação do Tamil Eelam) adaptou a tática do Hezbollah no Sri Lanka como ferramenta precisa para assassinato de oficiais do governo e de rivais políticos. Nenhum destes exemplos teve como principal motivação o dano a civis ou a disseminação do medo e do terror. Da mesma forma que o Hezbollah, o LTTE não buscava aterrorizar a população inimiga, mas atingir o nervo central do Estado (HOPGOOD in GAMBETTA, 2005 apud CRENSHAW, 2007).

## **A Teoria Crítica e o Terrorismo em Perspectiva Histórico-Estrutural**

As explicações correntes para entendimento do terrorismo não dão cabo de uma verdadeira compreensão das motivações, dos objetivos e das estratégias políticas dos grupos que o utilizam. O fanatismo religioso não explica a existência de terroristas suicidas de vertente marxista/leninista como os Tigres do Tamil no Sri Lanka, nem as explicações psicológicas dão conta de compreender o perfil socioeconômico tão variado destes atores. Em contraste com as correntes mais ortodoxas de entendimento do terrorismo, é necessário compreender que o terrorismo suicida segue uma lógica estratégica, especialmente construída para coagir seus oponentes estatais a fazerem concessões territoriais significativas. O

terrorismo suicida em muitos casos possui eficácia estratégica, à exemplo da retirada das tropas americanas e francesas do Líbano em 1983. A causa política do terrorista, na grande maioria das vezes, atinge ganhos maiores após o uso das operações suicidas (PAPE, 2003). Os estudos críticos do terrorismo e a abordagem deste fenômeno através da ótica dos estudos de conflito (FRANKS, 2009) procuram entender o terrorismo de forma mais ampla do que vem sendo feito pela teoria ortodoxa. A abordagem clássica (ou ortodoxa) do terrorismo foca exclusivamente na violência destes grupos. Para uma abordagem mais crítica, os estudos clássicos se detêm muito no que consiste o terrorismo e como ele opera, sem se preocupar com os motivos causais e raízes do fenômeno (*root causes*). A abordagem clássica possui como pressuposto a legitimidade da violência estatal em detrimento da ilegitimidade da violência dos atores não estatais, desqualificando, portanto, seu interlocutor (FRANKS, 2009). A abordagem ortodoxa se constitui na construção de um discurso que atende aos interesses dos Estados hegemônicos no que tange ao seu entendimento sobre o terrorismo e suas conseqüentes políticas de segurança estatal. O discurso estatal não necessariamente representa a realidade em relação aos grupos terroristas e serve às necessidades de segurança do Estado Westphaliano, funcionando como base para a elaboração das políticas anti e contra terrorismo (FRANKS, 2009), frequentemente truculentas e improdutivas.

De acordo com a abordagem crítica (JACKSON, 2009) os estudos clássicos falham vez que reforçam uma perspectiva estatal da análise, insistindo na binariedade entre legal e ilegal, entre Estado (uso legítimo da violência) e terrorismo (uso paraestatal e ilegítimo da violência). Embora o conceito de terrorismo ainda seja um assunto bastante disputado e longe de um consenso, é contribuição dos estudos críticos do terrorismo a afirmação de que as ferramentas anteriores são insuficientes para o bom entendimento do fenômeno. A abordagem crítica é multidimensional e trata do fenômeno como conflito, em vários níveis de análise: estatal, não estatal, estrutural, político e individual. A abordagem crítica do terrorismo permite sua compreensão como ferramenta instrumental e estratégica que pode ser aliada a outros recursos e táticas, além de introduzir a possibilidade de análise do terrorismo de Estado, antes ignorado ou legitimado (FRANKS, 2009). Uma abordagem mais holística, como é a intenção desta corrente, contempla os abusos da violência estatal antes indiscutivelmente legítima; questiona a

ilegitimidade da violência não estatal na medida em que discute suas verdadeiras causas; analisa os aspectos socioeconômicos, históricos, nacionais, culturais, individuais, religiosos e políticos do terrorismo; e por fim os aspectos individuais do fenômeno, discutindo a relevância da identidade, do nacionalismo e da religião. Diferentes combinações destes aspectos constituem a motivação de um ato terrorista, sem haver, portanto, uma causa única para o fenômeno e tendo sempre em conta a especificidade de cada caso e as possibilidades de combinações variadas dos diferentes aspectos.

Lamentavelmente, o terrorismo é parte importante da história da humanidade, sendo praticado por Estados, indivíduos ou organizações. É encontrado em toda e qualquer região do mundo, independentemente de religião, regime político ou cultura. O terrorismo é um recurso estratégico também empregado em outros momentos históricos. Responsabilizar exclusivamente a religião pelo terrorismo gera consequências perigosas. Em primeiro lugar, pois incentiva estereótipos e preconceitos intrarreligiosos, alimentando novos conflitos. Em segundo lugar, pois não aborda as verdadeiras causas políticas e sociais que motivam o terrorismo. O terrorismo suicida é muito menos sensível a qualquer influência do fundamentalismo islâmico do que à ocupação militar estrangeira. Pape (2003), ao analisar todos os ataques suicidas cometidos por organizações não governamentais desde 1980, verifica que 95% deles tiveram motivação nacionalista ou secular (NASSER, R. M., 2011).

A ideia de que a religião sozinha é causa necessária ou suficiente para o suicídio é em geral refutada pela literatura que trata do assunto. À exemplo do caso libanês, os ataques suicidas não foram de responsabilidade exclusiva do Hezbollah, partidos políticos seculares eram igualmente engajados nestas atividades. De acordo com a antropóloga Lara Deeb (2006), ao menos metade dos ataques suicidas contra as forças de ocupações israelenses no sul do Líbano foram perpetrados por membros de partidos seculares ou de esquerda. De acordo com Christoph Reuter (REUTER, 2004, apud CRENSHAW, 2007) no Líbano dos anos 1980, religião, patriotismo, e a disposição para o autossacrifício facilmente se mesclavam quando o desafio era resistir um ocupante estrangeiro de uma fé diferente. Assim, não se trata da doutrina religiosa *per se*, mas da diferença entre a religião do ocupante e do ocupado; de forma que a principal sustentação do

terrorismo aqui é o nacionalismo, que é inflamado pela diferença religiosa (PAPE, 2005, apud CRENSHAW, 2007). Estes grupos utilizam-se da ocupação destas populações por um determinado Estado e da demonização do inimigo invasor para que se possa justificar o martírio como moralmente aceitável. A religião pode motivar o apoio e a participação de novos membros, vez que ela enfatiza a redenção, o martírio e a recompensa política, mas ela não é fator necessário (à exemplo do próprio LTTE e dos anarquistas russos no início do século XX) e reflete demandas populares anteriores. Quando a religião é presente, ela não é um elemento exclusivo, estando muito comumente mesclada com o nacionalismo e com a solidariedade comunitária (CRENSHAW, 2007).

A religião funciona como um elemento muito mais agregador e motivacional do que fomentador de uma irracionalidade propriamente dita. Existe uma influência estrutural de aspectos socioeconômicos que contribuem para a causa da violência, como privações, subdesenvolvimento e desemprego aliados a conflitos violentos e a economias fracas com escassos recursos (FRANKS, 2009). A religião como ideologia tem nestes casos justamente essa função instrumental catalizadora. Crenshaw (2007) defende que o terrorismo não possui raízes em uma psicopatologia ou no fanatismo, ou sequer está fundamentado em uma única causa padrão como privação, crença religiosa ou frustração pessoal. O terrorismo é uma tática adaptável e controlável. Ele possui valor instrumental, de modo não se pode aglutinar o conceito de maneira indevida aplicando-o de forma generalizada.

O uso discursivo da religião, do martírio, da humilhação e a resistência é amplamente observado nas declarações do Hezbollah, como forma de inflamar demandas nacionalistas e autonomistas, de resistência contra a ocupação e ingerência estrangeiras, mesmo após o abandono das atividades terroristas. Os ataques do Hezbollah foram sempre, em sua grande maioria, contra alvos militares do inimigo, não civis, o que nos permite inclusive questionar o próprio enquadramento do grupo como terrorista no sentido ortodoxo do termo: irracional, visando maior número de mortes civis, religioso e apolítico. Conclui-se, portanto, que o terrorismo é uma tática militar e estratégica em uma luta entre forças desiguais, podendo ser feita através de ideologias políticas, religiosas ou de libertação nacional.

Assim, a teoria crítica dos estudos do terrorismo nos parece mais adequada para um melhor entendimento do fenômeno, visto que analisa as causas e raízes desta violência de forma multidimensional, não se limitando à ótica exclusivamente estatal, propondo uma aproximação mais sofisticada do fenômeno. Ao levar em conta aspectos socioeconômicos, estruturais e políticos, o estudo de conflitos nos permite uma análise holística do terrorismo e melhor compreensão de suas verdadeiras motivações para que então as medidas de segurança estejam mais adequadas à realidade e às demandas destes grupos.

## **O Terrorismo como Resistência**

Muitas vezes, movimentos que se autodefinem como movimentos de luta pela liberdade são oficialmente classificados como terroristas pelos governos aos quais se opõem. De forma que só se legitima a luta pela liberdade por determinadas populações, enquanto a luta de outras populações é automaticamente classificada e deslegitimada como terrorista (AVNERY, 2000 e 2001; HANIF, 2003). Uma vez que os alvos dos ataques terroristas do Hezbollah foram essencialmente militares e membros do corpo do exército israelense – como soldados, instalações, comboios e veículos militares – esta tática é autopercebida como estratégia de resistência, através da qual se luta contra uma invasão estrangeira e se enfrentam retaliações dentro do território libanês.<sup>2</sup>

O cientista político Robert Pape (2003) enfatiza os aspectos mais táticos e estratégicos do terrorismo, de demanda política e de insurreição dos militantes paraestatais. O autor procura não vincular o fenômeno a aspectos exclusivamente religiosos, fanáticos ou irracionais. De acordo com Pape (2003) explicações psicológicas têm sido contrariadas por um leque alargado de origens socioeconômicas dos terroristas suicidas. Analisando todos os 187 atentados cometidos ao redor do globo entre 1980 a 2001, o autor demonstra que o terrorismo

---

<sup>2</sup> Israel, contudo, em diversos momentos acusa o Hezbollah de sequestro a soldados israelenses nas regiões de fronteira e de atacar suas cidades fronteiriças ao norte com mísseis e foguetes.

suicida segue uma lógica estratégica especificamente projetada para coagir democracias modernas liberais a fazerem concessões territoriais significativas por autodeterminação nacional de determinado grupo. Em geral estas campanhas visavam conquistar objetivos territoriais específicos, mais comumente a retirada das forças militares estatais dos territórios vistos como pátria nacional dos terroristas sob ataque. Este foi o caso libanês contra o Estado de Israel, objetivando estabelecer ou manter autodeterminação para sua comunidade nacional através da coerção e constrangimento do inimigo para que ele se retirasse do território (PAPE, 2003). Foram seis as campanhas do Hezbollah contra os EUA e França entre 1983 e 1984, se utilizando de ataques a embaixadas, quartéis e sedes militares. E foram vinte e duas as campanhas do Hezbollah contra Israel entre os anos de 1983 e 1986, todas contra postos e patrulhas da IDF e postos avançados do SLA (*South Lebanon Army* – milícia libanesa pró Israel).<sup>3</sup> A combinação de ataques suicidas e ataques convencionais pelo Hezbollah contra as forças israelenses teve papel fundamental na coerção e efetividade das estratégias contra a presença israelense em seu território. Embora os ataques suicidas tenham cessado, seu apoio popular permanece fundamentado na retirada dos israelenses do sul do Líbano em 2000 e 2006 (NASRALLAH, 2009, 2012).

A ocupação militar estrangeira contemporânea é altamente motivadora dos ataques suicidas, além do apoio norte-americano a governos locais impopulares. Variantes pessoais, econômicas, estruturais e organizacionais, internas e externas, como o conflito em curso e as estratégias antiterror utilizadas pelo lado oposto, são exemplos dos tantos fatores que a perspectiva crítica leva em conta. A popularidade destes grupos vem da expressão de sentimentos de privação, injustiça e hostilidade em relação ao contexto histórico-estrutural e ao ocupante. A brutalidade da resposta do inimigo estatal reforça estes sentimentos, que são por sua vez sabiamente explorados pela retórica da liderança dos grupos terroristas.

O terrorismo é sempre um instrumento para obtenção de objetivos políticos. Estes podem ser de direita ou de esquerda, revolucionários ou reacionários, religiosos ou secularistas (AVNERY, 2001). De acordo com o autor, são muito poucos os movimentos de libertação que não fizeram uso do terrorismo em ao menos algum momento de sua trajetória, como é o caso dos algerianos contra os

---

<sup>3</sup> Dos 22 ataques, somente um foi contra a estação de rádio da SLA e outro contra líderes da milícia cristã em Beirute.

ocupantes franceses, de Nelson Mandela e do Irgun contra os árabes e os britânicos. Trata-se do mesmo método sendo utilizado de diferentes maneiras e por diferentes atores, legítima ou ilegitimamente, à direita reacionária ou à esquerda revolucionária. De acordo com Halliday (2004) o terrorismo é um fenômeno moral e político interligado com a questão da revolta e da oposição contra a opressão. O terrorismo está relacionado a um conjunto de táticas militares que são parte da luta militar e política que visa forçar o inimigo a se submeter através de uma combinação entre matança e intimidação.

Embora motivações religiosas estejam presentes, o terrorismo suicida moderno não é limitado ao fundamentalismo islâmico, e mesmo entre atentados suicidas islâmicos, grupos com orientações secularistas são responsáveis por um terço dos casos (PAPE, 2003). A exemplo do relatório da Europol (apud MATTAR, 2012), dos 294 incidentes terroristas na Europa em 2010, apenas um foi de autoria islâmica, e a grande maioria foi de responsabilidade de grupos neonazistas de extrema direita<sup>4</sup>. Robert Pape (PAPE, apud MATTAR, 2012) também desconstrói o clichê midiático quanto à personalidade terrorista quando investiga que 57% dos terroristas suicidas de 1980 até início dos anos 2000 era laica e apenas 43% deles eram religiosos, sendo que nem todos eram islâmicos.

## **O Hezbollah**

Postas as devidas ressalvas com relação à terminologia do terrorismo e de seus diferentes usos, a seguir analisaremos os aspectos internos e o funcionamento em redes do Hezbollah. Somente compreendendo seu complexo funcionamento e a quais ramos de atividade o grupo se dedica, é que poderemos entender o motivo do seu amplo apoio popular por diferentes camadas da população libanesa.

A comunidade xiita no Líbano possui historicamente baixa influência econômica, com altas taxas de analfabetismo até os anos 1940, sendo que a

---

<sup>4</sup> Curiosamente, muitos grupos de extrema-direita europeus - xenófobos e nacionalistas - dizem agir contra uma suposta invasão muçulmana no continente.

maioria dos xiitas era de agricultores. Até os anos 1960 os xiitas viviam majoritariamente em áreas rurais, especialmente no sul e no vale do Bekaa, aonde as condições de vida não se aproximavam dos padrões do resto da nação. A rápida urbanização fruto da incorporação na economia capitalista mundial alargou ainda mais as disparidades econômicas no Líbano (DEEB, 2006). Nos anos 1960 e 1970, o crescimento de forças políticas anti-*status-quo*<sup>5</sup> no Líbano, incluindo as guerrilhas palestinas e as diversas correntes do movimento comunista, atraíram muitos jovens xiitas para suas fileiras (NORTON, 1998). Inicialmente, a crescente população urbana - majoritariamente formada por xiitas empobrecidos e privados de direitos - não estava mobilizada em torno de linhas sectárias, mas sim aliadas ao Partido Comunista Libanês e ao Partido Socialista Nacionalista Sírio<sup>6</sup> (DEEB, 2006). A década de 1960 foi de fervor radical e de secularismo militante, e muitos xiitas se mobilizaram para juntarem-se àqueles que prometiam reformas e revolução. Foi neste ambiente, no tumulto pré-guerra civil, que o clérigo iraniano al-Sayyid Musa al-Sadr lançou em 1974 um movimento de reforma populista que incitou dezenas de milhares de xiitas à ação política, o Amal. Contudo, não houve iniciativa por parte das elites libanesas em atender as demandas xiitas por um acesso mais amplo aos serviços públicos e por uma parcela maior de poder político, além da promoção de reformas basilares socioeconômicas e no sistema político (NORTON, 1998).

O Hezbollah, em continuidade ao vanguardismo do Amal<sup>7</sup>, propeliu a nascente mobilização política xiita e a divorciou dos partidos de esquerda. Havia uma crescente percepção entre os xiitas de que a esquerda libanesa havia falhado tanto em assegurar maiores direitos aos pobres quanto em proteger o sul do Líbano dos confrontos entre a OLP e Israel (DEEB, 2006). Esta mudança na base de apoio não necessariamente reflete um resurgimento de religiosidade. Na realidade, Norton (1998) afirma que muitos dos apoiadores xiitas do Hezbollah, especialmente aqueles

---

<sup>5</sup> Desde o período colonial, o Líbano operou principalmente servindo aos interesses de uma minoria demográfica e social (maronita e sunita) que durante décadas se encastelara no poder público e no controle da economia, mostrando-se altamente concentradora de riqueza e renda, socialmente desigual e excludente (KARAM, 2010b).

<sup>6</sup> A Síria atuou persistentemente na vida política libanesa entre 1992 - através da manipulação da composição das listas de candidatos, visando assegurar a vitória de seus aliados no país - até sua retirada em 2005, como desdobramento do atentado contra o Primeiro Ministro Rafic Hariri (NORTON, 2007).

<sup>7</sup> Ao sul as forças de resistência do Amal tiveram papel essencial na confrontação contra a ocupação israelense. O ápice do poder do Amal foi em 1985, porém, acusações de ineficiência, corrupção e fraca liderança enfraqueceram o grupo, que ainda mantém uma importante base política nos vilarejos ao sul do Líbano.



da classe média, são bastante casuais na sua prática religiosa e detêm preocupações de cunho mais pragmático, utilitário e socioeconômico do que propriamente religiosas. O partido é hoje composto essencialmente por muçulmanos xiitas, muitos dos quais se sentiam sub-representados nos sistemas econômico e político durante grande parte da existência do Líbano, apesar de responderem por cerca de 40% da população do país<sup>8</sup> (WIEGAND, 2009). De acordo com o historiador Christian Karam (2010a), o massivo apoio interno no âmbito político-social gozado pelo Hezbollah advém de grupos sociais libaneses historicamente marginalizados - como operários, classes médias urbanas e camponeses de maioria xiita - pela elite burguesa liberal tanto cristã (notadamente maronita) quanto muçulmana sunita de Beirute e das principais cidades do país.

O grau de apoio popular do Hezbollah é bastante significativo e não pode ser desmerecido em favor de análises que visam marginalizar o grupo. É evidente que o grupo explora seu papel vitorioso na resistência de modo a construir e manter seu apoio político e eleitorado, relembrando os sacrifícios dos combatentes do Hezbollah contra a ocupação israelense. Contudo, é inquestionável que a resistência é extremamente popular entre os xiitas. Na verdade, a ocupação israelense é vista com bastante suspeita no sul do Líbano, inclusive em termos geoestratégicos, para ocupação de terra e utilização das fontes de água libanesas (NORTON, 1998). A resistência goza de amplo apoio principalmente dentre os xiitas que foram as vítimas principais da ocupação israelense. Também os Estados Unidos são condenados por seu apoio a Israel, que repetidamente apoia ou promove massacres no Líbano com anuência das elites locais.<sup>9</sup> O Hezbollah faz uso destas acusações e desconfiança à Israel invocando algumas das principais figuras do imaginário xiita, condenando o derramamento de sangue inocente e fortalecendo a resistência. De acordo com Norton (1998), não há dúvida de que a presença israelense no sul do Líbano tem fomentado o radicalismo libanês.

---

<sup>8</sup> As estatísticas sobre o percentual da população xiita no Líbano são bastante variadas, percorrendo de 33% a 45% da população total do país. Em 2011 o Banco Mundial estimava a população total em 4.259.405 de habitantes. Desde 1932 não se realiza um censo demográfico oficial no país, o que dificulta a precisão dos dados. Dahr Jamail firma que 59,7% da população é composta de muçulmanos, em sua maioria xiitas (JAMAIL, 2006).

<sup>9</sup> De acordo com as autoridades israelenses, o Hezbollah é acusado de terrorismo e de representar uma ameaça à sua população, em especial aos vilarejos ao norte do país. A presença do Hezbollah (especialmente no que tange ao seu braço armado) no Líbano é percebida como desestabilizadora e ilegal.

Para as massas árabes e muçulmanas o Hezbollah se constituiu como o grande vencedor ao infligir, após 18 anos de enfrentamentos, uma derrota a Israel (que, em 2000, retirou suas tropas ocupantes da então chamada "zona de segurança" do sul do Líbano). Em seus slogans de campanha o Hezbollah capitalizou e continua a capitalizar ganhos políticos sobre seu papel na resistência em 2000 e 2006 e na reconstrução do Líbano. A crítica e oposição ao uso frequentemente desproporcional e ilegal da força militar por parte de Israel tanto nos seus ataques à Faixa de Gaza quanto ao Líbano, assim como a proposição de reformas socioeconômicas e políticas, formatam seu caráter nacionalista e inclusivo.

### **Inflexão Ideológica e o Pragmatismo Político do Partido**

Quando optou por participar nas primeiras eleições políticas libanesas após o fim da guerra-civil no país, o partido passou por uma evolução política, a denominada 'libanização'. A partir de 1992 houve no Hezbollah uma inflexão ideológica, abandonando determinadas posições teológicas - a exemplo da instauração de uma República Islâmica no Líbano - em prol de uma inserção política, eleitoral e pragmática no sistema político libanês. O Hezbollah evoluiu de modo a transformar-se em um partido leal, patriota, democrático e consociativo, semelhante aos demais (JELLOUN, 2007). O Hezbollah adotou, portanto, uma postura racionalmente estratégica que escolheu pela inclusão do grupo como partido dentro do sistema confessional libanês abrindo mão de suas ideologias originárias e integrando-se verdadeiramente ao sistema político nacional (NORTON, 1998, 2007; KARAM, 2010b) representando grupos sociais domésticos historicamente marginalizados.

A retórica e documentos escritos pelo Hezbollah não constituem prova que o grupo está tentando construir um Estado islâmico no Líbano. Evidências concretas sugerem, na realidade, o oposto. Ao contrário de confrontar o Estado de forma perpétua, o Hezbollah evoluiu consideravelmente, moderando sua retórica e

efetuando concessões táticas, mantendo seu foco estratégico. Seus líderes frequentemente declaram que a construção de um Estado islâmico no Líbano na atual conjuntura histórica é impraticável (SAAB, 2008). Norton (1998) afirma que os deputados do Hezbollah têm se comportado de forma responsável e cooperativa, e frequentemente constroem alianças políticas no parlamento em bases pragmáticas. A política comum possui um efeito pragmatizador sobre o Hezbollah, que desde finais da década de 1980 entrou em acordo com as realidades libanesas e alijou seu compromisso em estabelecer um sistema de governo islâmico no país<sup>10</sup>. (NORTON, 1998).

Para Norton (2007), nos seus dias iniciais, o Hezbollah desdenhava a política libanesa. O círculo de jovens clérigos que formava os quadros do grupo ressentia a liderança não clerical do Amal, bem como sua acomodação com o clientelismo e a corrupção. Foi, portanto, sob a liderança de Hassan Nasrallah iniciada em 1992 que o Hezbollah se comprometeu em trabalhar conjuntamente com o Estado libanês através da participação eleitoral, uma decisão que alienou alguns dos clérigos mais radicalmente orientados da liderança do grupo (DEEB, 2006). De forma geral a decisão de participar da política libanesa foi amplamente popular entre a comunidade xiita, onde existe um profundo sentimento de privação ou cassação dos direitos políticos. A aquisição de assentos no Parlamento também permitiu acesso mais amplo aos recursos do governo (alocações) que são tipicamente distribuídas de forma confessional no Líbano. Há também benefícios estratégicos na vitória eleitoral. O Hezbollah adquiriu reconhecimento oficial como uma instituição política no Líbano ao mesmo tempo em que obteve um lugar na mesa de negociações (NORTON, 2007).

Apesar da classificação do Hezbollah como um grupo terrorista por diversos Estados, o grupo não somente é visto como um ator legítimo pelos demais partidos governistas, mas como um ator que empunha poder suficiente para ser respeitado e ser levado a sério (WIEGAND, 2009). Nas eleições parlamentares de Agosto de 1992, os membros do Hezbollah foram bem sucedidos em mobilizar apoio popular através da apresentação de um programa político e social inclusivo, o que lhe concedeu 8 dos 128 assentos totais. Um dos fatores mais significativos para esta vitória foi a formação de uma coalizão com outros segmentos religiosos, incluindo

---

<sup>10</sup> Funcionários do Hezbollah também têm enfatizado seu desejo de dialogar com os Estado Unidos desde os anos 1990

muçulmanos sunitas e cristãos. Desde então, o Hezbollah participou nas eleições parlamentares de 1996, 2000 e 2005 e nas eleições municipais de 1998 e 2004. Nas eleições parlamentares de 2000, a presença do Hezbollah no parlamento subiu de 9 para 12 assentos. Em coalizão com o Amal, conquistou todos 23 assentos no sul do Líbano e todos os 9 assentos na região de Baalbek-Hermel, no vale do Bekaa. Nas eleições parlamentares de 2005, a aliança entre o Hezbollah e o Amal obteve controle de 35 dos assentos, ou 27% de todas as cadeiras, e nas eleições de Junho de 2009 o bloco do Hezbollah conquistou 57 assentos, ou 44,5% das cadeiras (WIEGAND, 2009).

O Hezbollah faz uso de escolhas racionais e pragmáticas visando atingir objetivos e agendas políticas domésticas como um partido integrante da política libanesa, visando maior adaptabilidade e sucesso político. Neste sentido, a participação do grupo no sistema libanês passou a ser percebida pelos seus próprios pares como legítima (WIEGAND, 2009). A desradicalização, normalização ou libanização do grupo refletiria o sucesso das sucessivas vitórias eleitorais e democráticas do grupo, a proposição de plataformas cada vez mais pragmáticas, nacionalistas, socioeconômicas – e não teológicas. O pragmatismo e adoção de posturas cada vez mais conciliatórias e transigentes são aceitos como a única forma de atingir as mudanças necessárias ao país, inclusive como estratégia para sua manutenção no jogo político e aumento de seu eleitorado. A participação governamental tende a encorajar o pragmatismo político e a transigência para harmonização de interesses, principalmente porque o Hezbollah precisa ter em conta o eleitorado libanês bastante heterogêneo. Qualquer partido que adentre o jogo político precisa fazer barganhas políticas de modo a poder aprovar seus projetos e cumprir sua agenda, e é este também o caso do Hezbollah, que tem se mostrado um partido político bastante sério (NORTON, 1998).

A forte atuação política e socioeconômica nos níveis local e municipal do grupo é base fundamental de seu apoio e legitimidade. A partir da década de 1990 e de forma crescente, o Hezbollah vem adotando plataformas puramente utilitárias e socioeconômicas. Neste sentido, a transformação e inclusão do grupo são respostas às demandas de suas lideranças, mas, principalmente, de seu próprio eleitorado, forçando-o em direção ao pragmatismo (HAMZEH, 2000). A análise de manifestos, declarações e pronunciamentos oficiais do líder Hassan Nasrallah são de

fundamental importância para compreendermos o caráter pragmático, anti-sectário e nacionalista do grupo, visando à emancipação dos xiitas e árabes sub-representados. Neste sentido também existe uma instrumentalização do discurso anti-sectário pela união de cristãos e muçulmanos - sunitas e xiitas – em prol do interesse nacional e contra um inimigo externo comum, construindo uma coesão de grupo e identidade na resistência. Os próprios esforços de reconstrução de locais atingidos, através da promoção de trabalho social, habitacional e de crédito, detêm uma simbologia de reforço da memória dos ataques de Israel e danos a civis libaneses e, em resposta, da vitória através da Resistência.

## **O Islamo-Nacionalismo e A Socioeconomia de Redes**

No âmbito doméstico o Hezbollah afirma-se portador de um projeto político-social nacionalista que se coloca acima das diferenças de ordem confessional e religiosa, alegando agir em favor da união dos libaneses em torno de um ideal comum de expulsão do inimigo sionista (KARAM, 2010b). O islamismo-nacionalista libanês é uma forma de reformismo socioeconômico islâmico, autonomista, que remete à alguns espíritos da esquerda, mas revestido de uma linguagem religiosa que amplia a base de apoio doméstica e regional do partido. Para Karam (2010b), a inserção institucional do Hezbollah no sistema político confessional leva em conta dois pontos centrais. Primeiramente, o fenômeno do islamismo-nacionalismo intercomunitário, e, em segundo lugar, a constituição de redes econômicas e sociais e de organizações não-governamentais (ONG's) para suprir as carências e problemas de comunidades periféricas e marginalizadas. A responsabilidade sobre a defesa de toda e qualquer opressão e injustiça é presente nos princípios e programas eleitorais do partido.

Já em 1983, o Hezbollah havia criado uma extensa rede de serviços sociais e de infraestrutura que o governo libanês era incapaz de fornecer, incluindo serviços de saúde à comunidade, distribuição de água, eletricidade e remoção de lixo

(HARIK, 2004, apud WIEGAND, 2009). O Hezbollah é, indiscutivelmente, a organização política mais efetiva no país, fornecendo serviços sociais altamente eficientes, diferentemente de qualquer outra organização no Líbano (NORTON, 1999, apud WIEGAND, 2009). A participação eleitoral, o pragmatismo político e as atividades socioeconômicas, bem como a resistência contra a ocupação militar, visam à elevação do status da nação libanesa em direção à sua autonomia, mas também elevação do status dos xiitas anteriormente oprimidos e marginalizados, cooptando cada vez maior apoio popular e incentivando o diálogo e a cooperação nacional anti-sectária. De acordo com Karam (2010b) a formação do islamo-nacionalismo libanês e sua socioeconomia de redes é um fenômeno político e social de empoderamento da comunidade xiita historicamente a margem das instituições estatais e desprovida de direitos políticos, sociais e excluída economicamente.

O Hezbollah assumiu a projeção e a execução de programas econômicos e sociais de assistência a parcelas da sociedade libanesa, sobretudo xiitas, destroçadas pelo conflito que recém findara e desamparadas por um Estado frágil e quase inexistente em diversas esferas (KARAM, 2010b). Lara Deeb (2006) afirma que atualmente o Hezbollah abarca apoio político que transpõe questões meramente sectárias, numa chave muito mais nacionalista, o que reforça seus quadros não de populações pobres, mas de classe média e alta. O apoio popular tampouco se limita exclusivamente ao segmento xiita, refletido na diversificação de sua plataforma e o largo espectro de apoiadores, que se identificam com seu trabalho social, mas também com seu papel ativo na resistência, sua ideologia nacionalista e anticorrupção.

O Hezbollah, como representante do islã-político em sua versão islamo-nacionalista e libanesa, atua às margens do Estado como entidade associativa, beneficente, espiritual e material em virtude da ausência de serviços públicos adequados e amplamente distribuídos em razão da crise Estado neoliberal (KARAM, 2012<sup>11</sup>, informação verbal). O Hezbollah atua, portanto, permeando as instituições estatais, mas também em estrita colaboração com as mesmas, como uma forma de preenchimento de um vácuo tanto ideológico quanto de função socioeconômica por ineficiência ou incapacidade estatal. A resistência deve ser vista de forma complementar ao projeto nacional de fortalecimento do Estado, ela é vista pelo

---

<sup>11</sup> Informação fornecida por Christian Da Camino Karam em palestra/curso realizado no Instituto da Cultura Árabe em Junho de 2012

grupo como uma pré-condição para a construção do Estado nacional e fortalecimento de suas instituições de maneira sólida, firme e autônoma (HIZBULLAH MEDIA RELATIONS, 30/11/2009).

Visando atrair votos, os programas dão ênfase aos aspectos econômicos, sociais e desenvolvimentistas dos vários municípios, particularmente os mais privados. As políticas e plataformas do Hezbollah se tornaram puramente utilitárias, ao invés de ideológicas ou religiosas (HAMZEH, 2000). Impressiona a extensão com que temas não religiosos são habitualmente enfatizados, incluindo a exploração econômica e o subdesenvolvimento, desigualdades no sistema político, liberdade individual civil, oportunidade e segurança (NORTON, 2007). As instituições do Hezbollah promovem assistência material aos despossuídos, ainda que integradas em torno de um imaginário religioso discursivo que confere noção identitária e de pertencimento ao seu eleitorado. Trata-se de uma modalidade de islamização pragmática, moderada, muito inteligente e habilidosa, que embute o conceito de sociedade de resistência em todos os aspectos da vida cotidiana libanesa.

## **O Empoderamento Xiita**

Larbi Sadiki (2011) ressalta os aspectos da opressão social e política dos libaneses xiitas, fortemente utilizado pelo grupo, que se mantém perto das demandas populares, estreitando sua ligação junto aos despossuídos e falando sua língua. O empoderamento xiita está diretamente relacionado à resistência contra a privação social, econômica e política, além da resistência contra a ocupação. De acordo com o autor, o grupo nasceu da ignomínia do esquecimento, da exploração feudal, do viés sectário e da marginalização completa para ocupar hoje o centro do palco político libanês. Para Sadiki (2011), em menos de 30 anos o Hezbollah converteu a fraqueza sociopolítica xiita em uma gravidade política contrabalanceadora. O Hezbollah é uma espécie de oráculo dos oprimidos, e os dois temas chaves e recorrentes que explicam sua existência são a privação e a

resistência. Elas caminham lado a lado e se auto referem constantemente. O Hezbollah se utiliza da linguagem do 'imperialismo global', mesclada com significados em relação aos 'oprimidos', 'humilhados', e as demandas por 'justiça', 'autodeterminação' e 'liberdade'. É na chamada para mudança através da resistência que eles encontram consolo, uma forma de redenção, e esperança para reconstituição como iguais e livres perante os demais seres humanos. Neste sentido, o líder de um segmento minoritário do islã, chamado por Sadiki (2011) de 'Che Guevara muçulmano', substituiu de certo modo um Nasser sunita como um emblema da resistência e da liberdade árabe, atendo-se com especial interesse à causa palestina.

Para Larbi Sadiki (2011), Hassan Nasrallah sempre teve seus ouvidos pertos do chão, criando um elo com os despossuídos. Foi inspirado no Imam Khomeini que Nasrallah modernizou o Hezbollah e articulou um projeto político que incorporava empoderamento, transformando a *Ashoura* e todo o imaginário da *Karbala* em um potente inventário para reinventar não somente a identidade política, mas também a própria identidade xiita no Líbano. O apoio popular do Hezbollah é duradouro, e transcende sua função estritamente militar. Argumentamos, portanto, na linha de raciocínio de Harb e Leenders (2005), que a resistência não é um estágio atrás do pragmatismo político desarmado, mas que a resistência deve ser entendida em seu sentido mais amplo, contra a sub-representação eleitoral, social e econômica dos xiitas ou dos miseráveis, mas também contra a ingerência externa, doméstica e regional pró-ocidente. A sociedade de resistência envolve o aspecto de resistência militar, mas também de resistência contra a opressão, à marginalização e a sub-representação. Uma análise holística do Hezbollah não nos permite desvencilhar resistência militar, religião, participação política e assistencialismo social. Conforme afirma Sadiki (2011), o Hezbollah em realidade articulou um complexo projeto político que incorporou o empoderamento xiita, transformando a noção de sociedade de resistência e o imaginário xiita de modo a reinventar a própria identidade desta população no Líbano.



## **A Visão Holística e a Resistência Como Sociedade**

Os teóricos Mona Harb e Reinoud Leenders (2005) afirmam ser necessário perceber que tanto a rotulação do Hezbollah como um grupo terrorista quanto sua identificação como uma força política 'libanisada' que está prestes a fazer sua conversão para um partido político desarmado nos induzem ao erro e são incapazes de alcançar as complexidades desta organização. A variedade de instituições que o Hezbollah tem elaborado e readaptado cuidadosamente durante as duas últimas décadas no Líbano operam hoje como uma rede integrada, holística e indescindível que produz conjuntos de valores e significados que se penetram em uma armação religiosa e política inter-relacionada. Estes significados são disseminados entre os eleitorados xiitas através das redes institucionalizadas do partido e servem de forma a mobilizá-los para a 'Sociedade da Resistência', que é o alicerce consolidador da esfera islâmica de produção de sentido à vida e de construção identitária xiita.

É preciso que contemplemos o caráter holístico do Hezbollah e sua vasta rede de instituições de serviços sociais e assistencialistas, plataformas políticas pragmáticas e de resistência aliados em torno de um todo integrado em redes, no sentido de apresentar o partido como organização plural, em objeção ao entendimento exclusivamente radical e terrorista do grupo. A noção de resistência do grupo, apesar de controversa, permanece pautada nos princípios básicos de emancipação e construção da autonomia do Líbano frente à ingerência de potências externas atuantes na região, de atendimento à demandas socioeconômicas populares e de empoderamento da parcela xiita e miserável às margens do Estado, social, política e economicamente sub-representada. Não se deve situar incorretamente suas atividades sociais como separadas das demais, enquanto seus próprios líderes concebem a resistência igualmente como empreendimento militar, social e político. Analisando a dinâmica interna do grupo, verificaremos que é praticamente impossível desprender o aspecto militar do político, e vice-versa (SAAD-GHORAYEB, 2002, apud HARB & LEENDERS, 2005).

A noção de Sociedade de Resistência é holística, e não se pode desvincular a resistência contra a subrepresentação política e marginalização socioeconômica

xiita da resistência militar contra a ingerência externa estrangeira. A especificidade do Hezbollah está justamente na inter-relação e não compartimentalização de seus aspectos políticos, socioeconômicos, militares, religiosos e nacionalistas. O entrelaçamento destes aspectos configura a própria razão da legitimidade e apoio do grupo.

O partido alia o caráter religioso, pragmático, militar e social de forma múltipla e holística de maneira altamente habilidosa. O crescente apoio ao Hezbollah e sucesso das instituições se dá em virtude de seu funcionamento em uma rede holística e integrada, que produz significado individual e coletivo aos seus beneficiários. Conforme colocam Harb e Leenders (2005), as instituições do Hezbollah também disseminam códigos, normas e valores que produzem e reproduzem o que tem sido designado pelo partido como 'a sociedade de resistência'. De forma que é necessário também analisar os significados simbólicos contidos nos serviços fornecidos por estas instituições para que se possa explicar sua natureza holística. As atividades do Hezbollah são bem sucedidas justamente porque elas operam em uma rede holística e integrada. Esta rede produz significado individual e coletivo aos seus beneficiários, explicando a ampla legitimidade do Hezbollah entre os xiitas e seu senso de empoderamento..

Através do empoderamento xiita o Hezbollah fornece uma importância social a este segmento, constrói uma sólida legitimidade entre os xiitas e outros grupos marginalizados, fornecendo-lhes uma identidade coletiva e um senso de pertencimento. A sociedade de resistência modifica a percepção dos xiitas como empobrecidos possibilitando a transformação, a mudança, o progresso e o autonomismo (SADIKI, 2011). A alta habilidade e engenhosidade do Hezbollah verificam-se na medida em que este entrelaçamento se reflete em altos índices de popularidade, participação integrada na política e vida libanesas, legitimidade e fornecimento de significado individual e coletivo aos seus membros.

## **A Produção de Sentido à Vida**

Resgatando o imaginário histórico dos xiitas como oprimidos e lhes conferindo um senso de identidade comunitária e empoderamento social, político e militar, o Hezbollah solidifica seu apoio entre esta parcela da população. O conceito de ‘opressores’ e ‘oprimidos’ é essencial para a compreensão da ideologia política e religiosa do Hezbollah. Ao fazer uso do conceito abrangente de ‘oprimidos’, o grupo produz uma acepção inclusiva que visa defender a justiça social e política. O Hezbollah parece utilizar-se de uma terminologia marxista, traduzida ou interpretada em termos islâmicos, ao longo das temáticas de justiça econômica, política e social, de forma a produzir uma certa modalidade de ‘socialismo islâmico’ (ALAGHA, 2006, apud KARAM, 2010b). A Sociedade de Resistência modifica a percepção dos xiitas como indivíduos deserdados para desempoderados. É este nuance que possibilita a oportunidade da transformação e da mudança contra a estagnação.

O Hezbollah transforma o típico complexo de vitimização xiita em valores significativos de justiça, solidariedade, sacrifício e progresso, que, em retorno, instigam um aumento de autoestima e valorização dos xiitas, além de gerar um sólido senso de orgulho. Empiricamente, o entrelaçamento do social e do militar, do espiritual e do material, está incorporado nas políticas implementadas pelas instituições do Hezbollah. Assim, as políticas educacionais do partido que visam redefinir a estrutura da sociedade e eliminar a abordagem vitimizante inerente ao eleitorado xiita, produzem uma nova mentalidade, de uma sociedade que participa ativamente na sua própria reconstrução, na resistência e no seu renascimento político-econômico. (HARB & LEENDERS, 2005).

Esta é a maestria com a qual o Hezbollah se utiliza do imaginário xiita de forma progressista não estagnante. Existe, portanto, no âmbito interno, um esforço de ascensão econômica, social e política dos xiitas dentro do Estado libanês; e no âmbito externo ou regional, contra as ocupações estrangeiras, em especial, de Israel. A união de ambos, ligados de forma holística através das instituições do partido, é que fornecem legitimidade e apoio ao Hezbollah. Contudo, não se trata de uma atividade exclusivamente militar, mas de uma cultura ou sociedade de resistência, onde diversos aspectos se entrelaçam e estão incorporados em suas

instituições. Essa mentalidade busca a reconstrução socioeconômica e política dos xiitas, para além do aspecto meramente militar (HARB & LEENDERS, 2005).

O Hezbollah entende e promove suas ações através de lentes materiais – o fornecimento de serviços e recursos – mas também através de suas lentes simbólicas – inscrevendo estes serviços em uma rede de significados relacionando o indivíduo xiita a uma identidade e lhes dotando de um senso de pertencimento. Conseqüentemente, não se pode compreender o grupo sem a interposição de ambas as esferas, materiais e simbólicas. As redes institucionais do Hezbollah não somente fornecem recursos materiais aos seus beneficiários como também fornecem reconhecimento e pertencimento a um mundo de significados. A esfera islâmico-política do partido tem sido capaz de fornecer importância social aos xiitas e em dá-los razões para a vida e para a morte, dotando suas vidas de significado (HARB & LEENDERS, 2005). Ao fornecer a possibilidade de empoderamento político, socioeconômico e significado à vida destes grupos, o poder do Hezbollah é enraizado de maneira cada vez mais forte e duradoura. O Hezbollah é hoje uma autoridade significativa e respeitada doméstica e regionalmente porque tem sido bem sucedido em construir uma legitimidade sólida entre a maioria dos xiitas, sem desconsiderar outros grupos, estratégia alcançada através do islamo-nacionalismo anti-sectário e sua ampla rede de instituições integradas.

## **Conclusões**

A categorização do Hezbollah como terrorista não é produtiva, tampouco possui serventia de cunho investigativo, ao contrário, marginaliza ou deslegitima o movimento. Muitas análises do Hezbollah como ‘vilão terrorista’ numa investida contra o ocidente sequer dão conta que o Hezbollah não realiza ataques suicidas desde 1985 (SAAD-GHORAYEB, 2002, apud HARB & LEENDERS, 2005). As abordagens ortodoxas sobre o Hezbollah frequentemente falham na compreensão fidedigna do grupo e ignoram as evoluções e transformações sofridas pelo partido.

Desde o início da participação do Hezbollah no sistema político libanês pós-guerra, o grupo não mais mencionou o estabelecimento de um Estado islâmico nos seus programas eleitorais. É mister que se amplie o escopo de visão de modo a permitir a análise de aspectos desconsiderados pela percepção obscurantista da teoria ortodoxa. A ascensão do terrorismo não tem a ver com irracionalidade religiosa, mas atende à questões históricas de cunho estrutural que precisam ser compreendidas, endereçadas e sanadas. O Hezbollah surge como reflexo de um Estado débil, de incursões e intervenções estrangeiras diretas, e marginalização socioeconômica e política dos xiitas, dentro de um país extremamente dividido. Ele preenche as lacunas institucionais e militares no Líbano, fruto de um Estado frágil e incipiente, respondendo a demandas anteriormente desatendidas.

A ascensão e permanência do Hezbollah na cena libanesa devem ser entendidas sob a ótica das fragilidades endêmicas do Estado libanês, em resposta às lacunas históricas tanto em termos militares quanto políticos e socioeconômicos. O Líbano somente permitiu a insurgência do Hezbollah em virtude das demandas latentes à margem da sociedade, e em virtude da fragilidade do Estado nacional como poder central democrático, representativo e detentor do monopólio do uso da força. O fortalecimento do Hezbollah está firmemente relacionado à debilidade do Estado nacional tanto em termos de proteção militar de suas fronteiras quanto em termos de representatividade política e de prestação de serviços básicos. A linguagem encontrada para esta manifestação é religiosa, o que não torna suas demandas por autodeterminação, segurança e representatividade menos racionais ou legítimas.

O Hezbollah inscreve seus serviços sociais e econômicos em uma rede de significados conferindo identidade e senso de pertencimento aos xiitas, de modo que a construção da legitimidade do grupo perpassa o empoderamento estrutural e identitário dos xiitas, sem desconsiderar outros grupos (HARB & LEENDERS, 2005). Apesar de ser alvo de debate externo e de não gozar de completo apoio doméstico, a campanha política do Hezbollah não enfatiza temas religiosos *per se*, ao contrário, inclui em suas plataformas temas como exploração econômica, subdesenvolvimento e desigualdades no sistema político. Assim, suas plataformas possuem caráter puramente utilitário e social, não religioso (HAMZEH, 2000), de modo que a temática e o atual conflito doméstico de forças políticas no Líbano giram menos em torno da

adaptação ou inclusão do grupo ao sistema representativo confessional do que em torno do patriotismo, da autodeterminação e a sub-representação destas vozes mais nacionalistas no governo nacional (JELLOUN, 2007). O apoio popular do Hezbollah advém do empoderamento militar contra Israel, mas também da inclusão socioeconômica e política que o grupo representa. Igualmente importante é a proposição de um projeto nacionalista e emancipatório para o Líbano, alternativo a outras correntes domésticas (DEEB, 2006; KARAM, 2010b). O fornecimento de significado identitário e de pertencimento a populações anteriormente excluídas é o pano de fundo que perpassa os demais aspectos e solidifica o apoio e legitimidade domésticos do Hezbollah. É através da interposição de ações materiais e simbólicas, utilitárias e ideológicas, que o Hezbollah construiu sua base de apoio no Líbano.

A demanda por transformação e inclusão do Hezbollah dentro do sistema libanês é reflexo tanto dos altos escalões quanto resposta à própria demanda de seu eleitorado. Desde o fim da guerra civil o Hezbollah tem gozado de relativa boa convivência com os demais partidos políticos cuja maioria, apesar de algum ceticismo, aceitou a sua crescente participação no governo.<sup>12</sup> O Hezbollah tem sido capaz de construir uma organização eficiente e responsiva que atende muitas das necessidades de seu eleitorado, ao mesmo tempo em que evita acusações de corrupção que mancham seus rivais políticos. O Hezbollah é parte definitiva e fixa da política libanesa e continuará a ser um ativo valioso no jogo de freios e contrapesos na região (NORTON, 1998). Qualquer acordo para a região será bastante difícil de ser atingido sem que sejam mantidos diálogos contínuos com o Hezbollah e, portanto, que as demandas que sustentam sua base popular sejam ouvidas, quer seja no âmbito doméstico quer seja regional.

---

<sup>12</sup> O governo possui pouca escolha com respeito ao armamento continuado do Hezbollah, uma vez que a milícia é mais forte, mais efetiva e mais eficiente que o exército libanês, e o governo sabe disso (WIEGAND, 2009). Em última análise, a defesa da soberania territorial libanesa é garantia pela aliança e cooperação entre o braço armado do Hezbollah e o exército nacional libanês.

## Referências bibliográficas

- AVNERY, Uri. All Kind of Terrorists. *Media Monitors Network*. United States, November 05th, 2001. Disponível em: <http://www.mediamonitors.net/uri44.html>. Acesso em: 20 ago. 2012
- AVNERY, Uri. Speech in Salzburg. *SCUPAD*. Salzburg, May 26<sup>th</sup>, 2000. Disponível em: [http://zope.gush-shalom.org/home/en/channels/archive/archives\\_scupad](http://zope.gush-shalom.org/home/en/channels/archive/archives_scupad). Acesso em: 20 ago. 2012
- CRENSHAW, Martha. Explaining Suicide Terrorism: A Review Essay. *Security Studies*, Standford, v. 16, n. Issue 1, p. 133-162, January-March 2007.
- DEEB, Lara. Hizballah: A Primer. *Middle East Report Online*, Washington, 31 de Julho de 2006. Disponível em: <http://www.merip.org/mero/mero073106>. Acesso em: 13 fev. 2012.
- FRANKS, Jason. Rethinking the Roots of Terrorism: Beyond Orthodox Terrorism Theory – A Critical Research Agenda. *Global Society: Journal of Interdisciplinary International Relations*, Reino Unido, v. 23, n. 2, pp. 153-176, Abril de 2009.
- HALLIDAY, Fred. Terrorism in Historical Perspective. *Open Democracy*, Londres, 22 de Abril de 2004. Disponível em: [www.tni.org/print/66419](http://www.tni.org/print/66419). Acesso em: 22 ago. 2012.
- HAMZEH, Nizar A. Lebanon's Islamists and Local Politics: a New Reality. *Third World Quarterly*. Londres, v. 21, n. 5, pp 739-759, 2000.
- HANIF, Sabia. The Difference Between Freedom-Fighters and Terrorists is not Perception but Terminology. *Media Monitors Network*. Califórnia, 16 de Julho de 2003. Disponível em: <http://www.mediamonitors.net/sabiahhanif1.html>. Acesso em: 21 ago. 2012
- HARB, Mona; LEENDERS, Reinoud. Know Thy Enemy: Hizbullah, 'Terrorism' and the Politics of Perception. *Third World Quarterly*, Londres, v. 26, n. 1, pp 173 – 197, 2005.
- JACKSON, Richard. *Critical Terrorism Studies: A New Research Agenda*. Taylor & Francis, Estados Unidos, 2009.

- JAMAIL, Dahr. Hezbollah's Transformation. *Asia Times Online*. Hong Kong, 20 de Julho de 2006. Disponível em: [http://www.atimes.com/atimes/Middle\\_East/HG20Ak02.html](http://www.atimes.com/atimes/Middle_East/HG20Ak02.html). Acesso em: 19 jun. 2012
- JELLOUN, Mohammed Ben. Hezbollah's Democratic Demands. *Swans Commentary*. Califórnia, 15 de Janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.swans.com/library/art13/jelloun3.html>. Acesso em: 13 fev. 2012.
- KARAM, Christian. A Origem do 'Estado de Israel' e suas Motivações. *Brasil de Fato*, São Paulo, 30 de Abril de 2010. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/4627>. Acesso em: 02 jan. 2013. (a)
- KARAM, Christian. A Síria do Partido Baath e dos Al-Assad (1970 a 2012) e A Revolução Islâmica no Irã e a Cooperação Sírio-Iraniana (1979 a 2012). In: CURSO REVOLUÇÕES NO MUNDO ÁRABE E ISLÂMICO – REGIMES POLÍTICOS SÍRIA E IRÃ. Palestra Instituto da Cultura Árabe, São Paulo, 18 e 19 de Junho de 2012. Aulas 3 e 4. Espaço Cultural Instituto Cervantes. (Informação Verbal)
- KARAM, Christian. *Da Revolução Política ao Reformismo Socioeconômico: Hizballah, Islamonacionalismo e Economias de Rede no Líbano Pós Guerra*, 10 de Setembro de 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. (b)
- MATTAR, Marina. Análise: O 'Fanatismo' Midiático e o Terrorismo. *Opera Mundi*, São Paulo, 24 de Julho de 2012. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/23223/o+fanatismo+mediatico+e+o+terrorismo.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- NASRALLAH, Hassan. Entrevista com Julian Assange. *World Tomorrow* [n.1, Russia Today]. Exibido em 10 de Abril de 2012. Disponível em: <http://assange.rt.com/nasrallah-episode-one/>. Acesso em 19 abr. 2012.
- NASRALLAH, Hassan. Hizbullah's New Political Manifesto: We Want Lebanon Strong & United. *Hizbullah Media Relations*. Translation by Moqawama Relations Islamic Resistance in Lebanon (Local Editor). 30 de Novembro de 2009. Disponível em: <http://www.english.moqawama.org/essaydetailsf.php?eid=9632&fid=54>. Acesso em: 04 mar. 2012.



- NASSER, Reginaldo Mattar. JH Explica: Terrorismo. *Jornal Hoje*. São Paulo, 02 de Maio de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/videos/v/professor-reginaldo-nasser-explica-o-que-e-terrorismo/1498563>. Acesso em: 06 mai. 2012.
- NORTON, Augustus. Hizballah: From Radicalism to Pragmatism? *Middle East Policy*. Washington, v. 5, n. 4, pp 147-158, Janeiro 1998.
- NORTON, Augustus. The Role of Hezbollah in Lebanese Domestic Politics. *The International Spectator*. Italian Journal of International Affairs, Roma, v. 42, n. 4, pp 475-491. Dezembro 2007.
- PAPE, Robert A.. The Strategic Logic of Suicide Terrorism. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 97, n. 3, p. 343-361, August 2003.
- SAAB, Bilal Y. Rethinking Hezbollah's Disarmament. *Middle East Policy Council*, Washington, v. 15, n. 3, pp 93-106. Outono de 2008.
- SADIKI, Larbi. Hezbollah and the Arab Revolution. *Al-Jazeera*, Qatar, 21 de Junho de 2011. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/06/2011619134113577322.html>. Acesso em: 21 jun. 2011.
- WIEGAND, Krista E. Reformation of a Terrorist Group: Hezbollah as a Lebanese Political Party. *Studies in Conflict & Terrorism*, Reino Unido, v. 32, n. 8, pp 669-680. 23 de Julho de 2009.



# PALESTINA E ISRAEL: RELATOS DE UMA PESQUISA DE CAMPO

Danilo Guiral Bassi<sup>1</sup>



Shabat na Cidade Velha de Jerusalém/al-Quds

Entre janeiro e fevereiro de 2013, estive em Israel e na Palestina, onde pude enriquecer meu mestrado com uma pesquisa de campo. Minha dissertação de mestrado, ainda distante de sua conclusão, buscará traçar um histórico da proposta de um Estado binacional para árabes-palestinos e judeus-israelenses na região da

---

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP), membro do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM) da FFLCH-USP e atualmente aluno do programa de pós-graduação em História Social da mesma universidade, onde desenvolve a dissertação *Binacionalismo no conflito israelo-palestino: conceitos, evolução histórica e perspectivas na atualidade*.

Palestina histórica, que abrange os territórios internacionalmente reconhecidos de Israel e da Palestina. Pude ir à região graças ao programa de estágios da FFIPP<sup>2</sup> do Brasil e, em Jerusalém, trabalhei junto ao professor Jeff Halper na organização fundada e dirigida por ele, o ICAHD – The Israeli Committee Against House Demolitions.

Ao longo de cinco semanas, determinadas experiências foram importantes para minha pesquisa e, acredito, merecem ser relatadas neste breve e informal relato de pesquisa de campo. Num primeiro momento, trarei ao texto experiências que aparentemente não dizem respeito diretamente ao processo da pesquisa – embora não sejam, obviamente, desprendidas deste. Numa segunda parte de meu texto, buscarei relatar um pouco o que foi pesquisar na Palestina e em Israel de forma autônoma, sem vínculos formais e institucionais e a quais frentes de pesquisa aderi.

## **Experiências em campo**

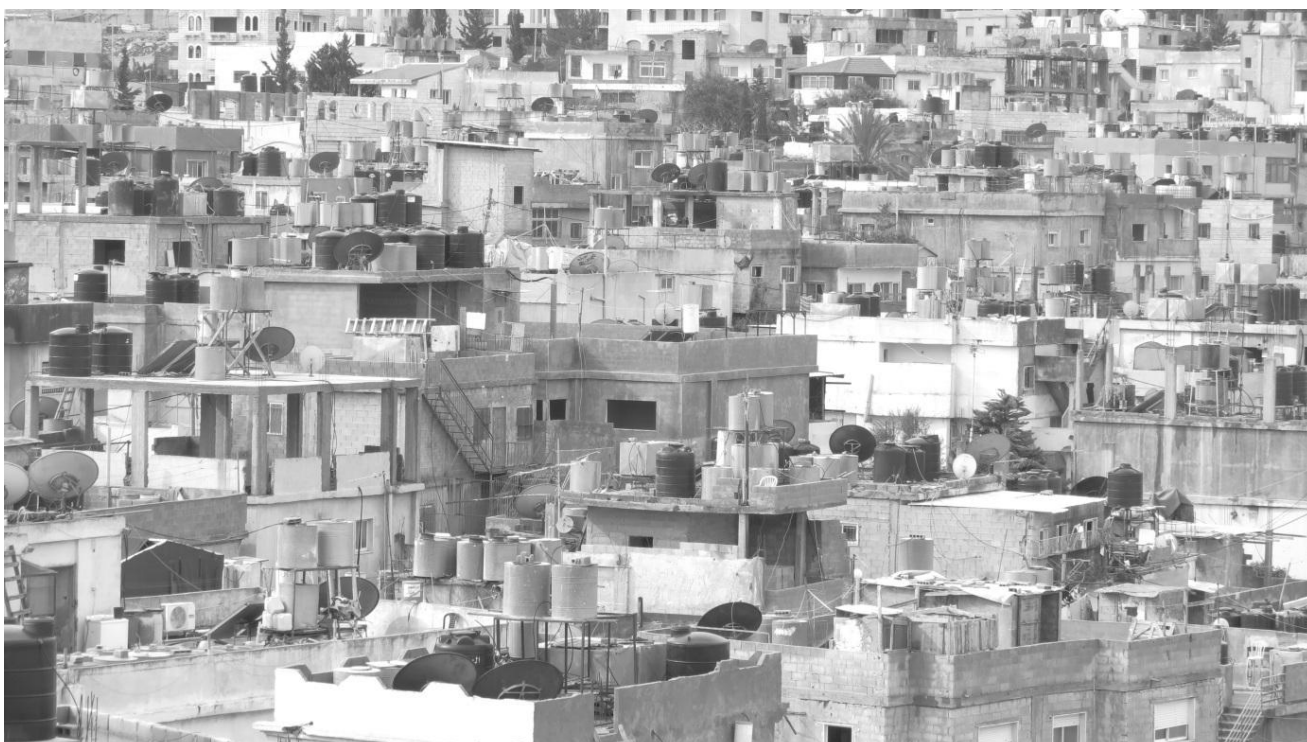
Desde minha pesquisa de iniciação científica, pesquiso a história das ideologias políticas do Oriente Médio e do mundo muçulmano. No mestrado, especificamente, trato de uma ideologia política israelo-palestina. Um dos elementos que mais me marcou em cinco semanas na Palestina e em Israel foi a enorme politização das pessoas e de seus discursos nesta região: os debates políticos são comuns entre palestinos e israelenses; discute-se constantemente política interna, política israelense, política palestina, política internacional, propostas para a solução das questões israelo-palestinas... Os debates e discursos políticos estudados à distância, sob orientação do professor Peter Demant, desde 2010, materializavam-se ali, diante de mim. As ideologias políticas mostraram-se ideologias não de pequenos grupos intelectualizados e tampouco da elite governante (ou pretendendo

---

<sup>2</sup> Antiga Faculty for Israeli-Palestinian Peace, atual Educational Network for Human Rights in Palestine/Israel.

governar), mas ideologias que circulam no dia a dia e transitam nas mais diversas conversas e classes sociais.

Materializaram-se igualmente elementos da realidade social israelo-palestina, antes apenas vista em fotos ou lida em estudos acadêmicos, em reportagens e relatos pessoais. Desde a chegada, no desembarque no Aeroporto Internacional Ben Gurion, em Tel Aviv, enfrentei o rígido aparato de segurança israelense. Para circular entre cidades palestinas, passei ainda pelos famosos *checkpoints*, postos de controle militar aos quais grande parte dos palestinos é submetida diariamente por longas horas. Pude constatar as diferenças nítidas existentes entre serviços para palestinos e israelenses. Aos palestinos, por exemplo, uma viagem entre cidades é feita por micro-ônibus e vans em mau estado de conservação, a um preço mais alto; aos israelenses (e estrangeiros que desejarem), ônibus climatizados e com poltronas reclináveis fazem o mesmo trajeto de forma mais rápida, com horários pré-definidos, sem passagem por postos de controle militar e por um preço muito mais baixo. Em Jerusalém/al-Quds, é possível, sem olhar para o alfabeto usado nas placas de comércio, saber se estamos em um bairro judeu ou árabe pela qualidade dos serviços de infraestrutura, da iluminação pública, e do calçamento ou mesmo pela frequência da coleta de lixo...



Campo de refugiados de Dheisheh, próximo à Belém, na Cisjordânia. É marcante a quantidade de caixas d'água nas construções. Por conta do racionamento de água, os palestinos se vêm obrigados a fazer grandes reservas de água

As barreiras psicológicas, porém, são igualmente presentes e ainda mais impressionantes. Em conversas informais com judeus israelenses, moradores de Jerusalém Ocidental, estes me contaram que, embora conhecessem outros países, nunca haviam estado em Jerusalém Oriental; que, desde crianças, aprenderam que os “bairros árabes” são “bairros perigosos”; que acreditavam que, para ir de Jerusalém Oriental (onde morei por quatro semanas) a Jerusalém Ocidental (onde me encontrei com eles), eu havia passado por um posto de controle militar. Foi preciso explicar-lhes que, na realidade, bastou atravessar uma rua.



Muro construído por Israel sob argumentos securitários. Na foto, é possível ver uma suástica.  
Foto tirada em frente ao *campus* de Abu Dis da Universidade de al-Quds

As placas em algumas cidades, como Jerusalém/al-Quds, são escritas em hebraico, árabe e inglês. Na Cidade Velha de Jerusalém/al-Quds, porém, os nomes em árabe, durante todo o mês de fevereiro, permaneceram cobertos por adesivos de partidos religiosos, ultranacionalistas e ultraconservadores sem, aparentemente, qualquer intervenção de qualquer autoridade municipal para retirar essas obstruções aos nomes em árabe. Em contrapartida, fora da Cidade Velha, vi desenhos de suásticas em muros de Jerusalém Oriental. Em ambos os casos, a negação do Outro parece não surpreender os não-estrangeiros.



Em Israel, é ainda marcante a política oficial e contínua de apagamento da história da presença árabe palestina. Em Jafa, cidade do antigo porto mais importante da região (e hoje transformada em espécie de apêndice de Tel Aviv, esta sim o moderno coração político,

econômico e cultural de Israel), bairros árabes inteiros foram arrasados e transformados em calçadas e jardins a beira mar. Vilas palestinas, muitas das quais esvaziadas no processo da Naqba, hoje reduzidas a ruínas, abundam ao longo das estradas em Israel e na Palestina ocupada. Próximo à cidade litorânea de Acre, por exemplo, fica Al-Birweh, vila natal do poeta Mahmoud Darwish; as poucas e últimas ruínas de Al-Birweh, em meio a uma cooperativa agrícola israelense, desaparecem pouco a pouco, seja pela anexação contínua das terras por parte da cooperativa, seja pelo abandono das ruínas ao tempo e à depredação.

No Brasil, muito se fala – sobretudo na mídia e nos círculos de esquerda – sobre a indústria armamentista israelense, que, antes de exportar suas inovações, testaria, por meio das Forças de Defesa de Israel, suas invenções nos territórios palestinos ocupados. Em uma visita a Hebron/al-Khalil, no dia seguinte a uma manifestação de palestinos, essa acusação soou muito real: senti os efeitos dos resquícios da “arma de fedor”, um jato de líquido com um cheiro fortíssimo e nauseante, que fica impregnado por dias em roupas, na pele, nas paredes e no asfalto.

Hebron/al-Khalil, aliás, é geralmente citada por muitos como a cidade onde um regime de segregação (segundo muitos, equivalente ao *Apartheid* sul-africano) seria mais acabado nos territórios palestinos ocupados. Em Hebron/al-Khalil, presenciei a existência de calçadas separadas para judeus e não-judeus; ali, vi crianças palestinas sofrendo agressões verbais e que precisam ser acompanhadas por observadores internacionais para conseguir chegar à escola; descobri que

antigas ruas vibrantes, com dezenas de lojas de comerciantes palestinos, foram evacuadas e hoje formam a chamada Cidade Fantasma. Foi em Hebron/al-Khalil, ao perguntar a um soldado israelense se eu poderia atravessar uma rua, que recebi como resposta: “Depende. Qual sua nacionalidade?”

Em cinco semanas, foi possível perceber uma realidade de segregação que, de alguma forma, serve de argumentação aos que buscam colocar em cheque a aplicabilidade de ideologia que estudo: o binacionalismo e a consequente equiparação dos direitos nacionais para árabes palestinos e israelenses. Me deparei com uma situação muito explícita de separação entre israelenses e palestinos, como estradas e ônibus segregados. Mas



entrei em contato, de forma mais ou menos direta, com formas mais sutis de segregação, sobretudo dentro do Estado de Israel, como a dificuldade de realizar casamentos inter-religiosos (o Estado de Israel não tem a instituição do casamento civil, apenas quando realizado no exterior) ou de conseguir emprego ou financiamentos para os que não fizeram o serviço militar. E os palestinos em Israel (ou “árabes israelenses”, como são denominados pelo Estado israelense) não realizam o serviço militar. Além disso, cidades e bairros palestinos têm fornecimento racionado de água e palestinos não costumam receber autorização para construir ou reformar suas casas – o que leva a maioria dos palestinos a terem sua casa em situação irregular, ou seja, passível de demolição a qualquer instante – e escolas palestinas recebem menos verbas e têm prédios em piores condições e professores com piores salários. A consequência desta série de desigualdades institucionalizadas é que palestinos, mesmo dentro de Israel e cidadãos israelenses, são muito mais pobres que os cidadãos judeus e sofrem com índices muito maiores de desemprego.





Ruínas de al-Birweh, próximo a Acre, na Galileia

## **Pesquisar em Israel e na Palestina**

Minha pesquisa de campo, feliz ou infelizmente, teve suas especificidades. Isso se deu por ser uma pesquisa sem vinculações institucionais formais. Não fui à Palestina e a Israel para pesquisar; fui enquadrado em um programa de estágios e, em minhas horas livres, fiz pesquisas de forma autônoma. Não tendo, assim, um visto de pesquisador ou de estudante, as possibilidades de pesquisa em arquivos governamentais, que poderiam ser interessantes, por exemplo, foram reduzidas. De qualquer forma, tenho consciência de que eu poderia aproveitar pouco estes arquivos, por conta de um ainda mínimo conhecimento das línguas hebraica e árabe. A pesquisa de campo, entretanto, foi frutífera em outras duas frentes: a pesquisa em bibliotecas e as entrevistas presenciais.

Por recomendação de um professor universitário israelense aposentado, fui a duas bibliotecas em Jerusalém: a da Universidade Hebraica de Jerusalém e a da Universidade de al-Quds. Algumas diferenças nas relações interpessoais foram marcantes entre os funcionários de cada uma das bibliotecas, mas sem adentrarmos no que poderiam ser simples anedotas, o que é possível dizer é que, em ambos os

casos, o acesso às universidades e às bibliotecas é livre e houve uma grande receptividade por parte dos bibliotecários, que auxiliaram no aprendizado das ferramentas de busca e nas possibilidades de digitalização dos materiais encontrados. Apesar disto, para minha surpresa, em ambas as bibliotecas, os funcionários não conheciam absolutamente nada sobre o tema pesquisado. Mais que isso: tanto na Universidade Hebraica quanto na Universidade de al-Quds, os bibliotecários se mostraram surpresos pelos pedidos de um pesquisador estrangeiro sobre as questões israelo-palestinas.

Após alguns dias nessas bibliotecas e após algumas frustrações – pelo infeliz desaparecimento de alguns volumes das prateleiras e pela quantidade limitada de bibliografia em idiomas que eu compreenda plenamente –, pude retornar ao Brasil com uma quantidade significativa de bibliografia (inclusive primária) útil para a pesquisa, desde livros e cartas de pensadores e figuras políticas que se debruçaram sobre o assunto até relatórios técnicos dos anos 30 e 40 sobre a aplicabilidade de uma solução binacional na Palestina histórica.

Apesar da possibilidade de encontrar fontes tradicionais, escritas, para minha pesquisa, outra fonte riquíssima de informações foi uma série de conversas e entrevistas com palestinos e israelenses – cujos nomes prefiro, por enquanto, não expor, mas que pertencem a organizações políticas ou sociais ou são alguns dos



Rua Shuhada, antiga rua vibrante de comércio e hoje parte da chamada Cidade Fantasma de Hebron/al-Khalil

ditos “cidadãos comuns”. Embora essa série de conversas e entrevistas não se proponha a ser uma amostra fiel da totalidade da sociedade israelo-palestina, ela permite a exposição de posicionamentos políticos representativos de determinadas parcelas da população.

Embora ainda seja necessário concluir a organização das conversas e entrevistas e explorar com mais profundidade o conjunto do material coletado, a pesquisa de campo se mostrou imprescindível para o desenvolvimento da dissertação e, a partir dela, tem sido possível reforçar as hipóteses colocadas desde a apresentação do primeiro projeto de pesquisa: 1) de que a ideia de um Estado binacional era, até a criação do Estado de Israel, uma proposta presente sobretudo entre grupos sionistas de esquerda; 2) de que, após a criação do Estado de Israel, a maioria dos grupos sionistas binacionalistas abandonaram a defesa de um único Estado binacional e um número crescente de atores palestinos abraçou o ideal binacionalista; 3) de que, num processo que vai da ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza em 1967 até os Acordos de Oslo nos anos 90, houve um decréscimo do número de seus defensores; 4) de que, com o fracasso dos Acordos de Oslo e a aparente impossibilidade de uma solução negociada e justa para a formação de dois Estados na Palestina histórica, está voltando a crescer o discurso binacionalista entre israelenses e palestinos, mas sobretudo entre palestinos.

A viabilidade e a aplicabilidade de um modelo binacional nos territórios israelo-palestinos, os modelos possíveis de um Estado binacional para palestinos e israelenses, a dimensão e possibilidade de sustentação da retomada do discurso binacionalista, o verdadeiro perfil e as verdadeiras intenções políticas dos defensores de um Estado binacional são ainda pontos a serem aprofundados – obviamente não apenas por mim ou por esta pesquisa –, mas a questão do Estado binacional na Palestina histórica está sendo posta na mesa. Mais uma vez.



# NOVAS PERSPECTIVAS NOS ESTUDOS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS NO ISLÃ E NO MUNDO MUÇULMANO

**Resenha do Livro:** *Social Movements, Mobilization and Contestation in the Middle East and North Africa* (Joel Beinin e Frédéric Vairel Organizadores), Ed. Stanford, CA, 2011  
por Ariel Finguerut<sup>1</sup>

Fruto de um seminário entre 2008 e 2009, promovido pelo Centro de Estudos sobre Oriente Médio da American University no Cairo, Egito, e com apoio da Fundação Ford, o livro editado pelo professor de Stanford, Joel Beinin e por Frédéric Vairel, da Universidade de Ottawa, reúne textos de 11 pesquisadores de diferentes nacionalidades com distintas perspectivas, mas todos de certa forma, unidos por uma discussão focada nas formas de mobilização de grupos, movimentos e atividades políticas e sociais no Oriente Médio e Mundo Muçulmano num recorte contemporâneo.

É sempre um grande desafio buscar marcas comuns ou uma grande teoria para explicar um contexto tão diverso e plural com nuances históricas e particularidades identitárias? e políticas como é o Oriente Médio e o próprio islã e o mundo muçulmano. Por outro lado, é possível identificar algumas marcas em comum, como os regimes autocráticos, a alta corrupção, os abusos sistemáticos do poder do Estado, a concentração de renda, baixo desenvolvimento humano e, diante destas marcas, surge uma questão interessante que os textos – em seu conjunto – parecem querer responder: como os árabes e os muçulmanos de forma mais ampla se mobilizam e reagem a estas marcas a este quadro de repressão e de

---

<sup>1</sup> Doutorando do programa de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo ( Fapesp), pesquisador do Grupo de Trabalho Oriente Médio Mundo Muçulmano ( GT OMMM ) , membro do conselho editorial do Boletim Malala. Contato: arielfing@gmail.com

marginalidade diante da riqueza e do desenvolvimento de suas elites, seus governos e do resto do mundo ?

Tentando responder a esta pergunta o livro traz grande contribuição ao debate sobre o islã, o mundo muçulmano e para todos os interessados nas relações internacionais e na política internacional contemporânea. Pois, justamente se perguntando como estudar movimentos sociais e políticos no islã e como ocorrem as mobilizações e reações políticas percebemos – capítulo a capítulo – como estereótipos vão sendo desconstruídos e, apesar do livro ser anterior à chamada Primavera Árabe, movimento que derrubou regimes e mobilizou milhares de pessoas pelo Mundo Muçulmano, o livro contribui para entendermos por outras perspectivas esta grande mobilização. A principal questão é desmistificar a ideia de que, no Oriente Médio e no islã como um todo, não haveria movimentos sociais ou seus movimentos teriam um lógica distinta da Ocidental ou dos movimentos encontrados em outros lugares. O livro deixa claro que a luta dos movimentos sociais que existem na Tunísia, no Marrocos, Egito, Arábia Saudita, Turquia e por todo mundo muçulmano, alguns voltados para direitos civis, outros a causas GLBT ou ainda o ativismo estudantil e movimentos de mulheres e de direitos humanos não é distinto e não difere em nada das lutas e movimentos sociais que encontramos em outras regiões do mundo.

Esta constatação é central para superar estigmas como a de que o islã seria essencialmente antiocidental ou que fundamentalmente ideias como democracia e direitos humanos não teriam sustentação ou respaldo social entre muçulmanos. Na medida em que pesquisadores se voltam para movimentos sociais no mundo muçulmano se deparam com atores que lutam por direitos (sociais, trabalhistas ou humanos) e que criam estratégias para enfrentar e se mobilizar politicamente num contexto marcado por grande repressão, que ocorre as vezes, de forma discriminada outras vezes seletiva e preemptiva. O fato de lidar com uma mobilização marcada pela repressão não faz destes movimentos algo estranho aos estudos dos movimentos sociais a cargo da sociologia política ou dos cientistas políticos e historiadores feitas no Ocidente ou em outros lugares do mundo. A peculiaridade destes movimentos pode estar em pensar como árabes e muçulmanos desafiam os governos e seus aparatos repressivos. Em outras palavras, como árabes e muçulmanos desobedecem e desafiam a autoridade?

Neste sentido, a discussão dos autores deste livro avança para questões que são muito importantes não só para a pesquisa sobre o mundo muçulmano mas também para o próprio debate teórico sobre movimentos sociais, na medida em que se desdobram em questões e grandes dilemas do debate contemporâneo como a relação entre o islã e os valores, práticas e os caminhos e descaminhos para a democracia, entre formas de resistência, iniciativas reformistas ou processos revolucionários e contrarrevolucionários. Esta discussão nos faz atentos para o fato de que a mobilização social no islã não é , como em qualquer outro lugar, unidirecional, isso quer dizer que, assim como há movimentos lutando por direitos humanos, por melhores condições de trabalho e por mais democracia, há movimentos como os discutidos no livro, no caso do Jama'á al-Islamiyya do Egito e do Hizbullah no Líbano que se mobilizam, se organizam visando espaços de resistência para um islã anti-Occidente e que buscam práticas visando uma determinada visão do que é ser muçulmano e como ser um melhor muçulmano. Vale notarmos que, muitas vezes, estes movimentos usam instrumentos ocidentais, com programas de TV no caso do Hizbullah ou já utilizaram símbolos do turismo ocidental com as pirâmides no Egito no caso do Jama'á al-Islamiyya para apresentarem sua agenda, suas reivindicações e como instrumento de mobilização.

Entre as muitas colaborações do livro, destacamos brevemente, Pascal Menoret que estuda o caso do Arábia Saudita mostrando como neste país há duas características marcantes nos movimentos sociais, a grande e violenta repressão por parte do governo que torna o engajamento uma escolha de alto risco e o contexto saudita de revival religioso que fomenta um islã salafista que, muitas vezes, também desafia a ordem mas visando uma aderência ainda mais direta e estrita ao islã. Já Frédéric Vairel compara Egito e Marrocos num contexto de protestos em regimes autoritários mostrando que em ambos os casos as mobilizações são antigas, datam da década de 90, falando em “onda democrática” num contexto em que ambos países são fortemente influenciados pelo que acontece no mundo. Neste sentido Vairel desmistifica a ideia de “despertar” repentino dos marroquinos e egípcios mostrando que protestos contra o governo e grandes manifestações envolvendo não só questões locais mas também protestos contra Israel ou contra os Estados Unidos ocorrem com grande intensidade há pelo menos vinte anos. Ainda sobre o Egito,

Marie Duboc nos ajuda a entender como intelectuais de esquerda são historicamente importantes na política egípcia e de como estes intelectuais desempenham historicamente um papel de ligação entre as ideias de esquerda e o debate político sendo muitos deles, seculares e vistos socialmente uma espécie de “guardiões da nação”.

Sobre direito humanos, Joe Stork faz um amplo panorama discutindo o tema em países como Bahrain, Egito, Marrocos e Turquia mostrando que nenhum governo – seja Ocidental ou não – gosta de ser cobrado por direitos humanos. A diferença no caso destes países analisados e que muitas vezes por serem vítimas de intensa e violenta repressão, movimentos sociais islamitas não abraçam uma luta por direitos humanos mas aceitam e dialogam com movimentos que estão lutando pelo direito de se manifestarem por direitos humanos. Neste sentido, Stork mostra relações que são aparentemente contraditórias entre a luta por direitos humanos com movimentos radicais, seja de esquerda como no caso do Marrocos, seja islamita, como no caso do Bahrein ou como consequência de um crescente número de presos políticos, como no caso da Turquia dos anos de 1980. Ainda sobre a Turquia, Zeynep G. Göker mostra como uma manifestação pacífica, a prática de uma vigília em praça pública, a *Saturday Mothers*, conseguiu chamar atenção para o problema dos prisioneiros políticos na Turquia e transformou-se rapidamente numa experiência de desobediência civil atraindo não só a mídia internacional mas outros movimentos de prisioneiros políticos como as *Madres de Plaza de Mayo*, movimento argentino de mobilização em torno dos desaparecidos políticos durante a ditadura militar argentina, que estiveram e protestaram em solidariedade com as *Saturday Mothers*.

Em torno da mobilização dos trabalhadores e o tema do trabalho, Montserrat E. Badimon, nos mostra que no caso do Marrocos uma intensa correlação entre a falta de emprego para jovens formandos e a mobilização por emprego ocorre desde dos anos 90 ameaçando e questionando a legitimidade do governo. Neste sentido, não ter emprego ou não ter oportunidade de conseguir um emprego, desperta na sociedade o forte sentimento de injustiça de modo que, mesmo quando o governo por meio de torturas e repressões violentas tenta impedir as mobilizações, elas se espalham, alimentadas pelo senso de injustiça. Neste processo, Badimon nos ajuda



a entender por que, diante da Primavera Árabe especialmente no Marrocos na Tunísia e no Egito, foram os jovens desempregados os principais protagonistas.

Por fim, restou aos editores Joel Beinin e Frédéric Vairel fazerem um “pós-escrito” relacionando a discussão do livro aos primeiros sinais de transformação da Primavera Árabe. Os autores se concentram no caso da Tunísia e do Egito mostrando haver em comum o fato dos protestos serem majoritariamente organizados por jovens que há décadas enfrentam de geração para geração os mesmos problemas econômicos estruturais como alto desemprego, alta inflação e resquícios como ressentimentos da agenda liberal que assim como em outras regiões do mundo foi amplamente adotada nos anos 90 no norte da África. Os editores também enfatizam que foram protestos em que a mídia “chegou depois” e que enfrentavam também resquícios e ressentimentos de um regime autoritário que historicamente tratava com brutalidade qualquer protesto e que convivia com milícias e práticas corruptas. No caso da Tunísia, o governo desde 2008 já demonstrava grande dificuldade para controlar protestos e manifestações que muitas vezes além dos jovens e desempregados envolviam também setores tradicionais da sociedade e da economia tunisiana, como professores e mineiros, dois setores que são historicamente bem organizados e mobilizados.

Em síntese, o livro *Social Movements , Mobilization and Contestation in the Middle East and North Africa*, compila discussões e traz perspectivas que são fundamentais e extremamente relevantes para quem se interessa e busca entender de forma mais ampla tanto as raízes da Primavera Árabe como a própria dinâmica das mobilizações e dos movimentos sociais do Mundo Muçulmano.



# SAVING FACE - RESENHA

Diretores: Sharmeen Obaid Chinoy e Daniel Junge

40 minutos, 2011

por Joana Marinho<sup>1</sup>

*Saving Face*, um corajoso documentário realizado pelo cineasta norte-americano Daniel Junge e pela paquistanesa Sharmeen Obaid Chinoy, arrebatou em 2012 o Óscar de melhor curta-metragem documental. Ganhou ainda o *Julian-Bartel Award* bem como o *Abu Dhabi Film Festival Audience Choice Award*, ambos em 2012. Junge foi já galardoado com vários prémios, entre estes um Emmy na categoria de jornalismo de investigação pelo documentário *They Killed Sister Dorothy*. Sharmeen, por sua vez, ganhou o *Livingston Award* pela melhor reportagem internacional, tendo realizado mais dois filmes que se debruçam sobre o Paquistão: *Transgenders: Pakistan's open secret*; e *Pakistan's Taliban generation*. A cineasta foi ainda incluída na lista das 100 pessoas mais influentes de 2012 segundo a revista *Time*.<sup>2</sup>

Este filme tem ganho visibilidade em todo o mundo por explorar um tema chocante mas também por estar sendo divulgado por várias organizações não-governamentais, como a *Human Rights Watch*, o que se compreende se lembrarmos que a co-realizadora Sharmeen Chinoy é também uma jornalista que se tem destacado sobretudo pela defesa dos direitos humanos, debruçando-se sobretudo nos direitos das mulheres, mas trabalhando também com refugiados e comunidades marginalizadas. O filme esteve em exibição em vários festivais de renome, desde São Francisco a Chicago e foi mostrado em vários festivais europeus. Realce-se que é a primeira colaboração dos dois cineastas.

---

<sup>1</sup> É portuguesa, tem 30 anos, é natural de Vila do Conde. Licenciada em direito e mestre em ciência política e relações internacionais. A sua tese de mestrado intitula-se *A administração George W. Bush e a promoção da democracia*.

<sup>2</sup> Aryn Baker, 2013 (*Time*, Vol. 181, 15, 17)

A arte cinematográfica pode cumprir várias funções, sendo de louvar aqueles realizadores que fogem do mero entretenimento e oblvio da realidade. Ora Daniel Junge e Sharmeen Chinoy são daqueles realizadores ousados que não temem conduzir-nos para territórios desconhecidos, expondo histórias reais de pessoas que vivem situações-limite. *Saving Face* não é excepção, ao focar a sua lente no drama humano e emocional de uma realidade que, infelizmente, ainda atinge muitas mulheres.

Neste documentário os realizadores apresentam-nos os casos de diversas mulheres paquistanesas vítimas de agressão através do uso de ácido. Logo no início da visualização desta curta-metragem, ao mesmo tempo que enfrentámos a imagem de mulheres com as caras desfiguradas (diríamos quase disformes) são-nos apresentados alguns fatos sobre o fenómeno do uso do ácido como instrumento punitivo entre casais paquistaneses, cujo número de vítimas não podemos calcular com precisão, pois que embora cerca de uma centena de ataques sejam registados anualmente, muitos, senão a maioria, não são investigados ou tornados públicos.<sup>3</sup> Este crime é particularmente usado como represália contra mulheres que pedem o divórcio e, por vezes, não são cometidos apenas pelo marido mas também com a ajuda da sua família.

Em apenas 40 minutos estes realizadores abordam um problema delicadíssimo e que só nos últimos anos começou a ser conhecido na sua aterrorizante dimensão, conseguindo reproduzir a tragédia das vítimas dos ataques de ácido, de forma engenhosa, enxuta e avessa a sentimentalismos.

Cruzando o testemunho de algumas mulheres paquistanesas atacadas com ácido ou queimadas após serem regadas com gasolina, com entrevistas a um cirurgião plástico paquistanês radicado em Londres, Chinoy e Junge dão voz às sequelas físicas, sociais e psicológicas que ensombram a vida das vítimas após os crimes.

---

<sup>3</sup> Parece-nos que a impunidade ajuda a explicar as recentes sondagens no Paquistão que revelaram que de uma amostra de 5271 jovens inquiridos sobre o que o pensavam da democracia, 5 anos após a queda da ditadura militar, apenas 23% disseram creditar que a democracia está a ser benéfica para o país. Talvez tão ou mais surpreendentemente 32% dos auscultados disseram que o jugo militar seria mais eficaz, e 38% que a sharia deveria ser a solução. A admiração pela *sharia* explica-se com a incompetência e corrupção que contaminam a administração secular. Mesmo as chamadas bagatelas penais chegam a demorar entre 10 a 18 anos a serem resolvidas pelos tribunais. De acordo com Time,

As histórias de cada mulher entrevistada fazem-nos estremecer pelo que nem podemos almejar compreender. Atente-se a uma das entrevistadas quando esta confessa que costumava ter prazer em tirar fotografias de si, mas que depois do acidente não se atreve a voltar a fazê-lo.

Este documentário vale sobretudo pela denúncia da injustiça que paira sobre quase todos os casos, que ficam impunes, e são geralmente cometidos pelos maridos, mas também por expor o estigma lançado sobre as vítimas. A sociedade paquistanesa é ainda profundamente patriarcal, sendo as mulheres tratadas como cidadãs de segunda categoria. Em consequência, a maioria dos ataques não são reportados à polícia ou as queixas não têm seguimento, seja pelo medo das represálias ou pela dependência financeira da família do marido. Vemos que uma das vítimas é mesmo forçada, sob o risco da penúria e perda da custódia dos filhos, a coabitar com o marido que a desfigurara.

De entre as várias mulheres que aceitaram ser entrevistadas para este filme, Zakhia assume algum protagonismo. Ao longo do documentário vamos acompanhando o processo que Zakhia interpôs no tribunal contra o marido que se encontra em prisão preventiva e, que quando entrevistado para este filme, afirmou ser inocente e ter sido Zakhia que se auto-agrediu. Uma deputada da Assembleia Nacional, Sarkar Abbass assume a causa de Zakhia e de tantas outras mulheres, conseguindo que uma proposta de lei, intitulada *Acid Crime Legislation* que prevê a pena de prisão perpétua para os ofensores, seja votada por unanimidade no Parlamento. Esta lei, descobrimos mais tarde, terá a sua primeira aplicação prática com a declaração do veredicto aplicada ao marido de Zakhia, que acaba condenado a duas penas de prisão perpétua! O facto de a lei ter sido finalmente alterada parece sugerir uma mudança paradigmática de mentalidade no seio do Parlamento, se não atribuímos a mudança apenas à determinação e força persuasiva de uma deputada, Marvi Memon a convencer centenas de deputados. Será que a visibilidade alcançada através de ONG, fundações como a *Acid Survivor's Foundation-Pakistan* e *policy-makers* serviu de trampolim para a aprovação da nova legislação? Independentemente da resposta, a proposta de sanções mais pesadas fez-nos recordar o recente caso indiano em que uma jovem estudante foi barbaramente violada num ônibus e cuja morte posterior provocou uma reação inédita de revolta

em toda a sociedade indiana, impelindo o consenso sobre a necessidade de criminalização dos crimes cometidos contra as mulheres.

Em síntese, o que poderíamos dizer sobre a denúncia trazida pelo filme? Eis um problema que corrói a sociedade paquistanesa (os ataques com ácido são também bastante frequentes na Índia) e que toca num aspeto mais profundo que “apenas” uma agressão violentíssima e irreversível, o dos casamentos combinados, em que a submissão das mulheres, a consideração destas como propriedade de um homem, seja o marido, pai ou irmão, e a dependência económico-financeira destes, é um dos fatores que impede a sociedade paquistanesa de se tornar uma democracia liberal funcional, ao privar metade da sua população da sua integridade e independência. Mas será que podemos circunscrever o problema da violência extrema no seio das famílias de sociedades muçulmanas e esquecermo-nos do número de mulheres assassinadas pelos maridos e companheiros que não tem parado de aumentar nos últimos anos em países europeus como Portugal? E se olharmos o relatório das Nações Unidas sobre a violência sobre as mulheres, quem consta da pior posição é um país não muçulmano, como a República Democrática do Congo, conhecido pela “capital da violação” em que em 2009, mais de 8 000 mulheres foram violadas, um país que Hillary Clinton classificou como “a humanidade no seu pior”.

As mulheres que nos mostram as cicatrizes atrozes que, porém, não nos permitem calcular a dor física que terão sentido nem o estigma que carregam para o resto das vidas, perdem não só a sua beleza e identidade, mas também se veem privadas, frequentemente de seus próprios sentidos, seja a visão, o olfato ou o paladar. O cirurgião Muhammad Jawad explica que, embora no seu consultório em Londres extraísse prazer em lidar com banais operações estéticas, os casos de vítimas de ácido são a sua verdadeira batalha e fonte de satisfação ao tentar devolver uma réstia de dignidade a estas mulheres, através de operações plásticas em que a sua equipa procura debelar as deformações. Realce-se que Jawad opera numa clínica no Paquistão e fá-lo *pro-bono*, no entanto, ousamos perguntar: Será que a sua equipa de cirurgiões consegue dar vazão a todas as situações? Esperamos que haja mais Jawads por esse mundo fora a operar gratuitamente.

Quando ouvimos e vemos as vítimas a exporem a crueldade a que foram expostas, quase nos sentimos impelidos a concordar com uma das vítimas que

quando inquirida sobre as sanções que deveriam ser aplicadas a tais criminosos, dizia com paixão apenas aceitar a velha Lei do Talião que dispõe a retribuição equitativa ao dano que foi causado. No Irã, em que esta prática é também conhecida, embora em números inferiores aos registados no Paquistão, a QISAS ou princípio do Talião é mesmo aplicada a estas situações através do código penal islâmico. Isto soa estranho num país que permanece isolado do mundo pelos seus governantes perpetuarem desde a revolução islâmica um discurso de demonização em relação ao Ocidente, em geral, e aos EUA, em particular, pelos seus valores liberais e permissividade cultural. Por outro lado, é uma lei que nunca seria aceite em qualquer sociedade com um ideário herdado do iluminismo e da tradição judaico-cristã. Em que ficámos? Será que por ser uma sanção tão pesada, dissuade a sua prática, não se verificando tantos casos como no Paquistão ou Índia. Ou será que a lei é ignorada na prática e nada revela sobre a dignidade e respeito pelas mulheres no Irã? Algo para refletir...

No final do filme, somamos duas notícias animadoras. Por um lado, a nova lei demonstra que é possível transformar as mentalidades, pois que as leis anteriores eram brandas e os castigos lenientes resultando na absolvição da maioria dos acusados. Por outro lado, é com enorme satisfação que vemos o prazer com que Zakhia se vê ao espelho após várias cirurgias. É ao ver o sorriso da sua filha adolescente e a maneira confiante com que Zakhia caminha pelas ruas que nos faz acreditar que esta prática irá agora abrandar face à nova lei e que é possível agora a mulheres como Zakhia manterem o seu espírito forte, recuperando sua autoconfiança.

Irá a lei reformulada ser revolucionária ao ponto de colocar um basta nesta prática? Isto é, conseguirá dobrar esta mentalidade patriarcal e menosprezadora da mulher? (recordemos a batalha travada pela menina de 14 anos, Malala Yousafzai que foi notícia por ter sido baleada apenas por não abdicar do direito a frequentar a escola) Ou a própria feitura da lei revela já o início da transformação dos costumes na sociedade paquistanesa?

Este tipo de documentários deveria não só percorrer festivais europeus e norte-americanos mas penetrar nas sociedades onde estes crimes ainda são cometidos, obrigando os perpetradores e todos os coniventes a testemunhar estas pungentes entrevistas.

Finalmente, este documentário pode ser o ponto de partida para discussões mais amplas, abrindo caminho para a possibilidade de debater com frieza as razões para o tratamento dado às mulheres em todo o mundo e não só em sociedades muçulmanas. Os mais recentes estudos efetuados em algumas sociedades apontam para a subida do P.I.B. em correlação proporcional à subida da escolaridade da mulher, quando esta maior requalificação da mulher se repercute na representação das mulheres nos parlamentos, administração pública central e local, bem como na academia e ao nível empresarial. Daí que a participação feminina na política, economia e sociedade seja fulcral para a transição de um país para uma plena democracia liberal. Mais, será que o uso de um método tão bárbaro pode ser atribuído a uma leitura enviesada do Corão ou ao próprio espírito de submissão que alguns definem como a mensagem essencial da religião islâmica?<sup>4</sup> Ou teremos antes de conceber a desconsideração pela integridade física e psicológica das mulheres como independente da religião majoritária do Paquistão e concentrar-nos nos dois Estados em que se registam mais casos de crimes cometidos com ácido: o Paquistão e a Índia. A mulher já era menosprezada quando a União Indiana era colónia do Reino Unido?

Com certeza há quem irá defender o barbarismo desta prática com o argumento já estafado do relativismo cultural, isolando os casos relatados como justificados pelos próprios costumes desta sociedade, marcada pela hierarquia patriarcal em que a mais leve ameaça ao papel e autoridade do homem como *pater familias* autoriza este sinistro castigo. Encarado desta forma, seria apenas uma especificidade local, não devendo alguém exterior arrogar-se de etnocentrismo e deixar estes casos à justiça penal paquistanesa. Fará sentido potenciais críticos deste filme escudarem-se nas tradições e rotularem o filme de anti-islâmico? Não fará mais sentido do que nunca responder a esta argumentação com o direito natural: que essas normas devem ser comuns a toda a humanidade e não às religiões, áreas geográficas ou culturais?

---

<sup>4</sup> Cf. Roger Scruton, 2006, *O Ocidente e o Resto*. A ideia fundamental da obra é a de que o universalismo ocidental contempla o mundo inteiro por um prisma de valores que tem a sua origem, significado e ambiente natural numa pequena parte do planeta. A civilização ocidental é caracterizada pelo debate, espaço público, experimentação científica, dúvida e equilíbrio em oposição ao mundo do Islão em que reina o conflito, a submissão e onde não existe nem tradição de jurisdição territorial nem liberdade pré-política. Daqui se extrai a conclusão de que o mundo do Islão é inóspito à democracia liberal.



Uma última questão que o filme coloca é a das imagens que Junge e Chinoy não se coíbem de usar, não diríamos gratuitamente mas na dose necessária e sensata. Não seria leal, parece-nos, filmar vítimas de tais crimes lesadores da integridade física sem revelar as sequelas. Contudo, podemos questionar-nos sobre o conceito de *development buzz* e se este fará sentido neste contexto. Paul Collier, em *The Bottom Billion*, (2008) dizia neste ensaio que o *development buzz* era desenvolvido por estrelas de rock, celebridades e ONG. O positivo desta prática é que graças a tais eventos, os problemas de África finalmente entraram na agenda do G8 mas o grande problema é que a mensagem transmitida através do *development buzz* tem de ser simples, através de slogans, imagens e raiva. Ora a solução para os problemas (as chamadas “armadilhas” em que estes países se veem enredados são nomeadamente: conflito, recursos naturais, má vizinhança e má governação) do grosso das pessoas que vivem nos Estados que caem no conceito de *bottom billion* não reside na moralização de eventos como o do *Live Aid* ou as entrevistas do Bono, mas sim em políticas múltiplas dentro das próprias sociedades-alvo.

No entanto, as imagens transmitidas por *Saving Face* pretendem alertar e mudar o *status quo* por isso não seria justo integrá-lo num desses eventos apaziguadores da boa consciência ocidental. Não obstante a publicidade e repercussão que muitos dos concertos de solidariedade conseguem obter, não passam de fogo-fátuo face à agenda que tem de ser delineada para os países que mais precisam de mudar. Estaríamos a ser injustos para com este documentário meritório ao divulgarem sem voyeurismos desnecessários uma prática bárbara.



# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Comissão editorial

O Boletim eletrônico *Malala* é uma publicação periódica plural e aberta a todos que tenham trabalhos originais e diretamente ou em diálogo com o islã e com o Mundo Muçulmano.

Neste espaço, buscamos análises e debates relacionados aos desenvolvimentos no Oriente Médio em seu conceito mais geral (que pode também incluir a África do Norte). Quanto ao mundo muçulmano, também buscamos uma compressão de significado mais ampla – incluindo não apenas as sociedades majoritariamente muçulmanas na Ásia e África, como também suas minorias não muçulmanas – além das minorias muçulmanas na Europa, nas Américas e em outros lugares – e sua interação com o Ocidente. Buscamos também contribuições sobre a própria religião e/ou dizendo respeito a questões teóricas que se encaixam em nosso órbita.

As contribuições podem ser em diferentes formatos: aceitamos **ensaios**, buscando reflexões e impressões de escopo mais amplo com reflexões e resultado de pesquisas mais maduras. Também podem ser **artigos**, com reflexões em formato acadêmico com resultado de pesquisas em andamento. Ainda há possibilidade para **resenhas** tanto de livros como de filmes que colaborem para o debate contemporâneo sobre o Oriente Médio e o mundo muçulmano. Outra possibilidade é o **relato de campo** direcionado a pesquisadores que estiveram recentemente no Oriente Médio ou em um país cuja temática do islã ou presença muçulmana se destacam. Outra possibilidade de contribuição é por **textos dissertativos/opinativos** no qual se espera a defesa argumentativa diante de uma tema ou questão do debate contemporâneo. Recém-doutores ou mestres com trabalhos relacionados ao OMMM também estão convidados a tentar um **Resumo de Pesquisa**, no qual o pesquisador poderá sintetizar a proposta de seu trabalho bem como seus principais resultados. Por fim, especialistas ou estudiosos de um autor específico cuja obra dialoga ou se insere na temática do boletim também

poderá propor um **Retrato Intelectual** apresentando sucintamente a trajetória do autor, seus principais conceitos, dilemas intelectuais e desdobramentos de sua reflexão.

Todas as propostas serão inicialmente avaliadas pela comissão editorial do Boletim podendo também contar com pareceristas independentes.

Pedimos que os autores sigam os seguintes limites para os textos:

- Ensaaios - 9000 palavras
- Artigos – 8000 palavras
- Resumo de Pesquisa/ Retrato Intelectual – 4000 palavras
- Resenhas (livros e filmes) / Relato de Campo – 3000 palavras
- Textos dissertativos/opinativos – 1500 palavras

Os textos devem ser submetidos em anexo em formato Word para o e-mail: [boletimgtommm@gmail.com](mailto:boletimgtommm@gmail.com)

